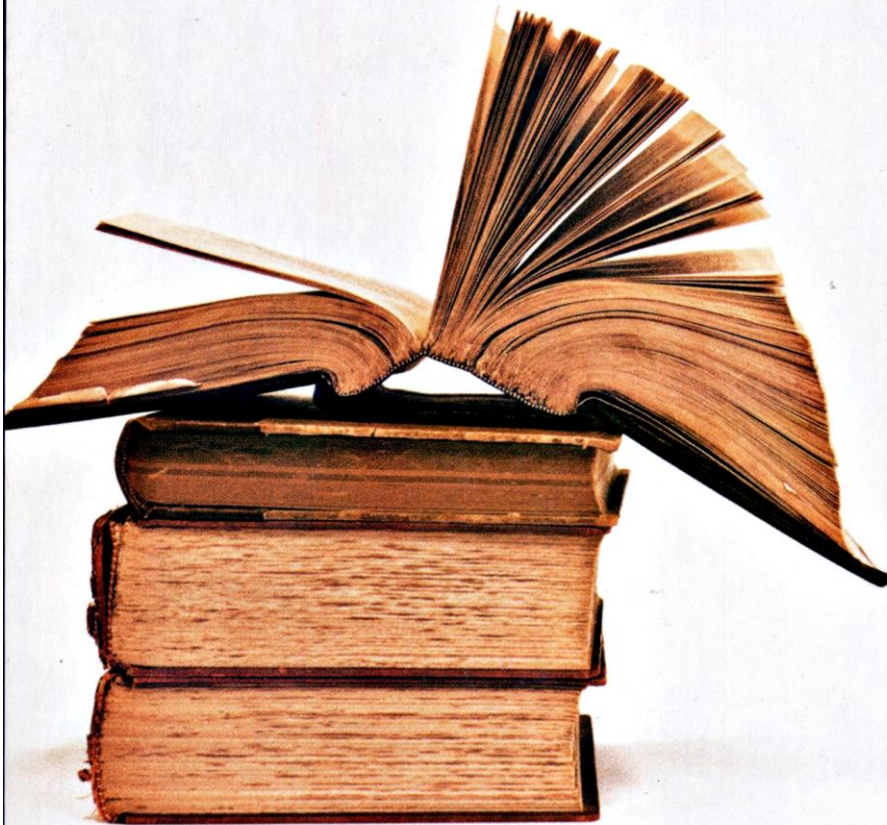


Maria Helena de Paula  
Phablo Roberto Marchis Fachin (Orgs.)

---

PERCORRENDO TRILHAS FILOLÓGICAS:  
Estudos para a história da Língua Portuguesa  
*Em Homenagem A Heitor Megale*



PERCORRENDO TRILHAS FILOLÓGICAS:  
estudos para a história da língua portuguesa

*em homenagem a Heitor Megale  
in memoriam*



Universidade Federal de Goiás

*Reitor*

Edward Madureira Brasil

*Vice-Reitor*

Eriberto Francisco Bevilaqua Marin

*Diretor do CAC/UFG*

Manoel Rodrigues Chaves

*Diretora do Departamento Editorial CAC/UFG*

Regma Maria dos Santos

*Conselho Editorial do DEPECAC*

Cleves Mesquita Vaz, Eliane Justino, Gleyce Alves Machado, Ivânia Vera, Luanna Lopes Lobato, Luciana Borges, Maria Aparecida Lopes Rossi, Nádia Campos Pereira, Regma Maria dos Santos.

Maria Helena de Paula  
Phablo Roberto Marchis Fachin (Orgs.)

---

PERCORRENDO TRILHAS FILOLÓGICAS:  
estudos para a história da língua portuguesa

*em homenagem a Heitor Megale  
in memoriam*





## Prefácio

A ORGANIZAÇÃO E A PUBLICAÇÃO DE *Percorrendo trilhas filológicas: estudos para a história da língua portuguesa* constituem um feliz e oportuno empreendimento, pois reúne trabalhos do Grupo de Estudos em Filologia da USP (GEFUSP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (GEPHPOR), este último formado por professores e alunos da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão (UFG-CAC). Os dois grupos de estudos constantemente trocam experiências, auxiliam-se e, não raro, participam de trabalhos, eventos e empreendimentos em comum, de que é exemplo a própria feitura desse livro. Nesta primeira publicação conjunta (outras deverão aparecer), tiveram eles a oportunidade de mostrar, aos estudiosos da área e aos alunos de Letras, alguns trabalhos que vêm realizando.

Como o próprio título indica, essa obra apresenta estudos na área da Filologia e sua intenção não é só a de descrever fatos linguísticos encontrados em manuscritos oitocentistas, principalmente, ou em gravações orais, que comprovem e expliquem estágios da língua portuguesa falada no Brasil, como também reunir textos teóricos em que se discute, com propriedade, o

fazer filológico – trabalho exaustivo, minudente, que requer muita atenção, paciência e o emprego de técnicas precisas forjadas no exercício da própria prática científica.

A cada página, o leitor é requisitado a participar da aventura de percorrer alguns caminhos pelos quais transitou a língua portuguesa, ao penetrar os meandros e liames intrincados dos manuscritos oitocentistas, que nos informam ainda como eram as relações socioculturais dos brasileiros naquela época afastada, que dizem da formação e transformação da língua e de sua escrita, dizem da formação e transformação da sociedade brasileira.

O livro destina-se, portanto, não só aos estudiosos da área, ou a alunos de Letras, mas a todos os que se interessam pelos resultados de pesquisas filológicas e paleográficas, quer para efeito de edições conservadoras dos manuscritos, quer como apoio documental a estudos históricos, sociológicos e/ou culturais. É de suma importância, sobretudo, para iniciantes em estudos e pesquisas desta área, vez que cada texto é uma lição de como tratar o fato filológico, servindo de guia e acesso ao *modus operandi* da prática investigativa: como organizar as fontes, como estabelecer o *corpus*, manuscrito ou oral, como utilizar as Normas de Transcrição (NHPB), dentre outras questões e problemas oriundos do rigor exigido pela prática filológica.

Além disso, o livro presta uma homenagem ao Professor Heitor Megale. Nada mais justa esta lembrança e reconhecimento por parte dos organizadores da obra. O Professor Heitor Megale é, indiretamente, responsável pela criação dos dois grupos de estudos, seus componentes são ou foram seus alunos, ou dele tiveram não só influência, mas acima de tudo incentivo. Incansável estudioso e pesquisador em Filologia, formou várias gerações e, com a publicação de seus escritos – livros, artigos, relatórios de pesquisas, ensaios –, tem incentivado muitos pesquisadores a enveredarem pelos caminhos filológicos. É justo reconhecer no Professor Heitor Megale o mestre de muitos de nós, mestre querido, rigoroso, mas amigo, compreensivo e paciente com os que ensaiam seus primeiros passos nas trilhas da leitura e da edição conservadora, diplomática ou fac-similada de manuscritos antigos.

Os organizadores desta obra, bem como os que nela apresentam seus trabalhos, estão de parabéns, principalmente por reconhecerem a importância de estudos e pesquisas que buscam a recuperar a história de nossa língua por meio de investigações acuradas em documentação antiga.

Braz José Coelho  
UFG/CAC



## Sumário

- 11 Apresentação
  - | Maria Helena de Paula
  - | Phablo Roberto Marchis Fachin
- 15 Marcas da escravidão em documentos manuscritos catalanos
  - | Claudinei Vaz Cardoso
- 29 Notas sobre fontes para estudos linguísticos: esboço de uma discussão
  - | Maria Helena de Paula
- 45 A importância do trabalho filológico para os estudos ortográficos da língua portuguesa do século XVIII
  - | Phablo Roberto Marchis Fachin
- 57 Os diferentes usos da letra “h” em um manuscrito setecentista
  - | Renata Ferreira Costa
- 71 O dialeto caipira no interior de São Paulo sob a perspectiva da filologia
  - | Rosicleide Rodrigues Garcia
- 85 Marcas de *ter* e *haver* existenciais em manuscritos do século XVIII
  - | Vanessa Martins do Monte
- 105 Notícias da Capitania de Goiás em documentos do século XVIII
  - | Vanessa Regina Duarte Xavier
- 119 Sobre os autores e organizadores



## Apresentação

DESDE 2001, O CURSO DE LETRAS do Campus Catalão/UFG vem estabelecendo uma parceria com o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Universidade de São Paulo (USP), em especial com a equipe do Projeto Filologia Bandeirante. Este intercâmbio se caracterizou com a apresentação conjunta em Seminários nacionais da área de Filologia, oficinas, cursos, minicursos ministrados e conferências proferidas pelos professores titulares Doutores Heitor Megale e Sílvio de Almeida Toledo Neto, da USP, em Simpósios do Curso de Letras do Campus Catalão (CAC), anualmente, desde 2002.

Atualmente, os autores desta coletânea, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa e ao Curso de Letras do CAC-UFG (professores e ex-alunos) fazem parte de dois grupos de pesquisa: um na USP, o Grupo de Estudos Filológicos (GEFUSP), com graduandos e pós-graduandos, e outro no CAC – o Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (GEPHPOR), coordenados pelos organizadores deste livro. Devido a essa parceria sólida, é válido publicar alguns resultados dos estudos e pesquisas feitos nessas duas universidades. Esses estudos, que têm como tema o uso do português na época das ban-

deiras, poderão representar bem essa parceria e fornecer material a quem se interessa pelas temáticas abordadas pelos autores, fortalecendo as duas instituições e seus grupos de pesquisas.

No enalço de trazer ao público parte dos resultados dessas parcerias, acreditamos também que é oportuno homenagear uma pessoa muito importante para todos nós, a quem os organizadores e autores dos artigos deste livro devem este resultado, o Professor Doutor Heitor Megale. Além de ser ele um dos responsáveis pela retomada dos trabalhos filológicos, no Brasil, foi idealizador de muitos projetos na área de Filologia e Língua Portuguesa, referência nacional e internacional na área de Crítica Textual e orientador de docentes de várias universidades brasileiras. Conhecido pelo rigor acadêmico, tornou-se respeitado pelo seu trabalho e pela qualidade de suas publicações. Por essas e outras razões, temos muito o que agradecer-lhe pelo incentivo ao estudo da Filologia e, neste livro, procuramos manter a mesma disciplina demonstrada por ele ao longo de sua vida acadêmica. Ressalta-se que o professor Heitor Megale, direta ou indiretamente, foi ou é orientador de todos os autores desta coletânea: diretamente daqueles que estiveram ou estão sob sua orientação e indiretamente porque orientou trabalhos de professores que, depois, orientaram alguns dos autores desse livro.

O livro se estrutura em sete capítulos. O primeiro apresenta um estudo empreendido por Claudinei Vaz Cardoso acerca das escrituras de compra e venda, escrituras de hipoteca, escrituras de doação e cartas de liberdade. Nesses documentos cartoriais, públicos, o que se negocia são escravos, na Comarca ou Termo do Catalão. O autor ressalta a importância de estudos dessa natureza para compreender a história e a língua usada no sudeste goiano, no século XIX.

No Capítulo 2, Maria Helena de Paula apresenta algumas considerações sobre as fontes em pesquisa linguística; aponta procedimentos técnico-científicos e éticos para o acesso e a edição de fontes primárias, orais e escrita; e propõe o esboço de uma discussão sobre o que entende ser uma necessidade para pesquisas linguísticas fiáveis, em especial, as que se ocupam do estudo da história da língua portuguesa.

A seguir, Phablo R. M. Fachin, no Capítulo 3, aborda o uso gráfico da escrita no século XVIII, por meio da apresentação de dados inventariados

de manuscritos setecentistas exarados pela Administração Pública, no Brasil, em busca de destacar a importância do trabalho filológico para estudos linguísticos de períodos remotos e da edição fidedigna de documentos da época como base para esse tipo de pesquisa.

Renata Ferreira Costa, no Capítulo seguinte, por meio da edição semi-diplomática do manuscrito setecentista *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos os seus memoráveis sucessos desde o anno de 1531 até o presente de 1796*, de Manuel Cardoso de Abreu, oferece ao leitor considerações sobre os diferentes usos da letra “h” nessa obra de extrema importância para a História da Língua Portuguesa.

No Capítulo 5, Rosicleide Rodrigues Garcia apresenta um texto que, unindo a especificidade da ciência com a proposta do Projeto Caipira, toma a Filologia como base para os estudos acerca do dialeto caipira, verificando sua representatividade em São Paulo, ao mesmo tempo em que reconhece a sua história e o legado que deixou no linguajar atual.

Vanessa Martins do Monte, no Capítulo 6, com base no exame de trabalhos sobre as ocorrências dos verbos *ter* e *haver*, em construções existenciais, analisa quantitativa e qualitativamente essa temática, em manuscritos do século XVIII, com o objetivo de verificar se, realmente, como afirmam alguns pesquisadores, a invasão de *ter* no campo de *haver* vinha se tornando geral no português do Brasil, até mesmo entre as pessoas ilustradas.

No sétimo capítulo, Vanessa Regina Duarte Xavier, em seu estudo filológico, dá notícias da capitania de Goiás no século XVIII, com a análise de cartas trocadas entre a Coroa portuguesa e o governador de Goiás. A autora faz análise da obra *Livro para servir no registro do caminho novo de Parati*, de Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762), que edita e da qual extrai características paleográficas e da organização socioeconômica de Goiás na plenitude das minas auríferas.

Dessa forma, o livro cumpre o desiderato de trazer à sociedade acadêmica estudos de Filologia que servem, pelo rigor neles empreendido, aos estudos da história da língua portuguesa usada no Brasil, e também a outros de áreas afins que podem se valer dos temas e textos aqui apresentados.

Os organizadores



## Marcas da escravidão em documentos manuscritos catalanos

| Claudinei Vaz Cardoso

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste estudo, registramos o encontro que tivemos com documentos manuscritos referentes a negociações de escravos realizadas no município de Catalão-GO, durante o século XIX. Nosso interesse em divulgar tais questões se fortalece ao acreditarmos que essas descobertas dizem muito sobre as raízes do povo catalano, conseguindo também responder a algumas indagações sobre o passado daqueles que aqui vivem.

Primeiramente, faz-se necessário realizar uma breve explanação sobre o que vem a ser um trabalho filológico, já que o presente estudo segue as teorias e os princípios da Filologia. Em seguida, apresenta-se um painel histórico sobre o surgimento do município de Catalão, enfocando os pontos que acreditamos importantes para o entendimento geral da questão. Mostramos também possibilidades de pesquisa que a Filologia oferece para os estudos do passado de um povo, por meio dos seus escritos, uma vez que outros materiais são escassos e essas gerações já morreram.

Feito isso, descrevemos algumas características e peculiaridades dos documentos noticiados, a fim de que o leitor, mesmo não podendo acessar os documentos originais ou as edições *fac-similares*, tenha uma noção geral de como eles são e o que pode ser feito com esse material.

Há muito o que falar sobre documentos manuscritos e escravidão, por isso não pretendemos, com as investigações aqui apresentadas, esgotar esse tema instigador e cheio de detalhes. Buscamos apenas fazer um relato inicial sobre a existência desses documentos, em nossa região, para conclamar os interessados a conhecê-los e a estudar os fatos que registram.

### O TRABALHO FILOLÓGICO E SUAS PARTICULARIDADES

A Filologia é considerada uma ciência muito antiga, bastante anterior à Linguística. Etimologicamente, essa palavra vem do latim *philologia,ae* e significa “amor às letras, instrução, erudição, literatura, palavrório” e do grego *philología,as*: “necessidade de falar, conversação” (Houaiss, 2001). O amor às letras leva o filólogo à necessidade de conhecer várias outras disciplinas e áreas do conhecimento afins à Filologia, buscando a inter-relação como fonte de produção mais completa e confiável.

Embora a palavra Filologia tenha sofrido evoluções em sua significação ao longo dos anos, variando, principalmente, de acordo com o uso feito por cada estudioso que dela se serviu, ainda assim, para melhor entendimento do que vem a ser essa palavra, vejamos o que dizem Dubois et al. (1997, p. 279) acerca da Filologia: “uma ciência histórica que tem por objetivo o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que eles nos deixaram: estes nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas.”

A partir dessa compreensão das dimensões da Filologia, buscamos a confirmação e o entendimento do processo de escravização do negro no município de Catalão-GO, com o estudo de documentos manuscritos, de cunho cartorial, deixados sobre esse momento histórico. A sua relevância reside, pois, no fato de que esses documentos desfazem qualquer hipótese, mesmo remota, de que não tenha havido, nessas terras do sudeste goiano, o processo de escravização africana.

Dubois et al. (1997, p. 279) ainda nos esclarecem que a edição de textos é “o trabalho principal do filólogo”. Nesse ponto, a Filologia, além de possuir um fim em si própria, auxilia outras disciplinas com materiais para pesquisa. A edição de textos permite que escritos guardados sejam publicados, alcançando um número maior de leitores e levando informações a pessoas que não teriam a oportunidade ou a habilidade de manusear o original.

Porém, para que o trabalho filológico seja confiável, seu executor deverá primar pelo rigor e pelo cientificismo, esgotando todas as dúvidas e lacunas que porventura aparecerem. Ele requer um trabalho exigente, minucioso e não afeito a tempos exíguos, porque somente assim seu produto final será algo confiável. Corroboram essas afirmações as palavras de Fachin (2008, p. 19), para quem, “o mérito do filólogo não se resume apenas à competência em ler com facilidade documentos manuscritos, mas ao cientificismo empregado ao estudá-los com a intenção de fazer com que o resultado de sua tarefa reflita fielmente o texto”.

O rigor torna-se, pois, condição fundamental para o trabalho filológico, como se pode confirmar no excerto abaixo, em que Melo (1975) mostra-nos o caminho responsável que o pesquisador da área deve percorrer:

O filólogo deve receber formação metódica, que lhe permita caminhar sem tropeços pelos caminhos de sua disciplina. Ele há de ser pacientemente iniciado no método da ciência, há de ter o espírito afeito à observação dos fatos, há de aprender a separar o joio do trigo. Importantíssima para ele é a aquisição dos fundamentos da ciência, onde se deve proceder por etapas, sem saltos, de maneira que as coisas se encadeiem bem. (Melo, 1975, p. 34)

Valendo-nos desses ensinamentos, nossos textos foram lidos e editados, seguindo a exigência do labor filológico, em conformidade com as “Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil”, propostas durante o II Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado em Campos do Jordão, em 1998, publicadas em Megale e Toledo Neto (2005).

É importante salientar que, nesse texto, fazemos apenas menção aos documentos. Os fragmentos utilizados como exemplos foram retirados das edições completas e poderão ser encontrados e acessados na monografia

final de especialização *Estudo filológico e linguístico em manuscritos sobre escravidão na Cidade do Catalão*, por nós elaborada (Cardoso, 2009), sob a orientação da Professora Doutora Maria Helena de Paula, e à disposição nos arquivos do Curso de Letras da Universidade Federal de Goiás, no Campus de Catalão.

## O SURGIMENTO DA CIDADE DE CATALÃO

O município de Catalão, localizado no sudeste goiano, vive hoje um momento de desenvolvimento econômico e social acelerado, servindo de referência para Goiás e outros estados. Conta com empresas mineradoras, metalúrgicas e com outros ramos da indústria, além de um comércio movimentado e sortido.

Quanto aos aspectos culturais, apresenta-se como um local de manifestações variadas, tendo notoriedade, no estado e até nacionalmente, a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, com a apresentação das tradicionais Congadas catalanas.

A história do surgimento do município de Catalão é relatada em vários livros, e muitas pessoas dão crédito a ela como resultado da passagem dos Bandeirantes, durante o movimento das Entradas e Bandeiras, por volta de 1722, em uma expedição comandada por Bartolomeu Bueno da Silva. Segundo consta, eles atravessaram o rio Paranaíba e nestas terras fixaram acampamento para descansar e, depois, prosseguir a caminhada.

O local do acampamento é noticiado como sendo a então Fazenda dos Casados, onde o bandeirante fixou uma cruz como símbolo do cristianismo defendido pelos colonizadores que vieram para cá. Dizem que foram deixados integrantes da comitiva no local, com a finalidade de abastecer futuras comitivas que necessitassem realizar o mesmo trajeto entre a Capitania de São Paulo e as terras habitadas pelos índios Goyases.

Desses integrantes da comitiva, temos notícia de que ficou aqui um espanhol da região da Catalunha. Por ser um catalão, cedeu, mais tarde, o nome de sua naturalidade ao povoado e, posteriormente, à cidade fundada às margens do Ribeirão Pirapitinga, que serviu de aguada para os primeiros habitantes. Não há certeza do nome verdadeiro desse espanhol e a veraci-

dade da história do surgimento de Catalão é contestada por alguns autores, que afirmam não existirem provas concretas para todas essas afirmações.

Na época em questão, os bandeirantes não encontraram quantidade satisfatória de ouro na região de Catalão, que, por esse motivo, não se tornou um local importante, a não ser pela localização. O movimento de “descobrimen- to” do interior da colônia se deu por motivos exclusivamente financeiros e onde encontravam metais preciosos era estabelecido um arraial. Podemos dizer que o povoamento de Goiás seguiu a trilha do ouro. Vejamos:

O Goiás Colônia conheceu a força urbanizadora das bandeiras, uma vez que sua rota estabeleceu, ao longo do século XVIII, a fundação de importantes cidades de referência incontestável como a cidade de Goiás, Pirenópolis, Crixás, Traíras, Arraias, Santa Cruz, Anicuns, Luziânia, Pilar, Mossâmedes, Catalão. (Paula, 2005, p. 140)

Catalão se desenvolveu após o período aurífero e teve como atividades principais a criação de gado e a agricultura.

#### **ESTUDANDO O PASSADO DE UM POVO**

Quando pretendemos voltar a épocas remotas para realizar um estudo sobre a origem de um determinado lugar, sem arquivos audiovisuais que registrem imagens da época ou falares de pessoas que lá viveram, esse trabalho não é fácil.

Assim, o pesquisador deve buscar essas respostas em textos escritos, sejam eles documentos oficiais ou não, em Museus, Igrejas, Prefeituras, Fóruns, Cartórios e casas de pessoas tradicionais da região, para formar um acervo e, com a leitura desse material, encontrar vestígios do passado importantes para o desenvolvimento de seu intuito de pesquisa.

Vale lembrar que, no texto escrito, principalmente no documento oficial, os rastros essenciais para a identidade de um povo, às vezes, são difíceis de serem reconhecidos; dessa forma, é necessário procurar informações implícitas nesse tipo de texto, num processo de desvendamento que requer conhecimento e muita dedicação. Desconsiderar essa prática pode gerar,

em muitos pesquisadores, o desprezo pelos documentos enquanto fontes de pesquisas, acelerando seu desaparecimento.

#### DOCUMENTOS SOBRE A ESCRAVIDÃO NA CIDADE DE CATALÃO

Durante o desenvolvimento do Projeto *Formação de corpora escritos de Goiás – leitura e edição de manuscritos*, coordenado pela Professora Doutora Maria Helena de Paula, por meio de autorização judicial conseguimos acessar os documentos exarados nos cartórios de Catalão. No Cartório do 2º Ofício Tabelionato, encontramos um códice de aproximadamente 400 fólios, onde foram registradas diversas negociações, realizadas no Termo de Catalão, no período de 20 de abril de 1861 (data do primeiro registro) a 14 de junho de 1876 (data do último registro). Dentre essas negociações, o que mais nos chamou a atenção foi a existência de um grande número de documentos referentes a transações de escravos.

O livro encontrava-se em péssimo estado de conservação, em uma estante metálica, nos fundos do cartório, sem os cuidados necessários para a sua preservação; não apresentava seus 50 primeiros fólios, que foram arrancados e estão desaparecidos. Como nossa autorização permitia o acesso para a observação e a realização de cópias fotográficas digitais dos documentos de nosso interesse, em formato JPG, digitalizamos todos os fólios presentes no códice.

Esses documentos foram observados, vinte deles foram lidos e editados em *fac-símile* e outra edição semidiplomática justificada, seguindo o rigor das teorias filológicas.

No desenvolvimento da pesquisa, deparamos com quatro tipos de documentos, todos tratando da negociação de escravos: 1) Escritura de compra e venda de escravos; 2) Escritura de hipoteca de escravos; 3) Escritura de doação de escravos; e 4) Carta de liberdade de escravos.

Eles foram escritos a punho, em papel mole, com pena de metal e tinteiro, e validados no Cartório do 2º Ofício Tabelionato de Catalão por dois escribas. Apresentam uma caligrafia variando de um escriba para outro quanto à legibilidade e ao grau de dificuldades para a leitura e a compreensão das palavras.

No códice, há o registro de cópias dos documentos, lavrados no próprio cartório ou trazidos prontos para que ali fossem transcritos e adquirissem um valor documental. Vários deles eram escritos nas fazendas e, depois, levados para serem copiados, sendo que o original sempre ficava em posse do fazendeiro ou do escravo.<sup>1</sup>

Pela leitura desses documentos, conseguimos depreender a presença marcante da mão de obra escrava, em nosso município, que, embora tenha se desenvolvido nos moldes de outras regiões, apresenta uma diferença básica por ser empregada na atividade agropecuária, na agricultura, em serviços diversos de fazenda (construções de pontes, muros, currais, cercas) e nos serviços domésticos. Como se viu, a mineração, ainda que existente, não foi significativa nessa região. Observemos o que diz este trecho sobre a mão de obra escrava:

O escravo africano foi a solução ideal, do ponto de vista do capital mercantil europeu, para a questão da mão de obra nas áreas coloniais. Mãos negras cortariam cana, trabalhariam nos campos de algodão, produziriam tabaco, extrairiam ouro, colheriam café, serviriam na Casa Grande, desempenhariam tarefas nas cidades coloniais... nenhuma atividade seria sequer pensada sem contar com as mãos negras dos escravos. (Peregalli, 1988, p. 57)

## DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS

Dentre os vários manuscritos sobre escravidão fotografados, foram trabalhados quatro tipos, que, deixando de lado a classificação de gênero, foram separados pela finalidade. Sobre eles faremos um breve relato explicativo:

a) **Escritura de compra ou venda:** tinha por finalidade registrar negociações entre senhores de terras que resolviam vender ou comprar escravos. Os cativos, que passavam por vários donos durante sua existência, eram considerados mercadoria e, como tal, acompanhavam o movimento do mercado. Nas escrituras, ficaram registradas as características físicas e nomes dos escravos, o nome do comprador, do vendedor, das testemunhas que pre-

---

1 Em posse dos escravos ficavam apenas as Cartas de Liberdades ou Alforrias, como eram popularmente conhecidas. Os demais documentos eram mantidos sob custódia dos senhores de escravos.

senciavam as negociações, o valor da transação e os impostos recolhidos para o poder público. Vejamos o exemplo que se segue:

por elle foi dito em presença | de mim escrivaõ e das duas testemunhas que | nesta data vende ao Senhor José Fernandes Villar, | que tambem estava presente, um seo escravo de | nome Zeferino, criollo de idade de quarenta annos ma\_ | is ou menos, o qual possui livre, e desembargado, e | o vende de ora em diante ao mesmo Villar, pe\_| lo preço e quantia de quatro centos e cincoenta | mil reis que recebeo ao passar esta. (Fragmento da Escritura publica de compra de um escravo crioulo de nome Zeferino, fólho 101 *recto*)

**b) Escritura de hipoteca:** foi largamente usada para garantir o pagamento de uma quantia em dinheiro, que era emprestada a algum fazendeiro. Dessa forma, passava-se um escravo ao poder do credor como garantia do pagamento da dívida e este usufruía gratuitamente dos serviços do escravo como forma de pagamento dos juros. Nos documentos, aparecem descritos os valores dos empréstimos, o tempo dado para o pagamento, além de cláusulas para resguardar o credor em caso do não pagamento da dívida ou da morte do escravo hipotecado. Vejamos um fragmento como exemplo:

ficando | odito Pedro Monteiro entregues dodito | escravo desde ja sem vencer jornal al | gum, que elles tem tractado deficar o| jor | nal do escravo pelo primeiro que odinhei | ro devia vençer que he ode dois emeio | por cento ao mez, cujo primeiro fica aser | tirado pelo jornal do escravo naforma | que se Costuma apagar nesta hypoteca. (Fragmento da Escritura de hipoteca que passa Sabino Dias de Carvalho a Pedro José Martinz Monteiro, fólho 57 *verso*)

**c) Escritura de doação de escravos:** era confeccionada para documentar a doação de um ou mais negros cativos sem pagamento algum. As escrituras que lemos e editamos relatam doações mais restritas a futuros herdeiros e familiares em geral como percebemos neste trecho de uma delas:

Escrava Maria Pelonia, aque recebi a | conta de minha legitima Paterna da quan| tia de cin coenta mil reis, que de minha | livre vontade dou aos meos Sobrinhos e | Sobrinhãs em partes iguais; filhos de mi\_ | nha irmã Maria; tudo isto feito em | presença das testemunhas abaixo assig\_ | nadas: e por assim ser verdade mandei | escrever e eu só me assigno com o meo- | proprio punho. (Fragmento do Registro de uma escritura de doação feita por Antonio José Pires, fólho 104 *verso*)

d) **Carta de liberdade:** servia para registrar a vontade do senhor em libertar alguns de seus escravos do sistema de cativo. Foi também um documento importantíssimo, uma vez que era entregue nas mãos dos escravos libertos e lhes servia de prova e garantia de sua liberdade. Mostrava o poder da palavra proferida pelo senhor, em discurso direto, ficando o cativo livre para seguir seu caminho. Isso pode ser percebido neste fragmento de uma carta de alforria:

declaramos que somos Se | nhores e possuidores de um escravo de | nome – Adaõ  
–, filho de nossa esca | va Luzia, Africana, cujos houvemos por | herança de nos-  
sos pais, e ao qual de | nossa livre e espontanea vontade, e | sem constrangimento  
de pessoa algu\_ | ma, concedemos desde já a liberda\_ | de; e de facto liberto fica  
de hoje | para sempre, afim de que desde já | possa gosar de sua liberdade, como  
| se fôra de ventre livre, e como livre | que é por virtude deste nosso presente |  
escripto, sem que ninguem o possa cha | mar jamais á escravidão, por qual\_ | quer  
pretexto que seja, pois que nós — | como Senhores que somos do dito esca | vo –  
digo, Adaõ, lhe concedemos a mes\_ | ma liberdade, sem clausula ou con- | dição,  
e queremos que este nosso escrip\_ | to lhe sirva de prova e lhe seja | proficuo em  
todo o tempo. (Fragmento do Registro d’uma carta de liberdade que passão os  
abaixo assinados ao escravo Adão, fólho 102 *verso*)

Ao analisar tais documentos, percebemos, pela seleção lexical, como os negros foram tratados em nosso município e em todo o território brasileiro. Trechos como: “hé Senhora epossuidora de um | escravo de nome Rufino, que pos\_ | sui livre de hypotheca ou ou\_ | tro, qual quer onus, do qual nesta | data faz doação ao dito José” (Fragmento da Escritura de doação de um escravo de nome Rufino cabra, fólho 109 *verso*) e “que hé senhor e possui-  
dor de u\_ | ma Escrava de nome Guiri\_ | na, aqual vende ao supra dito | José Pereira Guerra, pelo preço | de um conto e dusetos mil reis | aqual  
fica de hoje para sempre | pertencendo ao dito compra\_ | dor” (Fragmento da Escritura pública de venda de uma Escrava de nome Guirina, fólho 110 *verso*) descrevem bem o poder que o senhor de escravo possuía sobre os cativos e como eles eram considerados mercadorias.

Os escravos, que foram submetidos a duros serviços sem remuneração, sobrevivendo em condições subumanas, eram obrigados a extrair toda a riqueza da terra e sem dela nada possuir. Salles (1992, p. 286) salienta que

“a opressão fazia parte do sistema escravocrata, e o lucro era a preocupação das empresas. Extrair do preto o maior esforço possível, com o mínimo de dispêndio, eis o interesse dos proprietários”. Sabemos que “diante de trabalho duro e de maus tratos o escravo vivia muito quando durava sete anos. Eram considerados mais como coisas que como pessoas” (Palacín; Moraes, 1989, p. 32). Nesse aspecto, os documentos servem de prova fiel desses fatos no município de Catalão.

#### ASPECTOS LINGUÍSTICOS LEVANTADOS NOS DOCUMENTOS

Analisando os documentos citados, outro aspecto importante para os pesquisadores interessados pela evolução da língua são as questões linguísticas, pois neles há traços de conservação que remetem à língua usada no período da colonização. Essa conservação se apresenta, maiormente, no léxico e na ortografia e já foram observados por pesquisadores do Grupo Filologia Bandeirante, coordenado pelo professor Heitor Megale, em visitas a essa região, nas quais fizeram gravações orais para a realização de estudos posteriores.

São constantes, nos textos, as variações na forma gráfica de uma mesma palavra, percebendo-se que os escribas seguiam sua intuição para grafar palavras de escrita desconhecida ou que estivessem esquecidas. Isso comprova a falta de normatização, que, mesmo sendo contemplada posteriormente por alguns acordos ortográficos, gera dúvidas em relação à sistematização oficial até os dias atuais. Em um mesmo documento, encontramos duas grafias para a mesma palavra, como nos exemplos: <mes> e <mez>; <duzentos> e <dusentos>; <sessão> e <cessão>; <comparecerao> e <comparesserao>; <prazo> e <praso> etc.

Além disso, aparecem, em grande quantidade, palavras grafadas com consoantes geminadas como: <tabelliao>, <elle>, <effeito>, <fallecido>, <collector>, <acceita>, <commigo>, <aquella>, <anno> e outras mais. Buscando uma justificativa para essas ocorrências, Bassetto (2001, p. 96-97) afirma que essa prática possivelmente revela herança antiga da expressividade marcada do latim vulgar, que se prolongou até o primeiro tratado ortográfico da língua portuguesa.

Outra questão pouco respeitada na escrita dos documentos é a das fronteiras de palavras, que, possivelmente, devido à pouca flexibilidade do instrumento de escrita e à dificuldade em controlar o fluxo de tinta, geravam essas junções que, sensivelmente, dificultam o entendimento e a leitura, como podemos ver nos seguintes exemplos: <estavendaboa>, <meapresentou>, <dodito>, <dastestemunhas>, <podepertencer>, <devenda>, <obrigouafazer>, <otalaõ> e outras. Também, nessas estratégias de escrita, ressaltamos o grande número de palavras escritas abreviadas, com vogais e consoantes sobrescritas, como nos exemplos: <Conceiçam<sup>2</sup>> <Antonio<sup>3</sup>>, <mulher<sup>4</sup>>, todos encontrados na Escritura de venda de escravos, fôlio 56 verso.

Acredita-se que este recurso era usado com o objetivo de encurtar o texto, devido à dificuldade de acesso ao papel e à pequena quantidade de tinta disponível. Essas ocorrências são mais frequentes nas assinaturas, como podemos observar em: “Camillo Jose de Oliveira Novaes | Manoel Rodrigues Fraga | Joaõ Antonio daFonceca | Joaõ José da *Silva*<sup>5</sup> Gôrdo | Francisco Manuel de Cassia” (Fragmento da Escritura de venda de escravos, fôlio 56 verso).

No léxico, consideramos válido ressaltar a presença de palavras e expressões que não figuram mais em nosso vocabulário corrente. Como exemplos, podemos citar: <sis>, <supra dito>, <dia e era retro>, <litigio>, <decima>, <jornal>, <legitima paternal>, <reis>, <livro diario> e outras, que deixaram de ser usadas ou ganharam outras acepções, ao longo dos anos. Estas são as questões mais relevantes que resolvemos enfatizar, mas os documentos manuscritos constituem um bom material para a realização de outras pesquisas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter cumprido nossa principal intenção, que se pautava em noticiar a existência de documentos manuscritos relativos à escravidão na

---

2 Os grafemas <a> e <m> aparecem sobrescritos.

3 A sílaba <to> aparece sobrescrita.

4 Os grafemas <e> <r> aparecem sobrescritos.

5 O grafema <a> aparece sobrescrito.

cidade de Catalão; mostrar que estudos de natureza filológica estão sendo realizados; e salientar que vários outros documentos e códices sobre esses assuntos podem ser encontrados nesse município e em outros circunvizinhos, que passaram pelo mesmo processo de colonização.

Acrescentamos também que estudos dessa natureza conseguem responder a alguns questionamentos sobre o que vivenciamos hoje em Catalão, como, por exemplo, a forte tradição da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, comemoração encabeçada, na grande maioria, por pessoas de cor negra, descendentes de escravos. Prova disso é a realização da festa, na Igreja do Rosário, que foi construída para a catequização dos negros desse município; além do vocabulário relativo à escravidão que se pode notar nas canções entoadas pelos dançadores nos dias de festejos. Todas essas dimensões assumem significado no estudo da identidade de um povo.

Esperamos, ainda, despertar a curiosidade dos leitores pelo estudo filológico e pela abordagem da escravidão, marcando a importância desses temas em nossa região.

## REFERÊNCIAS

- BASSETTO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: Edusp, 2001.
- CARDOSO, C. V. *Estudo filológico e linguístico em manuscritos sobre escravidão na cidade de Catalão*. 2009. Monografia (Especialização em Letras – Leitura e Ensino) – Curso de Letras da Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão, 2009.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- FACHIN, P. R. M. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. A. *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia, SP: Ateliê Editorial/Fapesp, 2005.
- MELO, G. C de. *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.
- PALACÍN, L.; MORAES, M. A. S. *História de Goiás*. 5. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1989.
- PAULA, M. H. Traços de conservação no português falado, no Brasil: um estudo de manuscrito bandeirante oitocentista e de narrativa oral contemporânea. *Linguagem – Estudos e Pesquisas*, v. 6-7. Catalão, Curso de Letras da UFG – Campus de Catalão, 2005. p. 129-153.
- PEREGALLI, E. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Global, 1988.
- SALLES, G. V. F. de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.



# Notas sobre fontes para estudos linguísticos: esboço de uma discussão

| **Maria Helena de Paula**

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto tem como propósito apresentar questões relativas às fontes para pesquisas linguísticas do português do Brasil, e esboçar uma discussão no quadro dos estudos linguísticos, sincrônicos ou diacrônicos, da história da língua. Essa proposta se justifica porque, cada vez mais, estudiosos se esforçam em constituir *corpora* fiéis aos estados e usos linguísticos que pretendem estudar e, portanto, confiáveis a investigações de qualquer natureza.

A primeira questão para quem busca o estudo da história da língua diz respeito às fontes, pois, tomados como científicos, os estudos linguísticos reclamam para si a necessidade de preocupação com o material da pesquisa, que há de trazer o fato efetivamente registrado, não necessariamente o que o pesquisador deseja ou espera encontrar. Esta perspectiva é essencial na investigação científica, pois, embora o estudioso procure constituir o material para seu estudo, conforme o que deseja e projeta pesquisar, ele deve se ancorar na certeza de que a língua lhe dará a fonte de suas descrições e análises, que pode não coincidir com o que ele esperava inicialmente encontrar.

Em uma pesquisa *científica*, não é o pesquisador que molda e formata uma situação de uso da língua que sirva aos objetivos e procedimentos metodológicos de seu projeto de investigação; ainda que o seu projeto primeiro lhe seja um guia, ele não deve ser um parâmetro. O pesquisador não faz a fonte, ela é real enquanto expressão do uso por um falante ou um grupo de falantes; ele a encontra no mosaico heterogêneo de uma língua, identifica-a como ideal para seus propósitos, edita-a e constitui seu *corpo de material linguístico*.

Dito assim, pode parecer que as fontes para investigação linguística estão facilmente disponíveis e que acessá-las, na heterogeneidade dos usos, sócio-historicamente constituídos, não exige muito além de técnicas específicas. Pode sugerir, ainda, que uma vez encontradas e acessadas, editá-las é apenas mais uma etapa da pesquisa. Estas possibilidades são um equívoco, não apenas de compreensão, mas de um modo de fazer ciência linguística, não raras vezes adotado por pesquisadores por inexperiência, ingenuidade ou inescrupulosidade.

#### **SOBRE COMO ACESSAR AS FONTES**

Muitas são as fontes para estudos linguísticos de viés histórico<sup>1</sup> do português usado no Brasil. Por esse motivo, outra questão a considerar é que elas estão na linguagem verbal, na modalidade escrita ou na oral, e que não há duas línguas, uma para cada modalidade: oral e escrito são os modos como se manifesta uma determinada língua.

No caso da língua portuguesa usada no Brasil, compreender a sua história requer, de antemão, considerar o seu substrato histórico e social que pode se manifestar, menos ou mais explicitamente, nas fontes orais e escritas selecionadas para a investigação. O modo de acessar e editar estas fontes não pode apagar este substrato, ainda que a pesquisa não queira investigá-lo como foco principal. Não se deve, pois, falsear fontes de pesquisa para não falsear dados e, por fim, falsear a pesquisa.

---

1 Consideram-se históricos os estudos diacrônicos ou sincrônicos, que tomam os vários estados ao longo da história da língua ou apenas um estado do sistema linguístico, respectivamente (Saussure, 1995).

Dessa forma, não apagar a sócio-história manifestada nas fontes é mais uma questão a ser considerada na pesquisa, pois não se pode ler e editar, em um manuscrito, por exemplo, um diacrítico, um grafema, uma palavra ou uma expressão, equivocadamente, ou ainda ouvir e editar um texto oral como não fora dito, preenchendo inadequadamente hesitações e pausas, apenas para exemplificar de outro modo. Esses procedimentos são válidos para o trabalho com fontes de pesquisa linguística em qualquer estado de uso da língua.

As fontes escritas modernas estão em revistas, jornais, livros, gibis e outros suportes midiáticos diversos. As mais antigas estão, de modo geral, em acervos de arquivos públicos, cartórios, paróquias, bibliotecas, centros de documentação, acervos particulares. Reconhecer estas fontes e saber onde estão é o primeiro passo, anterior ao acesso a elas.

Para acessar as fontes antigas ou modernas,<sup>2</sup> que fazem parte de acervos, quase sempre é necessária uma autorização. Em jornais e revistas, por exemplo, o pesquisador deve providenciar, junto aos gerenciadores dos acervos, uma autorização para acesso, uso e divulgação de resultados, para evitar constrangimentos sobre direitos autorais e também de natureza ética.<sup>3</sup> Bibliotecas e arquivos públicos possuem uma política de acesso, que pressupõe cadastro de pesquisadores e regras para o uso de seu material de acervo. Acervos judiciais – exclusivos de cartórios, fóruns ou órgãos de igual natureza – exigem autorização de um juiz, da jurisdição a que pertence o acervo, para acesso, consulta e uso em pesquisa. Para usar acervos públicos, os pesquisadores precisam obedecer às normas próprias deles; não observar esses requisitos pode atrasar e até impedir o bom desempenho ou a execução de um projeto de pesquisa.

---

2 O estudioso de fontes escritas do século XX até os dias atuais encontra uma quantidade considerável de material impresso, em todos os gêneros textuais possíveis. Para os séculos anteriores, à medida que se recua no tempo, as fontes manuscritas se tornam mais comuns. Assim, chamamos de modernas, as do século XX até hoje, e de antigas, aquelas que se valem de suportes próprios à técnica de escrever à mão.

3 As universidades e centros de pesquisas, geralmente, possuem um comitê de ética que postula regras para acessos, estudos e divulgação de resultados de pesquisa nos quais se lida com acervos e material extraído de gravações orais exclusivas para pesquisa, não public(iz)adas anteriormente.

Também há necessidade de autorização prévia para se utilizar fontes orais, exclusivas para a pesquisa, ou seja, construídas para o fim de cumprir uma etapa do projeto de investigação do pesquisador, como gravações de áudio ou filmagens, para sua análise e divulgação de resultados. Os comitês de ética entendem que se os textos orais dizem respeito à vida ou às experiências dos falantes podem significar risco à sua vida. Por isso, carecem de autorização daqueles cujas falas serão gravadas ou de seus responsáveis.

Para fontes orais ou escritas públicas – programas de rádio ou de televisão, jornal diário ou semanário, revistas em circulação, obras literárias, catálogos – já editadas e publicadas, o acesso geralmente é livre, sem a necessidade de autorização.

#### **SOBRE COMO ORGANIZAR AS FONTES ESCRITAS PARA A PESQUISA**

Cumprida a etapa de acesso às fontes e de posse do material, outra questão a ser observada pelo pesquisador é como organizá-las. Ante a vastidão de possibilidades de investigação, mesmo que amparado por um projeto, o estudioso da linguagem se lança à laboriosa tarefa de organizar suas fontes. Se elas forem empíricas, o passo inicial é editá-las, isto é, dar a elas o formato e estatuto de texto que permitam o bom entendimento por outros leitores e não apenas por aquele que a estuda. Nessa fase reside, certamente, o ponto crucial para a pesquisa, pois, além do acesso e aquisição autorizada na edição, todo cuidado e técnica são necessários para igualmente garantir a fidedignidade das fontes.

No caso das fontes escritas *modernas*, o texto já é acessível e a edição provavelmente não se faz necessária. Para as impressões mais antigas, ou impressões modernas de textos mais antigos, conforme os registros da época, como são os *fac-símiles* de cantigas medievais, por exemplo, desdobrar a escrita gótica para o português é uma forma de tornar acessível a sua leitura. A edição, nesses casos, pode ser diplomática, semidiplomática ou modernizada, dependendo das intenções do editor diante de seu público.

Os manuscritos brasileiros coloniais, por exemplo, de acordo com Accioli (2003), espelham as dificuldades da escrita cursiva, com suas abreviaturas, supressões, traçados gráficos desenhados, vocabulário e referências

em desuso ou muito particulares, que dificultam a compreensão dos leitores. Nesse sentido, a edição tem o propósito de dar o texto ao conhecimento público com a possibilidade de ser compreendido por um número maior de pessoas, que não apenas o pesquisador-editor.

Vale lembrar que os manuscritos posteriores aos coloniais também precisam ser editados, uma vez que os documentos apresentam iguais dificuldades de leitura. Está na edição criteriosa desses documentos a garantia da fidedignidade do estado de língua em que foram redigidos.

Para tal, são utilizadas as “Normas para Transcrição de Textos para a História do Português do Brasil”, propostas durante o *II Seminário para a História do Português Brasileiro*, realizado em Campos do Jordão-SP, em 1998, pela comissão de pesquisadores constituída por Gilvan Muller de Oliveira e Valdemir Klamt (UFSC), César Nardelli Cambraia (UFMG), Permínio Sousa Ferreira e Tânia Lobo (UFBA), Sílvio de Almeida Toledo Neto e Heitor Megale (USP) e Marcelo Modolo. Essas normas, basilares na edição de manuscritos, encontram-se publicadas em vários estudos de filologia como nos que Cambraia, Cunha e Megale (1999) organizaram; também em publicações de Lobo (2001), Megale e Toledo Neto (2005), Fachin (2008), além de muitos trabalhos finais de programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, no Brasil, que fazem edições de cunho conservador.

As dezesseis normas de transcrição de textos têm garantido às edições de manuscritos, desde a sua proposição, um conjunto de procedimentos que visa uniformizar as práticas dos pesquisadores no trabalho com as fontes para suas investigações. Elas asseguram que outras pessoas, além de editores, entendam bem os textos editados e que o estudo feito alcance um público mais amplo, sejam eles pesquisadores da língua ou não; servem, portanto, aos mais diferentes interesses de investigação, principalmente ao da história do português. Acredita-se que estas normas têm resolvido as questões que até então se colocavam aos pesquisadores, atinentes à edição de textos escritos no português do Brasil. Segui-las, pois, com rigor, e revisar a edição exaustivamente são meios de ser fiel às fontes, tão diversamente multifacetadas. A realidade, todavia, se mostra diferente no que se refere às fontes orais.

## SOBRE AS FONTES ORAIS

Os estudos da língua portuguesa usada no Brasil, baseados em usos orais, carecem ainda de maior abrangência para dar conta da diversidade linguística que os caracteriza. Os estudos descritivos que abarquem esta diversidade demandam, por seu turno, volume e continuidade porque muitos e dinâmicos são os usos orais. Assim posto, assemelha-se a dizer que para o que reclamam os estudos descritivos orais do português usado no Brasil há de praticar com constâncias e em variáveis aspectos pesquisas que tomem os usos orais como fontes sistemáticas e legítimas para investigações discursivas, lexicais, sintáticas, morfológicas, fonéticas e fonológicas. Elas são necessárias para recobrir o funcionamento da língua, em sua modalidade oral, e para cotejo com os seus usos escritos.

No entanto, embora reconhecidas como necessárias e relevantes, as pesquisas com usos linguísticos orais não contam ainda com normas explícitas e gerais para edição de textos – a audição fiável, a transcrição que seja alcançada e compreendida por qualquer pessoa que, de posse das normas que a conduziram, tome-a para leitura. Isso se constata porque os pesquisadores do português, na modalidade oral, não elaboraram um conjunto de normas, com diferentes propósitos de investigação linguística, como fez o grupo de pesquisadores que estabeleceram as já referidas “Normas para Transcrição de Textos para a História do Português do Brasil”.

Não se pretende, com isso, conferir aos filólogos a supremacia na edição de textos para compor seus *corpora*, mas reclamar para os estudos orais uma uniformização das normas usadas nos diversos estudos com textos orais. Contra esta necessidade há vários fatores tais que as peculiaridades não linguísticas que envolvem o ato de fala, mas que, não raro, as contornam linguisticamente, como entonação, pausas, hesitações; as dificuldades de audição de falas muito dialetalmente marcadas. Ou seja, há impedimentos para se ler o texto oral e, também, para transcrevê-lo com vistas a servir como fonte fiável para pesquisas de diversificada natureza linguística.

Ainda assim, cabe reconhecer a necessidade e a urgência de pesquisas com usos linguísticos orais. Além disso, há outras questões a considerar:

como acessar as fontes orais? Como saber se elas são de fato confiáveis? Como identificar se a edição do texto oral em estudo cumpre as exigências mínimas da pesquisa que se pretende fazer? Parece, também, exigir atenção especial a formação de um *corpus* oral: que critérios foram estabelecidos para este e não aquele gênero textual; como foi registrado, para a pesquisa, aquele uso; o que motivou aquele uso no contexto da coleta do texto. Tais questões exigem respostas por parte dos linguistas que usam textos orais nas suas pesquisas. No entanto, não há de ser simples o que buscamos responder.

Cabe ressaltar que este estudo pretende, sobretudo, realçar a relevância inquestionável dos procedimentos de investigações desta natureza. Nessa perspectiva, nosso caminho argumentativo é apontar dificuldades e problemas para alçar os estudos com textos orais ao lugar que merecem nos estudos linguísticos. Como todo estudo que carece de formar o seu *corpus* empiricamente, ele demanda técnicas e métodos precisos e pretensamente uniformes para servir, depois, a quem a ele desejar recorrer; convém, ainda, estabelecer especificações quanto ao gênero do texto a ser estudado, o que exigirá uma situação de interação ou não interação mais ou menos monitorada que, por sua vez, deve levar em conta meios e técnicas também específicas, as quais devem considerar o sujeito falante, a situação de interação, o assunto tratado, o perfil do pesquisador etc.

Nota-se que a formação de um *corpus* oral confiável e que possa servir a pesquisas linguísticas diferentes está a exigir do estudioso tempo, domínio de normas e técnicas. Por essas razões, provavelmente, poucos são os pesquisadores que se lançam em projetos para os quais devem constituir empiricamente os seus *corpora* orais. Assim, as pesquisas com textos orais, nos gêneros variados e em variantes que busquem recobrir a diversidade da língua portuguesa no Brasil, configuram-se tão férteis quanto desafiadoras.

É necessário, porém, reconhecer os esforços dos pesquisadores brasileiros de textos orais, no intuito de abarcar, de algum modo, as múltiplas dimensões do quadro sociolinguístico brasileiro. O Projeto *Norma Urbana Culta* (NURC) e o *Programa de Estudo sobre o Uso da Língua* (PEUL), para tomar apenas dois exemplos, têm como objetivo primeiro o estudo da língua urbana falada nas capitais Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e

Porto Alegre, o primeiro; no Rio de Janeiro, o segundo. Reconhece-se, pois, que há sólidos estudos com textos orais, no Brasil, mas a Linguística ainda carece de muitos outros.

Dos vários estudos de textos orais que consultamos, não é possível traçar uma metodologia de composição do *corpus* mais ou menos geral. Há o modelo laboviano (Labov, 1983) de coleta de material linguístico, seguido pela grande maioria de pesquisadores, mas não há uma norma para edição de textos gravados nas mídias possíveis. Acreditamos que os entornos do texto oral, a dimensão não linguística, definem sobremaneira a produção linguística que o pesquisador esteja coletando. No entanto, ainda que estes entornos caracterizem o linguístico, não há como transpô-los para o novo formato do texto, o escrito. Entonações, hesitações, ênfases, marcas dialetais – com maiores ou menores intensidades – não são recobertas em transcrições gerais. Provavelmente foneticistas e fonólogos consigam normatizar uma chave de transcrição que atenda às suas demandas, mas que podem não ser relevantes para os estudos do léxico, da sintaxe, da morfologia, do discurso.

A formação de um *corpus* oral, para a manipulação mais eficaz dos dados, geralmente, passa pela sua transposição escrita (a transcrição), etapa que se caracteriza de modo tão diverso quanto são diversos os enfoques e interesses da pesquisa. Esta pode ser uma das razões da dificuldade de uniformizar normas de transcrição de textos orais.

Apesar das questões envolvidas na edição de um texto oral, é indiscutível que também nas manifestações orais encontra-se material significativo para descrição e análise linguística, legítimo e fiável para a compreensão da história de uma língua. É o que comprovam os fundamentais e bem alicerçados estudos publicados no Brasil.<sup>4</sup> Podem estar nos entornos linguísticos de que falamos, respostas que apontam traços culturais, elementos de memória e história que expliquem determinado uso linguístico em análise.

---

4 Publicações nacionais e estudos que se dão a conhecer apenas regionalmente noticiam as muitas pesquisas com textos orais no Brasil e que não podemos aqui enumerar para não correr o risco de não citar algumas. No entanto, todas elas construíram suas chaves de transcrição específicas ou reelaboraram algum modelo já existente.

Em um primeiro momento, a sensibilidade, o conhecimento prévio<sup>5</sup> e o envolvimento do pesquisador o guiarão no sentido de aproveitar o que pode lhe parecer um desafio em inestimável apoio a sua pesquisa. Todavia, esses entornos, que tanto dificultam uma normatização para a transcrição, não são transpostos na edição porque eles não constituem os textos que se ouvem, mas a eles são complementares. Transpô-los para a edição seria o mesmo que um filólogo transpor para a sua edição as características paleográficas, codicológicas e históricas inferidas da leitura que faz do manuscrito.

A pretensão desse texto é lançar questões acerca da problemática das fontes linguísticas das pesquisas do português usado no Brasil, especialmente as que querem entender sua história. Quer, ainda, reforçar a importância da fidedignidade das fontes, sob o risco de comprometer toda a investigação que o estudioso empreender. Assim, é aconselhável ao estudioso da língua, se não puder constituir ele próprio seu *corpus* de pesquisa, certificar-se de que o material utilizado como fonte obedeceu a critérios específicos que garantam a validade dos dados para seus objetivos.

Para tanto, é prudente que os pesquisadores publiquem, juntamente com o texto editado, oral ou manuscrito, as normas usadas e, principalmente, a fonte original. Quer dizer, o *fac-símile* seguido da edição garante, no caso da fonte escrita, a possibilidade de conferir a sua fidedignidade na edição. No caso do texto oral, é aconselhável também publicar, juntamente com a transcrição, as normas utilizadas e uma mídia, com o texto gravado, para dirimir possíveis dúvidas ou, inclusive, equívocos do editor.

No entanto, uma questão se coloca na maioria das pesquisas desta natureza. Conforme Labov (1983), o melhor material oral a que pode ter acesso o pesquisador é aquele obtido de modo não monitorado e que tenha cunho pessoal, pois, nessa situação de interação, o uso linguístico é real. Na prática da gravação de textos orais, em situações de desprendimento do pesquisador e do sujeito pesquisado, todavia, há fatos tão pessoais que, segundo

---

5 Não se deseja, aqui, defender uma gratuita empatia do pesquisador com o material pesquisado; antes, pretende-se colocar como necessária uma formação multidisciplinar que alcance esses entornos e possa servir de apoio imprescindível na investigação. Isso porque uma língua, o objeto de estudo que se quer discutir, é, sobretudo, resultado e parte de uma teia de relações de sentido, tecida social, histórica e culturalmente.

as normas de ética em pesquisa, não se podem divulgar. Assim, a edição deve suprimir e esclarecer, nas normas, esses hiatos da transcrição e o texto oral não pode ser divulgado, juntamente com sua edição escrita, por trazer na íntegra a gravação que, eticamente, comprometeria o sujeito pesquisado. Dessa forma, pensar as fontes orais de cunho pessoal, como fontes de pesquisa linguística, é mais uma questão a ser considerada pelo pesquisador.<sup>6</sup>

Afora essas notas para uma discussão sobre o estatuto das fontes nos estudos linguísticos, pretende-se, também, ressaltar a relevância de pesquisas empíricas, as que partem da perspectiva de que, para buscar as fontes linguísticas, uma das etapas da pesquisa, é preciso empreender a busca dos lugares, das pessoas, dos acervos e das suas condições de acesso.

Constituir um *corpus* com textos editados pelo pesquisador ou com aqueles cuja edição se conhece a ponto de considerá-la fidedigna ao estado de língua em que fora produzido o texto de origem (oral ou escrito) é a garantia de um bom começo de investigação científica e do envolvimento necessário para o trabalho com o material, conforme se postulou previamente como propósito da pesquisa.

Tornar-se um dos grandes conhecedores do texto editado, no tocante ao seu tema, às configurações gramaticais, lexicais e discursivas e aos seus entornos não linguísticos, mas complementares, não é obra do acaso: para isso o estudioso despenderá tempo, dedicação, rigor e disciplina, requisitos indispensáveis a qualquer cientista. Os campos da língua portuguesa, ecoando sons de bocas tão diversas em suas experiências marcadas pelo tempo, pela geografia e por outros condicionantes ou repousando na escrita, acomodada em acervos de cuidados tão variáveis, demandam a existência de mais desbravadores, aptos e interessados na sua história.

### **Pontuando um caso (ou um caso em duas fontes)**

---

6 Os textos orais não coletivos e não públicos, como as histórias de vida, as memórias de idosos, memórias de guerra e de ditaduras etc., bem como os escritos da mesma natureza devem se subordinar a normas restritas de divulgação.

A possibilidade de cotejar dados de textos orais com os de textos escritos é relevante para a defesa de que, decididamente, se trata de uma língua portuguesa apenas, manifesta em duas modalidades. Se o cotejo é feito com textos de épocas diferentes e leva a resultados semelhantes na análise, mais fundamentada se torna essa defesa. Com esse propósito, apresentamos um caso, a partir de uma fonte manuscrita em 1840, na Vila do Catalão, Comarca de Sancta Cruz, Província de Goyaz, e de uma fonte oral, gravada em 2003, na zona rural do município de Catalão-GO.

A palavra *carro* é o caso em questão. É encontrada diversas vezes, no livro que registra ocorrências do *Iuizo de Orfaons*, em catorze fólios, numerados em *recto* e *verso*, e outros cinquenta, numerados em *recto* e *verso*, para a transcrição feita, na segunda década do século XX, do que se identifica ser cópia, como consta no início de cada documento. Os fólios em que se encontra a referida palavra tratam do inventário feito por uma família, cujo patriarca deixa, como um dos bens, um carro ferrado e *arreiado* e suas juntas de bois. Como o inventário tem seus bens avaliados para leilão em praça pública, por várias vezes, para custear as despesas da família com o trâmite e pagar a *Collectoria*, a palavra *carro* (*carro-de-boi*) é recorrente.

Outro uso desse vocábulo, por dezenas de vezes, ocorre no *corpus* publicado por Paula (2007), constituído a partir de fontes orais, gravadas em domicílios de senhores e senhoras com idade superior a sessenta anos, marcadamente de experiências rurais. Nesse *corpus*, a palavra *carro* significa (1) o *meio de transporte*,<sup>7</sup> uma vez que o *carro-de-boi* ou apenas *carro* servia para transportar pessoas em épocas de estradas carreiras e de inexistência total de automóveis; (2) *ferramenta* imprescindível à diversidade *do trabalho rural*, porque auxiliava na lida dos engenhos, nos afazeres domésticos e no carreamento das colheitas, nas roças; por fim, derivada desta segunda acepção, (3) uma *unidade de medida*, relativa à quantidade de milho que comportava um *carro-de-boi*. Nos dois *corpora*, são coincidentes os significados (1) e (2), observados na descrição que fazem os textos. Vejam-se os fragmentos das fontes escritas: “Dizacéte Bois de **Carro** no seu vallon” (f. 3v, linha 15) e

7 O dicionário de Antonio de Moraes Silva (1813, p. 353) traz para o verbete *carro* a seguinte acepção: “**carro**, s.m. Instrumento de carregar; consta de rodas, leito, apeiro, &c. é tirado por bois, ou cavallos”.

“Hum **Carro** ferrado arreiado no |seu vallor desescenta mil reis” (f. 3v, linhas 30-31). O narrador, porém, mais preciso na descrição das funções do carro-de-boi, enuncia, além desta palavra, outras a ela relacionadas como *carrero*, *carriá*, *boi*, *boiada*, *pesçoço de boi*, como se vê neste fragmento:

Tocava as roça, p[r]icisiv’ tá impreitan’ o sirviço que o carrero num dava tempo, que naquel’ tempo num igistia ess[e] negó[cio] de trator, era muito custoso, caminhão era custoso, era era quais[e] tudo era no pesçoço de boi memo, né, carriá mantimento, ará chão tud’é, que hoj’im dia tem trator, né, quai[se] num depen... cabô ess[e] negó[cio] de **carro-de-boi**, né, que... Hoj’im tudo é na bas’ do das maquinara, mai[s] de primero era, o que dependesse assim era tudo em feito a boi. Ará chão, carriá. [...] vai in[do] perde o tipo daquil’ mai[s] eu sabia carriá e sabia arriá ãa boiada, sabia domá uns boi, né? (Paula, 2007, p. 251)

O *carro*, enquanto unidade de medida, responde pelo equivalente a cinco mil e cento e vinte (5.120) espigas de milho grandes, uma vez que um *carro-de-boi* tem capacidade de armazenar quarenta jacás de milho; cada jacá comporta trinta e dois atilhos de milho e cada atilho se faz com quatro espigas. Assim, o *carro-de-boi*, usado para transportar as colheitas, transforma-se também em uma medida das colheitas dos homens e mulheres das roças. Nestes dois fragmentos elucidativos podemos comprovar essas afirmações:

Ah, põe nos paiolim, né? Ah é, é um **jacá**. A medida é trinta e dois **atii** o mii grande, né? Agora põe de...p’a pô[r] todo mii aí pega mais, mai[s] a **medida exata** é trinta e dois **atii**. **Atii** é quato **espiga**, né? É, tem que escolhê no monte de mii, só o mii grande, né? Aí é a **medida exata**. (Paula, 2007, p. 223-224)

O mii o mii é, era era merma cois[a] de hoje, é puque é bão, hoj’é deferente que muita gente faiz é levá coidera lá pa dibuíá, né? De primero, só quebrava, né, quebrava el[e], fazia as bandera, [de]poi[s] juntava, juntava na média de vinte **jacá** cada monte, quarenta. Partia com o dono e o ot[ro] a gen[te], um ô vindia, o[u] t[ro] trazia, guardava, né, trazia tudo.

É, um um um **jacá**, o certo do **jacá** é trinta e dois **atii**.<sup>8</sup> E um **atii** é quat[r]o ispigas. [...] Não, só que tem, cê con[ta], ah! S’ocê, ah! Só, só num tivé o **jacá**, né, aí cê conta por **atii**, né, cê conta trinta e dois **atii** é um **jacá**. É isso, é... É, vende o **jacá**,

8 Variação de *atilho* (do verbo *atar*), que significa quatro espigas.

né, aí no caso, aí cê vê, e[le]s fala [as]sim: “Oh! Cê mim vende, não, eu quero comprá mei’ carro”.

Mei’ car[ro] de mii é vinte jacá. E um carro é quarenta É. O certo do carro de primero era cabê quarenta jacá de mii. (Paula, 2007, p. 414, fragmentos 59, 60, 61)

O uso de *carro*, palavra formada por redução de *carro-de-boi*, como medida, refere-se ao uso da capacidade para medir, armazenar e transportar as colheitas. Certamente, esta é uma medida que continua em uso em Catalão, onde se registraram fontes de ocorrência do vocábulo, embora o *carro-de-boi*, propriamente dito, provavelmente já não seja tão comum e necessário à lida rural. Atualmente, nessa região, pessoas mais jovens referem-se a esta medida sem saber a sua história, tampouco quantas espigas ela comporta. Pode-se dizer que, em função da existência do *carro-de-boi*, enquanto transporte e ferramenta de trabalho, na região de Catalão, a palavra *carro* também quer dizer cinco mil e cento e vinte espigas grandes de milho.

Tais informações só foram possíveis graças à natureza das fontes: a pesquisa em manuscritos mais recuados no tempo, em comparação a documentos orais atuais, demonstra quão necessária é a constituição de *corpora* empíricos para a pesquisa linguística. O cotejo pôde revelar, ainda, a expansão lexical que a palavra *carro(-de-boi)* vem sofrendo na região pesquisada, o que pode apontar, por meio da análise de outros vocábulos, se esta é uma tendência do português usado na região, em sua modalidade oral, por falantes do perfil dos narradores estudados por Paula (2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu, este estudo pretendeu, pois, ratificar a importância do esforço do pesquisador em buscar diretamente, nas fontes orais ou escritas, o seu material de pesquisa da história linguística. As obras lexicográficas, que são uma tentativa de recobrir os usos mais fundamentais das palavras de uma língua, não dão conta de todos os sentidos reais e possíveis no uso que delas fazem os falantes de uma língua. No caso destacado nesse estudo, por exemplo, o dicionário de Antonio Moraes Silva (1813) e o de Houaiss (2001), cronologicamente mais próximos à constituição das fontes,

não abarcam as variações de sentidos que os fragmentos de textos orais e escritos apresentaram. Moraes Silva, como se demonstrou, apresenta *carro* (não o *carro-de-boi*) como meio de transporte, e Houaiss (2001, p. 635), como unidade de medida de 10 toneladas de soja, não a medida trazida pelos narradores, uma vez que só o milho era medido em carros, sendo as outras colheitas impossíveis de se colocar às soltas nos *carros-de-boi* para medir; o arroz e o feijão, medidos em quartas, eram carreados já ensacados.

Espera-se ter demonstrado a importância do cuidado com as fontes e de como o cotejo delas para analisar dados pode ser proveitoso nos estudos de história da língua. Aqui, tomou-se o nível lexical, em expansão semântica e formação vocabular, para exemplificação; mas qualquer outro poderia ser objeto de estudo, nessa perspectiva e com as mesmas fontes.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLI, V. L. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massanga, 2003.
- CUNHA, Geraldo da; CAMBRAIA, César Nardelli; MEGALE, Heitor. *A carta de Caminha: edição semidiplomática*. São Paulo: Humanitas, 1999. (Série Diachronica, v. 1).
- FACHIN, P. R. M. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas/Fapesp, 2008.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LABOV, W. *Modelos sociolinguísticos*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983.
- LOBO, T. (Org.). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. A. *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia-SP: Ateliê Editorial/Fapesp, 2005.
- PAULA, M. H. *Rastros de velhos falares – léxico e cultura no vernáculo catalano*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SILVA, A. M. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Fac-símile da 2. ed. (1813). Rio de Janeiro, 1922, 2 tomos.



# A importância do trabalho filológico para os estudos ortográficos da língua portuguesa do século XVIII

| Phablo Roberto Marchis Fachin

## INTRODUÇÃO

De acordo com Gonçalves (2003, p. 40), “da análise do corpo de teorias e práticas portuguesas em setecentos, emergem quatro tipos de sistema ortográfico – etimológico, misto, filosófico e simplificado –, genericamente identificados em função de princípios predominantes”. Esses tipos representam, por um lado, tentativas de normatizar o sistema ortográfico da língua portuguesa do século XVIII e evitar as divergências de escrita no período; por outro, reflexos próprios da multiplicidade gráfica existente, que perdurou por outros séculos.

Ainda hoje, não sabemos ao certo quais foram as fontes de ortógrafos consagrados da história do português para a composição de suas afirmações. Sabemos apenas que a base para as postulações de suas doutrinas ortográficas era, muitas vezes, o uso da escrita utilizada pelos denominados *doutos*. Sobre essa questão, Gonçalves (2003, p. 228) afirma o seguinte:

O modelo linguístico emergente dos textos compulsados é fornecido em regra pela “élite intelectual”, pela Corte e pelas instituições ou órgãos a ela ligados, cujas

práticas linguísticas ganham força de norma. Assim, invocando os “Cortezãos, e Eruditos”, por oposição aos “ignorantes, ou Plebeus”, vistos estes últimos como responsáveis pela corrupção dos “idiomas”, Monte Carmelo (1767) remete em diversas ocasiões quer para o uso cortesão, quer para a chamada *intelegentsia*, ao afirmar que para “...esta Materia [Orthologia, e Prosodia]” depende inteiramente do uso, que por consentimento do Monarca introduz o Real Ministerio, e observam os maiores tribunais, os academicos, e Cortezãos...”

A pluralidade gráfica, no entanto, observada nesse tipo de obra do século XVIII, é percebida tanto no punho de pessoas que escreviam profissionalmente, como escrivães, tabeliães e literatos, quanto no punho de pessoas que não tinham habilidade de escrita, mas que faziam uso dessa prática casualmente.

Por haver número razoável de discrepâncias entre o que se defendia como norma em ortografias do século XVIII e o que se encontra em documentação manuscrita e impressa do mesmo período, o acesso a essas obras pode ser questionado e, por consequência, o seu grau de influência sobre quem lidava com a escrita naquela época.

A resposta a esses questionamentos deve surgir com a reunião dos resultados de estudos filológicos e linguísticos, em torno de dados concretos retirados de testemunhos diretos da prática de escrita de cada período da história da Língua Portuguesa, em comparação com o que se afirmava nas obras em questão. Mattos e Silva (2006, p. 45), ao tratar do português arcaico, já declarava a necessidade desse tipo de associação para embasar estudos de língua: “para chegar-se às possibilidades gramaticais do português arcaico as teorias e os dados deverão estar interligados”.

Mattos e Silva (2006, p. 33-34) afirma ainda que “o conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua – se ele é documentado por algum tipo de escrita ou de inscrição – é sempre fragmentado, porque fragmentário é o espólio de que dispõe o pesquisador”. Como tal, já não temos à disposição material em abundância para as nossas investigações e ainda somos obrigados a fazer um recorte do que pretendemos estudar, por conta de vários aspectos, entre os principais, a carência de tempo. Para formar uma visão do todo, tentamos analisar as suas partes que, no caso da história da

língua portuguesa, mais especificamente quanto à sua evolução gráfica, não são em pequeno número.

Enfatizamos, portanto, a importância do trabalho realizado por estudiosos que lidam com fontes diretas para contribuir com a fidedigna transmissão dos dados e, conseqüentemente, com os estudos linguísticos. Referenciamos aqui os muitos filólogos que, persistentemente, utilizam e editam testemunhos escritos para embasar suas pesquisas, ampliando pouco a pouco os *corpora* para a compreensão da História da Língua Portuguesa.

Com essa compreensão, desejamos ampliar a discussão a respeito do uso gráfico que se fazia da escrita no século XVIII, por meio da apresentação de dados inventariados em uma pesquisa de doutorado, na área de Filologia e Língua Portuguesa, na Universidade de São Paulo, que toma como base *corpora* de manuscritos brasileiros.

Além da edição semidiplomática desses manuscritos, com vistas a oferecer lição confiável para a investigação em História da Língua Portuguesa e Linguística Histórica, nessa pesquisa, os dados gráficos inventariados são analisados com base na coleta de informações em ortografias anteriores e posteriores ao *corpus*, gramáticas históricas e outros estudos modernos. Considerando as tendências ortográficas predominantes em ortografias e gramáticas da época, procuramos sistematizar os critérios gráficos utilizados durante o século XVIII em documentos manuscritos não literários em Língua Portuguesa.

### **A composição do *corpus***

O *corpus* é composto de manuscritos brasileiros referentes à Capitania de São Paulo, localizados no Arquivo Histórico Ultramarino/Instituto de Investigação Histórica Tropical de Lisboa, no Arquivo do Estado de São Paulo, em São Paulo, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. Selecionamos dois documentos para cada ano do século XVIII. O primeiro é de 21 de abril de 1701 e o último, de 10 de janeiro de 1800. Ao todo são 200 documentos, organizados cronologicamente em uma tabela, em que, após o número de ordem, seguem a datação em ano, mês e dia, a sua procedência, a tipologia do documento.

Para que o trabalho fosse realizado sob critérios científicos, empregamos as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”, apresentadas em Megale e Toledo Neto (2005).

O documento manuscrito abaixo, produzido em São Paulo na segunda metade do século XVIII, constante dos documentos do Departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo, é um importante testemunho direto do estado de língua do período em que foi escrito e da situação pela qual algumas famílias passavam quanto ao “ensino das primeiras letras” aos seus filhos. Trata-se de um requerimento, escrito a pedido de “pais de famílias” daquela cidade aos senhores do “Nobre Senado da Câmara” do mesmo local,<sup>1</sup> em que suplicam pela presença de quantidade suficiente de mestres para que seus filhos possam aprender a ler e escrever. Vejamos a transcrição semidiplomática justalinear do documento:

ILLustrissimo e Excellentissimo Senhor

<Perponha aCamara dois o tres Su | <9-1-41> | geitos Capazes de oSeruar os  
es | tatutos São Paulo a3 de Março de1770> | <Qualquer dos dois venhaõ des |  
ta Secretaria aexzame, eao | brigarse aos estatutos São | Paulo a5 de Marco de |  
1770<sup>2</sup>> | <3-3-1770>

Dizem os Pais de Familias desta Cidade, que elles | Carecendo que haja mestres  
de Escola, que posam emsinar a | Seus ffilhos reprezentaram aSua nescicidade ao  
Sennado daCa= | mera, para que dessem providencia, e imploracem aVossaEx-  
cellencia | Como Consta da Suplica junta; para efeito de hauer abundancia | de  
mestres, por não Sepoderem todos Sugeitar, eestarem dependen | tes de hum Sô,  
que Seacha emSinando nesta mesma; por quanto | delle Sô Se utiLizaõ alguns  
moradores, eoutros o não fazem por | Se não [ilegível] os genios, eaLem deque  
hauendo abundan | cia de mestres, todos Seaproueitaõ, aSim os Ricos, Como os  
pobres | porque quando hã muito, tudo he mais aComodado, enaõ Sendo aSim |  
poucos [menos] Sam os que Se aproueitaõ, porque os mais delles, hé huma | mera  
pobreza, detal Sorte que muitos Pais, de familias, vendo aCons | ternação emque  
Seacham, nafalta de mestres, estaõ por Sy, enSi= | nando os ffilhos porem Com  
pouco adiantamento eComo Sefas jus= | to que o bem Comum, preuaLeça ao  
particuLar, de hum Sô mes | tre; por esse motiuo.

1 Segundo Moura (2005, p. 261), “a condição de Senado, alcançada em 1711, antes portanto da perda da autonomia da capitania, sugere que o poder e prestígio desta instância não eram desprezíveis, capacitando-a como importante instrumento de pressão e detentora de interesses específicos no período”.

2 Segue rubrica composta pelas letras “D” e “L”.

Pedem a Vossa Excellencia Sedigne Como Pay, e Senhor | mandar, que nesta Cidade Seposam ConSeruar | mestres de Escola, Como Sempre Sepraticou, pello | ividente prejuizo, que Se esprimenta, de não hauer | Senão hum Sô mestre<sup>3</sup> | *Espera Receber Merce*

Vejamos, agora, o mesmo documento transcrito de forma atualizada e justificada:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Proponha à Câmara dois ou três sujeitos capazes de observar os estatutos. São Paulo, a 3 de março de 1770.

Qualquer dos dois venham desta secretaria a exame e a obrigar-se aos estatutos. São Paulo, a 5 de março de 1770.

Dizem os pais de famílias desta cidade que eles, carecendo de que haja mestres de escola, que possam ensinar a seus filhos, representaram a sua necessidade ao Senado da Câmara, para que dessem providência e implorassem a Vossa Excelência, como consta da súplica junta; para efeito de haver abundância de mestres, por não se poderem todos sujeitar, e estarem dependentes de um só, que se acha ensinando nesta mesma; por enquanto dele só se utilizam alguns moradores, e outros o não fazem por se não [ilegível] os gênios, e além de que, havendo abundância de mestres, todos se aproveitam, assim os ricos, como os pobres, porque, quando há muito, tudo é mais acomodado, e não sendo assim poucos, menos são os que se aproveitam, porque os mais deles são uma mera pobreza, de tal sorte que muitos pais de famílias, vendo a consternação em que se acham, na falta de mestre, estão por si, ensinando os filhos, porém com pouco adiantamento e, como se faz justo que o bem comum prevaleça ao particular de um só mestre; por esse motivo.

Pedem a Vossa Excelência se digne como pai e senhor: mandar que nesta cidade se possam conservar mestres de escola, como sempre se praticou, pelo evidente prejuízo que se experimenta de não haver senão um só mestre.

*Espera Receber Mercê*

Não é muito difícil a identificação dos vocábulos que apresentam variação gráfica na edição semidiplomática do documento apresentado. Na tabela, cada ocorrência é acompanhada, entre parênteses, pelo número de vezes que aparece no manuscrito e, logo após, pela linha em que se encontra na edição semidiplomática:

---

3 Na altura dessa linha, à esquerda, há uma marca redonda do carimbo do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

Varição	Ocorrências	
<a> / <e>	camara (1), 2	camera (1), 8
<m> / <n>	emsinando (1), 11, emsinar (1), 7	ensinando (1), 17
<am> / <ão>	sam (1), 14	saõ (1), 3

Há também vocábulos que, apesar de não apresentarem variação no *corpus*, chamam a atenção pela escrita: aproueitaõ (2), 13, 15, conseruar (1), 20, hauendo (1), 12, hauer (2), 9, 28, motiuo (1), 18, oseruar (1), 2, preualeça (1), 18; he (1), 14, hé (1), 215, hum (3), 10, 18, 21. huma (1), 15; ffilhos (2), 7, 17, sennado (1), 13, delle (1), 11, delles (1), 15, elles (1), 6, excellencia (2), 9, 19, excellentissimo (1), 1, illustrissimo (1), 1, pello (1), 20; esprimenta (1), 21 perponha (1), 2.

Documentos dessa natureza e com essas características não são raros, em arquivos de diversas instituições públicas e privadas, e estão quase sempre disponíveis para serem lidos e editados. Servem, deste modo, como fonte de estudos filológicos, históricos e linguísticos, pois são extremamente representativos do uso corrente que se fazia da língua escrita na época e dos aspectos socioculturais ali presentes. Ao tratar do português arcaico e dos documentos notariais, fundamentais para o seu conhecimento, Mattos e Silva (2006, p. 39-40) declara também que esses documentos “são significativos e informativos para a história da língua porque trazem a data em que foram exarados, além de serem localizados ou de poderem ser localizados com certa precisão”.

## O LEVANTAMENTO DE VOCÁBULOS COM VARIAÇÃO

Todos os vocábulos que apresentaram variação gráfica, no *corpus*, foram selecionados e organizados numa tabela de modo que pudessem ser visualizados de acordo com a evolução cronológica da produção dos manuscritos. A edição semidiplomática, resultante da leitura do documento, foi dividida em quatro partes, cada uma correspondente a um quarto do século XVIII, com numeração contínua de linhas de cinco em cinco. Os dados inventariados, portanto, foram organizados de acordo com essa divisão. Vale lembrar que, ao lado de cada vocábulo, há o número de ocorrências, com a indicação

da linha em que se encontra, no respectivo período da edição. O quadro a seguir, com dados da primeira metade do século XVIII, exemplifica a variação <a>/<e> no *corpus*.

1701-1725		1726-1750	
diante (6), 49, 159, 1027, 1030, 1070, 1072	adiante (1), 21 diente (2), 18, 943		
camara (16), 522, 640, 642, 644, 646, 648, 730, 730, 757, 936, 971, 985, 1047, 1097, 1105, 1119	camera (10), 305, 962, 1051, 1054, 1071, 1076, 1079, 1084, 1085, 1134	camara (28), 159, 167, 175, 244, 263, 272, 273, 388, 393, 420, 487, 628, 758, 760, 763, 764, 831, 850, 852, 853, 858, 862, 865, 901, 937, 1047, 1077, 1159 camaras (1), 947	camera (32), 51, 57, 64, 82, 95, 104, 120, 304, 328, 359, 411, 416, 434, 448, 458, 512, 634, 639, 659, 755, 913, 921, 966, 1002, 1022, 1162, 1163, 1172, 1178, 1187, 1188, 1188
daclarado (1), 67	declaracom (1), 736 declarações (1), 792 declarada (1), 1036 declaradas (1), 547 declarados (1), 173 declarar (3), 26, 58, 536 declarara (1), 1081 declaro (3), 538, 540, 541		
dazaseis (1), 564	desaseis (1), 318		
	dezemparados (1), 1124	dezamparos (1), 1062	
infantaria (2), 220, 312	infanteria (1), 126	infantaria (6), 583, 598, 728, 1204, 1207, 1215	infanteria (1), 976
		nesasario (1), 456 nessassario (1), 79	nessecarios (1), 21 nessesarias (1), 405 nessesario (1), 373 nessesarios (1), 344 nesesaria (1), 383 nesesario (1), 424
parnahiba (2), 441, 640 parnaiba (2), 432, 639	pernahiba (2), 277, 462		
particular (2), 194, 307 particulares (4), 223, 235, 393, 525	perticular (1), 246		
		rapartir (1), 379	repartição (1), 287 repartirisse (1), 376

(continua)

1701-1725		1726-1750	
proprietarios (1), 724 propyatario (1), 1059	propriedade (1), 192		
razaõ (2), 137, 608	rezaõ (3), 409, 480, 856 rezoës (3), 775, 906, 907 resaõ (1), 803	rasaõ (1), 956 razaõ (2), 827, 844 razoens (1), 941 razoiñs (2), 847, 860	rezam (1), 44 rezaõ (2), 799, 800 rezaõ (7), 372, 532, 583, 607, 916, 1158, 1206 rezoens (1), 74
rraporto (1), 505	reporto (3), 5, 473, 509		
sacretaria (2), 1073, 1080	secretaria (1), 1061		
		taballiam (2), 469, 482	tabeliam (1), 1188

Por meio dos exemplos do quadro, a variação <a>/<e> pode ser observada e analisada tanto sob o ponto de vista da tonicidade quanto no do contexto em que ocorre. Dos quinze casos encontrados, um ocorre em sílaba tônica, *dian*te / *diente* / *adiente*, outro em pós-tônica, *camara* / *camera*, e treze em pré-tônica, *daclarado* / *declarados*, *dazaseis* / *desaseis*, *dezemparados* / *dezamparos*, *infantaria* / *infanteria*, *nesasario* / *nesesario*, *parnahiba* / *pernahiba*, *particular* / *peticular*, *rapartir* / *repartirsse*, *proprietarios* / *propriedade*, *razaõ* / *rezaõ*, *rraporto* / *reporto*, *sacretaria* / *secretaria*, *taballiam* / *tabeliam*.

Vejam os que afirmam a respeito desse tipo de variação alguns ortógrafos contemporâneos aos documentos e também gramáticos históricos, posteriores ao *corpus*, mas que também se debruçaram sobre esse período da nossa (orto)grafia.

Quanto aos ortógrafos consultados, Barreto (1671, p. 73) afirma que “em algũs vocabulos, que dos Latinos temos se converte o *a* e *e*, como de *alacris*, *alegre*, *faetus*, *feyto*, *faxus feixe*; *basium*, *bejo*; *lac*, *leyte*; *magister*, *mes-tre*; *sagitta*, *seta*, & outros taes.” Tanto Feijó (1734) quanto Monte Carmelo (1767) não fazem referência teórica a esse tipo de variação.

Entre os gramáticos históricos consultados, Nunes (1951, p. 40) afirma que “casos há em que o *a* tônico se acha excepcionalmente representado por alguma das duas vogais *e* ou *o*”. Para o autor, tal fato atribui-se talvez à dissimilação vocálica, à suposta relação com outra palavra ou à influência estranha, como a arábica, nos dois nomes próprios *Beja* e *Tejo*. Ele cita, como

exemplo do primeiro caso, *abantesma* ou *avantesma*, que correspondem ao greco-latino *phantasma*. Do segundo, a palavra *erva*, em *êrvodo*, representante do latim *arbütu*. Quanto ao *a* átono, Nunes (1951, p. 57) declara que pode permutar por vezes com outras, quer sob influência das consoantes com que estão em contacto, quer por assimilação ou dissimilação das que lhes seguem, podendo o *e* “passar para *a* ou para *i*, quando junto de vibrante ou lateral e das guturais ou palatais”. Em outra afirmação, Nunes (1951, p. 59), declara que “é possível que ascenda já ao latim vulgar a tendência, muito visível na linguagem do povo, para trocar por *a* qualquer vogal, especialmente *e*, que se encontre em sílaba inicial átona”. Nunes (1951, p. 61) afirma ainda que “*An-* e *In-* tendem a permutar entre si”, como se vê nestes exemplos: *antenatu-*, *enteado* ou *anteado*; *antenna*, *antena* ou *entena*.

Said Ali (1965, p. 34) relaciona a variação entre <a> e <e> ao fechamento do *a*. Menciona a distinção feita em Portugal entre *a* aberto e *a* fechado e cita o português antigo, como exemplo, defendendo que *a* fechado existia, nesse período, pela circunstância de representar-se, às vezes, em sílaba átona, o *a* etimológico por *e*; e, em outras vezes, o *e* etimológico por *a*. Estes são os exemplos apresentados pelo autor: *ventagem*, *estronomia*, *estroslosia*, *estroso*, *rezom*, *epocalipse*, *fantesia*, *mes* (que, segundo o autor, em *Leal Conselheiro*, alterna-se com *mas*), *abóbedas*, *tomás de equino apístola*, *avangelho*. Para o autor, *a* proveniente de *e* é raro, sobretudo em sílaba tônica. A esse respeito declara:

Em português antigo havia a preposição *antre* (*inter*), usada ainda por vários quinhentistas. Camões e os que aprenderam a sua linguagem restabeleceram a forma *entre*. De *pietat-* vieram não somente *piiedade* e os respectivos derivados, mas ainda as variantes, *piadade*, *piadoso*, *apiador*. Para as formas rizotônicas firmou-se o uso da vogal *a*; para as restantes oscilam os escritores (ainda os seiscentistas) entre *a* e *e*. Vieira tem *piadoso* (*Serm.* 3,488, 489), *piiedade* (*ib.* 3,489). (Said Ali, 1965, p. 34)

Coutinho (1976, p.104), ao tratar das vogais tônicas, faz afirmação semelhante à exposta por Said Ali (1965), inclusive com exemplos coincidentes. Para o autor, a variação <a> / <e> enquadra-se em exceções que podem ser observadas devido à dissimilação, *phantasma*>*abantesma*; à analogia: *arbütu* > *êrvodo*, por influência de *erva*; ou, então, à ação de outra

língua ou importação estrangeira: *Paca* por *Pace*>*Beja*, *Tagu*>*Tejo* (árabe), *capu*>*chefe* (francês).

Embora tais autores possuam hipóteses a respeito da variação <a> / <e>, inclusive por meio de exemplos, a explicação, na maioria dos casos, ainda é generalizante. Segundo Mattos e Silva (2006, p. 47), as gramáticas históricas “apresentam fatos genéricos referentes à fase arcaica, sem mencionar as fontes e destacar as variações que se documentam do século XIII ao XV”.

O mesmo ocorre com referência ao século XVIII. Ao fundamentar seus comentários, muitas vezes, apenas com base na passagem do latim ao português, determinados autores deixam à margem o uso corrente da língua do período em questão. Com o “salto” dado por ortógrafos e gramáticos, o leitor não é capaz de recuperar as transformações que a língua sofreu ao longo do tempo. Daí a urgência do trabalho filológico, com fontes diretas e dados concretos, datados cronológica e topicamente.

A análise do quadro de vocábulos com variação <a> / <e> nos mostra dados que vão além das afirmações dos autores citados anteriormente, uma vez que possibilitam ao estudioso, por meio da análise dos contextos em que ocorre a variação, verificar a precisão das afirmações encontradas em ortografias da época dos documentos e em gramáticas históricas escritas posteriormente, além de rastrear o momento de transformações pelo qual o sistema (orto)gráfico da língua portuguesa estava passando naquele momento de sua história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguramente, com os dados inventariados de testemunhos diretos, há como fundamentar hipóteses a respeito do que ocorria, de fato, no sistema de escrita não só do século XVIII como também de outros períodos. A comparação com o que já é conhecido, por meio das obras aqui citadas, é outra atividade obrigatória ao pesquisador para comprovar suas postulações. Sobre isso, Mattos e Silva (2006, p. 43) afirma:

Se pelas teorias da Linguística Histórica e com suporte de teorias linguísticas em geral se pode chegar à caracterização esquemática de um momento na história

passada de uma língua, são os dados empíricos, fornecidos pela documentação remanescente, que confirmarão ou não as teorias e que permitem rastrear e em parte reconstruir o seu uso vivo.

Por mais que os teóricos que postularam doutrinas ortográficas tenham estudado e que pesquisadores de diversas vertentes tenham procurado sistematizar suas doutrinas, ainda é necessário ir além de suas obras e se debruçar sobre os documentos que estão por ser lidos e editados, em arquivos e outras instituições públicas e privadas, cujo conteúdo é fonte riquíssima para trabalhos filológicos. Por meio deles, pode surgir contribuição considerável para os estudos de história da língua, campo em que ainda se encontra escasso o número de edições realmente fidedignas para esse tipo de estudo.

## REFERÊNCIAS

- BARRETTO, I. F. *Orthografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa, 1671.
- COUTINHO, I. de L. *Gramática Histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1976.
- FEIJÓ, J. de M. M. *Orthografia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*. Lisboa Occidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734.
- GONÇALVES, M. F. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.
- MATTOS e SILVA, R. V. *O português arcaico*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. de A. *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.
- MONTE CARMELO, L. de. *Compêndio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras para que em todas as províncias*. Lisboa: Off. Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.
- MOURA, D. A. S. de. Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1765-1822). *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 261-290, 2005.
- NUNES, J. N. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1951.
- SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

# Os diferentes usos da letra “h” em um manuscrito setecentista<sup>1</sup>

| Renata Ferreira Costa

## INTRODUÇÃO

A função substantiva da Filologia, que consiste em restaurar o texto, preparando-o para a publicação, tem como etapa mais importante a reprodução textual, ou seja, a edição do texto, que contribui grandemente com o trabalho de profissionais de outras áreas de estudo, além de servir como instrumento de preservação e divulgação de importantes registros do patrimônio linguístico, histórico e cultural.

O filólogo, além das dificuldades que surgem da leitura dos manuscritos, depara-se com algumas questões importantes, tais como: como editar o texto? Que tipo de edição é a mais adequada? Quais serão os critérios adotados? O primeiro passo para se estabelecer a resposta apropriada é observar dois aspectos primordiais: a finalidade da edição e para quem é destinada. A partir daí, é possível selecionar o melhor tipo de edição para atender aos objetivos pretendidos.

---

<sup>1</sup> Parte deste estudo foi apresentada em nossa Dissertação de Mestrado (Cf. Costa, 2007).

A edição semidiplomática, também conhecida como diplomático-interpretativa ou paleográfica, apresenta uma dose mínima de intervenções editoriais; uma delas é o desenvolvimento das abreviaturas, com o objetivo de apresentar um texto muito pouco afastado do que se acha no manuscrito e facilmente legível a um leitor não especialista em questões filológicas ou linguísticas, ou a um linguista interessado apenas em aspectos linguísticos, mais amplos, como o léxico e a sintaxe, para os quais o acesso à aparência gráfica original não é fundamental.

Este texto, por meio da edição semidiplomática do manuscrito setecentista *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos os seus memoráveis sucessos desde o anno de 1531 até o presente de 1796*, de Manuel Cardoso de Abreu, oferece ao leitor um texto seguro, fiel às características grafemáticas e linguísticas do manuscrito e provido de esclarecimentos e informações importantes que lhe possibilitam avaliar os critérios de transcrição e compreensão do texto, em todos os seus pormenores. Resgata, assim, um aspecto interessante relacionado ao passado linguístico brasileiro.

Assim, considerando-se que o século XVIII demarca os primeiros indícios de traços específicos que caracterizam o português brasileiro, como salienta Teyssier (1997, p. 95), e que essa época ainda carece de *corpora* e estudos linguísticos mais aprofundados, apresentam-se, nesse trabalho, algumas considerações sobre os diferentes usos da letra “h”, na *Memória Histórica*, um volumoso manuscrito pertencente ao Arquivo do Estado de São Paulo, cota E11571, e que recebeu uma edição semidiplomática, em nossa dissertação de mestrado, defendida em 2007, na Universidade de São Paulo.

Essa obra é um testemunho valioso e imprescindível para a pesquisa, em diversos campos do saber, em especial para a Linguística Histórica no que concerne ao estado da língua portuguesa no século XVIII, em sua variedade brasileira.

### **O corpus**

O manuscrito *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos os seus memoráveis sucessos desde o anno de 1531 até o presente de 1796* é composto de 163 fólios, encadernado e em ótimo estado de conservação, que pertenceu

ao visconde de Balsemão, a quem a obra foi dedicada, juntando-se à sua biblioteca, em Lisboa. Depois da morte do visconde, a obra foi comprada pelo barão de Rosário, que a trouxe novamente para o Brasil, dando-lhe uma nova encadernação. Em 1915, Altino Arantes, então Secretário do Interior, adquiriu o códice para o Arquivo do Estado de São Paulo, onde ainda se encontra sob a cota E11571.

O texto é uma narrativa dos feitos heroicos dos antigos paulistas. Seu grande tema é toda a história da Capitania de São Paulo, anteriormente conhecida como Capitania de São Vicente, exaltada por meio da obstinação, coragem e valor de seus nacionais, tendo como figura central Martim Afonso de Sousa, responsável pela fundação da Vila de São Vicente.

A autoria da obra é contestada pelo historiador Afonso d'Escragnole Taunay, segundo o qual, Manuel Cardoso de Abreu, nascido em 1750, em Araraitaguaba, atual Porto Feliz, e morto em São Paulo em 1804, oficial maior da secretaria do governo da Capitania de São Paulo, teria plagiado as obras de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

A acusação de plágio, no entanto, não subtrai da obra seu valor enquanto importante fonte para a reconstrução da história social e linguística brasileira.

### **PANORAMA LINGUÍSTICO BRASILEIRO NO SÉCULO XVIII**

O panorama linguístico brasileiro até o século XVIII engloba o português europeu, falado, sobretudo, pelos colonos brancos e seus descendentes; um crioulo ou semicrioulo (adaptação do português) no uso das populações de origem indígena, africana e mestiça; a “língua geral”, de origem tupi, língua de comunicação usada pelos mamelucos e pelos brancos, em suas relações com o gentio, além de alguns falares africanos, em uso nos quilombos ou entre negros novos, mas ainda não devidamente aportuguesados.

Em meados do século XVIII, o Marquês de Pombal empreendeu uma série de reformas no ensino, com medidas que objetivavam extinguir toda a influência oposta ao modelo linguístico metropolitano, inclusive o uso da

“língua geral”,<sup>2</sup> que foi pouco a pouco caindo em desuso, até limitar-se às povoações do interior. Além disso, a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a chegada de sucessivas levas de imigrantes portugueses à colônia, segundo Coutinho (1962, p. 380), consolidaram a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa.

Na Capitania de São Paulo, diferentemente do que aconteceu nas colônias nordestinas, houve um isolamento social e econômico. Os paulistas praticavam a caça aos índios para vendê-los no mercado interno, o que contribuía para a expansão das fronteiras, mas restringia seus contatos ao território brasileiro. Dessa maneira, ficavam afastados da influência da língua e dos costumes da metrópole – uma situação que contribuiu para a menor presença dos africanos e a maior quantidade do escravo indígena. Além disso, como boa parte da população masculina da capitania estava constantemente e por muito tempo no sertão, a educação das crianças era feita pelas mães, de modo que, “na rigorosa reclusão caseira, entre mulheres e serviçais, uns e outros igualmente ignorantes do idioma adventício, era o da terra que teria de constituir para elas o meio natural e mais ordinário de comunicação” (Holanda, 1976, p. 89).

Ainda que o tupi fosse a língua dominante na Capitania de São Paulo, não se pode excluir a importante presença da língua portuguesa, que, segundo Villalta (2005, p. 339), estava restrita ao espaço público, pois era aprendida na escola e usada nos documentos escritos. Esse fato é confirmado por Vieira (*Obras Várias*, I, Lisboa, 1856, p. 249 apud Navarro, 1998, p. 174) quando escreve:

É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola...

---

2 A expressão “língua geral” foi inicialmente usada por portugueses e espanhóis, segundo Rodrigues (1986, p. 99), para designar as línguas indígenas que eram faladas uma grande extensão territorial. Mais tarde, a mesma expressão passou a ser usada para qualificar uma língua popular, de comunicação, “geral a índios missionados e aculturados e a não índios” (Rodrigues, 1986, p. 101).

Do contato do tupi com a língua portuguesa, em especial na Capitania de São Paulo, constituída por uma sociedade altamente miscigenada, nasceu uma língua de comunicação, também chamada Língua Geral do Sul ou Língua Geral Paulista. É, como salienta Rodrigues (1986, p. 102):

[...] a língua que no século XVII falavam os bandeirantes que, de São Paulo, saíram a explorar Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e o Sul do Brasil. Por ser a língua desses pioneiros e aventureiros, penetrou essa Língua Geral em diversas áreas aonde nunca tinham chegado índios Tupi-Guarani e aí deixou sua marca no vocabulário popular e na toponímia.

Essa língua franca, não aprendida na escola e transmitida pela oralidade, “em situações de aquisição imperfeita”, como observa Mattos e Silva (2001, p. 286-287), seria, talvez, “um português simplificado, com interferências de línguas indígenas”. Essa questão é apontada por Monteiro (2005, p. 164), que considera o português colonial uma língua corrompida “pela presença de barbarismos africanos e indígenas”.

A Língua Geral do Sul ganhou vida e difundiu-se por todas as camadas sociais, irradiando-se do privado para o público, conforme salienta Villalta (2005, p. 336), formando o que hoje é a variante paulista da língua portuguesa.

## A ORTOGRAFIA

A ortografia portuguesa, segundo Coutinho (1962, p. 80), nunca foi uniforme, havendo, nos primeiros tempos, uma grande tendência fonética que começou a receber complicações com a exigência de um maior conhecimento do latim para a leitura de escritores clássicos, o que abriu espaço para a influência etimológica.

Com a ampliação do uso da escrita, houve a necessidade de se estabelecer uma periodização da ortografia, o que, em verdade, constitui um problema um tanto complexo, pois talvez não se possa falar a rigor em períodos que esclareçam satisfatoriamente a evolução ortográfica da língua.

Para a ortografia portuguesa foram estabelecidos três períodos, explicitados abaixo, segundo as informações contidas em Coutinho (1962, p. 80) e Williams (1975, p. 33):

**Período Fonético:** coincidente com o período do português arcaico, vai dos primeiros registros escritos em português até o século XVI. Nesse período, a escrita precisava chegar o mais próximo possível da língua falada.

**Período Etimológico ou Pseudo-Etimológico:** inicia-se no século XVI e vai até 1904, com a publicação da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana.

**Período Reformado ou Simplificado:** Tem início com a publicação da obra de Gonçalves Viana e se estende até os nossos dias. Caracteriza-se pela tentativa de dar à língua uma uniformidade gráfica de que nunca gozou.

O Período Pseudo-Etimológico, o qual compreende o códice objeto desse trabalho, surge em pleno Renascimento Humanista, cuja principal característica foi a admiração pelos tempos clássicos e, em particular, pelo grego e pelo latim. Isso se consolidou, por assim dizer, e levou ao extremo a influência predominante da língua latina na escrita do português, o que resultou no “emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonantais impropriamente chamados gregos, de letras como *y*, *k* e *w*, sempre que ocorriam nas palavras originárias” (Coutinho, 1962, p. 81). Ademais, “inscreve-se a troca de *s* final por *z*, em *mez*, *portuguez*, *paz* etc., que brotou da imitação de palavras como *simplez*, *vez*, *fez* etc.” (Williams, 1975, p. 40).

O século XVIII também foi marcado por contradições ortográficas, já que, diante dessa retomada dos estudos clássicos e da busca de concepções gráficas do passado, o escriba via-se “dividido entre a tradição ou o costume ortográfico, a etimologia [...] e as realidades fonéticas da língua que presenciava e que procurava não ignorar” (Buescu, 1984, p. 152 apud Pinto, 1988, p. 15). Essa tensão era intensificada pelas prescrições ortográficas dos estudiosos da época, como, por exemplo, João Madureira Feijó (1734), Luís Caetano de Lima (1736) e Luís de Monte Carmelo (1767), que “se limitavam a ditar regras de grafia, mas sempre repetindo as falhas decorrentes da variedade de critérios adotados” (Pinto, 1988, p. 17).

## OS USOS DA LETRA “H”

A letra “h”, letra muda na língua portuguesa, é usada no início ou no meio de determinadas palavras, antes de vogal e depois de consoante, funcionando, à época do manuscrito, como diferenciadora de certos vocábulos,

como, por exemplo, “E, conjunção, e He, terceira pessoa do verbo Est, no Portuguez” (Leão, 1576, p. 69). Além disso, segundo Feijó (1734, p. 7), é necessária para a manutenção da tradição etimológica latina e grega. Em conjunto com as consoantes C, L e N, formando os dígrafos CH, LH e NH, “o h ganha força de letra na composição” (Lima, 1736, p. 92).

No manuscrito, o uso do “h” ilustra um pouco o que acontecia no chamado período pseudo-etimológico, em que a busca pela grafia etimológica, além de incorporar novas palavras com aspecto latinizado ao léxico, revestia de caráter etimológico vocábulos que já tinham formas vulgares. Destarte, o “h” pode ser encontrado em contextos variados, denotando: apelo etimológico, marcação de hiato, marcação da sílaba tônica, palavras compostas por prefixo *in-*, formação dos grupos consonantais “nh”, “ch” e “lh”, antropônimos, topônimos indígenas e falsa regressão.

#### “H” ETIMOLÓGICO

O “h” presente nos vocábulos abaixo provém de palavras originárias do latim ou do grego. Encontram-se substantivos, versos e advérbios com “h” em posição inicial ou medial. Segundo Said Ali (1964, p. 44), o emprego do “h” inicial não tinha uma justificativa etimológica, por isso é possível encontrar formas variantes, como nos exemplos *hospital* e *ospital*, *hey* e *ey*. O quadro a seguir reúne casos em que o uso do “h” se associa a questões etimológicas.

cathedral	haver	homizios	hostilizarem
catholico	hereditaria	honorifica	humildade
coherencia	herege	honra	humilde
comprehender	heroe	honroza	labirintho
contrahentes	historia	hora	prohibente
contrahir	historiador	horriveis	prohibição
dahi	historico	horror	prohibidos

(continua)

dahy/ dahý	hoje	hospedado	prohibindo
extrahir	holandes	hospedes	reprehensãõ
habil	homem	hospital	thezoureiro
habitar	homenagem	hostilidade	thezouros
habito	homicidas	hostilizado	throno

### MARCADOR DE HIATO

Em certos vocábulos, o “h” tem a função de marcar a presença do hiato; usado nos verbos, segundo Lima (1736, p. 91), sua função é mostrar que ali se forma outra sílaba, porque, achando-se três vogais juntas, pode surgir alguma dúvida relacionada ao tempo verbal, como, por exemplo, no caso do verbo *cahir*, ignorando-se se “caia” é o imperfeito do indicativo ou a 3ª pessoa do imperativo. Conforme Lima (1736, p. 92), nesses casos também era possível usar o acento para marcar o hiato, mas essa prática era pouco recomendada.

ahy	constitu <h>io</h>	influhio
atrahir	construhio	iñstituhio
bahya	descahio	possuhido
cahir	incluhia	sahido
coñstitu <h>inte</h>	incluhio	contrahido

### MARCADOR DE SÍLABA TÔNICA

O “h” inicial manifestaria uma entonação mais forte na pronúncia de alguns vocábulos, destacando, conforme Said Ali (1964, p. 44), os “monossílabos *he, hũ, bi (ahi)*”. Nos exemplos destacados abaixo, o “h” medial também é usado para conferir tonicidade à sílaba em que se encontra.

athe/ athé	author	he/ hé/ hê	hir	huñs/ huns
thé	cathalogo	hera	hũ/ hum	huã/ huma

A respeito do uso do “h” inicial em *hél hê* ou *he*, provenientes do verbo *ser*, Williams (1975, p. 35) salienta que, provavelmente, era usado “para distinguir o verbo da conjunção *e*”.

#### NA CONSTITUIÇÃO DE PALAVRAS COMPOSTAS

Na constituição de palavras compostas pelo prefixo *in-*, mais palavra iniciada pela letra “h”, verifica-se que esta permanece na composição. Esse é um traço etimológico, já que as palavras destacadas abaixo derivam, respectivamente, das palavras latinas *inhabilis*, *inhabilito* e *inhabitabilis*. Atualmente, na língua portuguesa, essas composições perderam o “h” original.

inhabeis	inhabilitado	inhabitavel
----------	--------------	-------------

#### Nos grupos consonantais “nh”, “ch” e “lh”

Nos grupos consonantais “nh”, “ch” e “lh”, conhecidos como dígrafos, o “h” tem força de letra, como observa Lima (1736, p. 92). No *corpus* estudado, esses grupos são registrados nos mesmos contextos em que aparecem, atualmente, em palavras como:

NH	CH	LH
Agostinho	despachar	batalha
caminho	achar	Carvalho
Castanheira	Anchieta	castelhanos
conhecer	chamar	cavalheiro
Coutinho	charco	Coelho

(continua)

NH	CH	LH
engen <b>h</b> o	<b>ch</b> efe	Concel <b>h</b> o
Espan <b>h</b> a	<b>ch</b> egar	escol <b>h</b> ido
estr <b>an</b> hou	<b>ch</b> eyo	<b>fi</b> lho
expon <b>h</b> o	<b>ch</b> oramos	<b>il</b> ha
mar <b>in</b> ha	desp <b>ach</b> o	<b>ju</b> lho
min <b>h</b> a	fe <b>ch</b> ou	<b>l</b> he
nen <b>h</b> um	Funch <b>al</b>	mel <b>h</b> or
ray <b>nh</b> a	march <b>ou</b>	ol <b>h</b> os
sen <b>h</b> or	t <b>ach</b> a	semel <b>h</b> ança
testem <b>un</b> ho	trap <b>ic</b> he	trabal <b>h</b> os
vez <b>in</b> ho	trin <b>ch</b> eira	vel <b>h</b> os

No manuscrito, há algumas palavras grafadas com “ch”, mas que não têm o som [ʃ]. Essa letra, que correspondente ao X grego, é pronunciada como [k]. Segundo Gonçalves (1992, p. 87), os grupos consonantais gregos são uma herança que os latinos receberam desde o século II a.C. e que, por sua vez, transmitiram ao português.

O “ch” grego, presente no *corpus*, faz parte do universo cultural e linguístico do século XVIII, época em que, conforme Gonçalves (1992, p. 87), houve a valorização da erudição greco-latina e o desejo de revelar essa erudição às vezes levava à extravagância ortográfica – sintoma de valores intelectuais e culturais da época. Isso pode ser observado em palavras como:

Arch <b>iv</b> o	<b>ch</b> ristão	<b>ch</b> ronista	mon <b>ar</b> chia
Bel <b>ch</b> ior	<b>ch</b> ristaons	<b>ch</b> ronologia	Mos <b>ch</b> era
<b>ch</b> ristandade	<b>Ch</b> ristovão	Mel <b>ch</b> ior	paro <b>ch</b> o
<b>Ch</b> risto	<b>ch</b> ronica	mon <b>ar</b> cha	Pas <b>ch</b> oal

## EM ANTROPÔNIMOS

Conforme Lima (1736, p. 89), a letra “h” também entra na composição de nomes próprios. Nesses casos, no manuscrito, o “h” aparece sempre acompanhado da letra “t”, formando o grupo “th”, de origem grega:

A <b>th</b> anazio	C <b>ath</b> arina	Ma <b>th</b> ias	<b>Th</b> omas
Ba <b>lth</b> azar	Ma <b>rth</b> a	<b>Th</b> eotonio	<b>Th</b> omé
Bar <b>th</b> olomeu	Ma <b>th</b> eus	<b>Th</b> ereza	

## EM TOPÔNIMOS INDÍGENAS

No alfabeto tupi não há a letra “h” isolada,<sup>3</sup> ela aparece sempre com o “n”, formando o conjunto “nh”, um alofone da semivogal *î*, em ambiente nasal (Navarro, 1998, p. XVIII). Entretanto, no *corpus*, é possível verificar a presença de “h” isolado ou, pelo menos, não formando o conjunto “nh”, em palavras de origem tupi, em que funciona como um marcador de hiato, com exceção da palavra *Nitheroý*.

Aguar <b>ahy</b> / Aguarahý	lacare <b>hy</b> / lacarehý	Nitheroý	Parnah <b>hy</b> ba
Anhandu <b>hy</b> / Anhanduhý	lacu <b>hý</b>	Parah <b>hy</b> ba	Sapuca <b>hý</b>
Pia <b>hy</b>	lundia <b>hy</b> / lundiahý	Parah <b>hy</b> bipeva	

## FALSA REGRESSÃO

Há casos em que o “h” foi usado por falsa regressão, o que tem a ver com a intenção de atribuir a palavras comuns uma origem que não lhes pertence. São exemplos disso:

Author	authoridade	autorizados	contheudo/contheúdo/contheúdo	theor/theór
--------	-------------	-------------	-------------------------------	-------------

3 A língua tupi, “língua mais usada na costa do Brasil”, em formulação do Padre José de Anchieta, pertencia a uma sociedade ágrafa, foi aprendida e gramaticalizada pelos jesuítas, com “a finalidade de transformar os gentios em cristãos para a maior glória de Deus, da Companhia de Jesus e do rei de Portugal”, como observa Mattos e Silva (2001, p. 280).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho filológico, segundo Bassetto (2005, p. 43), “tem por objetivo a reconstituição de um texto, total ou parcial, ou a determinação e o esclarecimento de algum aspecto relevante a ele relacionado”. Assim, este trabalho, de cunho filológico, pretendeu alcançar esses dois objetivos; por meio da reconstituição do manuscrito setecentista *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, estudar um aspecto relevante da língua portuguesa, como é o caso dos usos da letra “h”.

Com base na análise dos exemplos extraídos do *corpus*, verificou-se que o escriba apresenta, em sua escritura, aspectos grafemáticos que apontam para uma predominância da ortografia pseudo-etimológica, o que revela um “padrão ortográfico” em conformidade com as normas setecentistas, ou seja, a tendência a escrever as palavras tendo como referência sua origem etimológica ou uma falsa analogia com o latim ou com o grego. No entanto, é possível observar também exemplos de variações motivadas pela fonética e pela presença do tupi.

## Referências

- BASSETTO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- COSTA, R. F. *Edição Semidiplomática de Memória Histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 558f.
- COUTINHO, I. de L. *Pontos de Gramática Histórica*. 5. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.
- FEIJÓ, J. de M. M. *Ortografia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa*. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1734.
- GONÇALVES, M. F. *Madureira Feijó: ortografista do século XVIII*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- HOLANDA, S. B. de. A Língua-Geral em São Paulo. In: \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- LEÃO, D. N. de. *Orthographia da lingua portuguesa*. Lisboa: João de Barreira, 1576.
- LIMA, L. C. de. *Orthographia da língua portugueza*. Lisboa: Antonio Isidoro, 1736.
- MATTOS e SILVA, R. V. *O Português Arcaico: morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- MONTE CARMELO, Luís de. *Compêndio de orthografia*. Lisboa: Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.
- MONTEIRO, J. M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- NAVARRO, E. de A. *Método moderno de Tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- PINTO, R. M. *História da Língua Portuguesa: século XVIII*. São Paulo: Ática, 1988.
- RODRIGUES, A. D. I. As Línguas Gerais. In: \_\_\_\_\_. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986. p. 99-109.
- SAIDALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, F. A. (Coord.); SOUZA, L. de M. e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 331-385.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. Tradução de Antônio Houaiss. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

# O dialeto caipira no interior de São Paulo sob a perspectiva da Filologia

| Rosicleide Rodrigues Garcia

## A FILOLOGIA E O DIALETO CAIPIRA

Considerando a importância da filologia para os estudos da história de um povo, vale apresentar, inicialmente, quatro definições do termo, segundo Houaiss (2001):

1. estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos;
2. estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos;
3. o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (p. ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica;
4. estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.), especialmente para a edição de textos.

Unindo a especificidade da ciência com a proposta do Projeto Caipira,<sup>1</sup> a filologia foi tomada como base para os estudos acerca do dialeto caipira, de modo que pudéssemos compreender verdadeiramente sua representatividade em São Paulo, reconhecendo a sua história e o legado que deixou no linguajar atual.

Como ponto de partida, foi tomada a obra *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, publicada originalmente em 1920. A região de Capivari foi especialmente escolhida, já que faz parte do caminho das monções (Holanda, 1976, p. 78), é a cidade natal do autor e existem nela características dessa fala, como nos conta Duarte no prefácio do livro de Amaral ([1920]1955, p. 26):

Amadeu [...] só argumentava baseado em documentos confirmados pela observação própria, deixando escapar portanto fatos que apenas revelariam a comparação com fenômenos peculiares a outras regiões que ele não conhecia, restringindo-se até então às zonas de Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos, onde fez observações e de onde se originavam muitos dos seus informantes.

Para perfilhar o dialeto, no século XIX e nos dias atuais, foram levantados variantes e fenômenos diversos, nos fólhos editados, tendo como base o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Bernardo de Lima e Melo Bacellar, de 1783; a obra de mesmo nome do Pe. D. Rafael Bluteau, com acréscimos de Antônio de Moraes e Silva (natural do Rio de Janeiro) de 1789;<sup>2</sup> o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1806; e outro de 1833, de José da Fonseca. Considerando que havia princípios de normatização, houve transformações no que se podia ler como provável influência de oralidade, auxiliando, assim,

---

1 Projeto temático de equipe, financiado pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que objetiva compreender a formação da comunidade linguística de São Paulo através da análise de documentação e das variedades popular e culta do português paulista; da constituição histórica das variedades popular e culta paulista; e da expansão da variedade popular paulista no Estado de São Paulo e em Mato Grosso.

2 Cf. Bechara (1995, p. 40): “Em livros técnicos, em tertúlias acadêmicas, em anotações a composições literárias, foi-se criando, naturalmente, o campo favorável ao surgimento de novos Vaugelas do português; suponho que o ponto mais culminante ou mais prestigioso dessa cruzada em prol da normatização de vários fatos do idioma está representado pelo *Dicionário de Língua Portuguesa*, do nosso patricício Antônio de Moraes e Silva [...]. Digo isto não só por uma série de pontos gramaticais tratados em verbetes do *Dicionário*, mas pelo alto conceito de autoridade que a obra gozava entre os mais distintos literatos do século XIX.”

novas pesquisas para a compreensão do que é herança, arcaísmo, ou variação ambiental por meio de contato com falantes de outras variedades.

Quanto aos dias atuais, foi realizada uma breve pesquisa com quatro capivarianos; as entrevistas foram feitas com moradores do centro da cidade, de 2006 a julho de 2007, sendo eles dois homens e duas mulheres: Sr. D. R. J., 77 anos; Sra. M. L. S.G, 82 anos; Sra. A. C. B. T., 59 anos; e Sr. O. T., 91 anos. Todos estudaram até a quarta série,<sup>3</sup> pertencem à classe média-baixa, média e média-alta, são brasileiros, nascidos e criados na região.

Assim, pôde-se realizar um estudo diacrônico e sincrônico para reconhecer características do dialeto tanto no século passado quanto neste século.

### **Constituição do *corpus***

Para a formação do *corpus*, foram editados 72 documentos cartoriais do período imperial, sendo 184 fôlios manuscritos de origem brasileira e paulista.

Ao analisar a obra de Campos (1952), descobriu-se que região já aparecia como bairro, desde os finais do século XVIII, quando o Capitão André de Sampaio Botelho requereu terras, naquele local, que depois se desenvolveu até o *status* de município durante todo o século XIX. Sabendo disso, primeiramente buscaram-se em Itu documentações que corroborassem tais informações, pois até 1826, Capivari pertencia à Vila de Itu, e só após esse período “os primitivos povoadores do sertão capivariano [cuidaram] da transferência do bairro do domínio de Itu para Porto Feliz” (Campos, 1952, p. 46). Nos livros de notas da Vila de Itu, foram encontradas algumas referências a Capivari, cujos documentos foram editados, pois, além do seu valor histórico, também representam a história linguística da região, considerando que a partir de 1765 “começaram a vir, para o sertão capivariano, em número

---

3 Seis documentos editados, constantes no Arquivo do Estado de São Paulo, e os números do censo do IBGE, em 2000, revelando uma taxa de alfabetização de 92,39%, demonstram organização quanto à educação da cidade. Considerando essas informações, entende-se o motivo pelo qual não foram encontradas pessoas com nenhum ou pouquíssimo grau de escolaridade entre os moradores nascidos em Capivari.

cada vez maior, os povoadores ituanos, a cuja frente poderia ser apontado, entre outros, o Capitão André Sampaio Botelho”.

O bairro de Capivari desenvolveu-se até tornar-se freguesia, e a Câmara da cidade foi instalada em 1833. Após esse ano, há muitos documentos disponibilizados, demonstrando que a criação da Câmara e sua organização ajudaram a compor a memória cultural da região. Entretanto, em Capivari, foram procuradas documentações relevantes sobre esse período, mas elas não foram suficientes para a proposta do trabalho e as demais já haviam sido levadas para o Arquivo do Estado de São Paulo. Dessa maneira, na capital, os documentos pertencentes às caixas n. 54, 185 e 186, séries CO0234, CO0980 e CO0981, foram catalogados, e os que traziam informações histórico-linguísticas convenientes foram separados para edição.

Feito o trabalho de *recensio*, o processo de *colatio codicum* foi facilitado porque os exemplares são predominantemente autógrafos, pelo que mostraram os estudos codicológicos e paleográficos. Os apógrafos, quando não diretamente autenticados pelos escrivães, traziam na margem esquerda superior a inscrição “cópia”; eles foram apreciados, uma vez que seus originais não foram localizados. Assim, não foi necessário o uso da estemática e de *emendatio*, pois os documentos estão muito bem conservados, guardados basicamente em um só lugar e apresentam história conhecida.

Depois da seleção dos fólhos relevantes, pôde-se verificar neles não somente a história de Capivari, mas a da própria língua e do dialeto.

### IMPLICAÇÕES DO DIALETO CAIPIRA

Quando comparamos as variantes encontradas no século XIX, a obra de Amaral ([1920]1955) no século XX, e este breve estudo da oralidade, feito com entrevistados do século XXI, vemos como o dialeto caipira conservou muitos de seus elementos apontados como característicos. No início dessa comparação, observou-se que as sílabas tônicas continuam a sofrer pouquíssimas mudanças: nos 72 documentos estudados, foram encontradas apenas vinte e duas ocorrências e, na análise das entrevistas, um número inferior a dez. Isso comprova que a antiga tendência latina de não alterar a tônica permanece.

Quanto à variação das vogais pré e postônicas, Mattos e Silva (2006, p. 58) relata que havia uma grafia variável na fase arcaica, e o grande número de variantes no século XIX demonstrou que, no mínimo, havia dúvida quanto ao uso de /e/, /i/, /o/, /u/. Atualmente, mesmo havendo ampla fonte de comunicação escrita proveniente de livros, de jornais, da internet e até da televisão, os equívocos no uso ortográfico continuam inalterados devido à fala. As transcrições das entrevistas revelam a abundância de alçamento das vogais, remetendo a uma herança trazida há séculos e que o português brasileiro, não apenas o caipira, mantém por sua tendência conservadora, como encontrado em *curpo*, *veve*, *agricula*, *apicula*, *cuzinheiro*, *disfruta*, *pus-sível*, *pulicia* e *subrinho*, nos anos de 1880, 1843, 1883, 1869, 1838, 1808 e 1841, 1868, 1880 e 1843, consecutivamente.

Também é brasileira a conservação dos ditongos <ou> (Noll, 2008, p. 278) em vez de <oi>. Mattos e Silva (2006, p. 65) afirmou haver “indícios de variação” na fase arcaica. Amaral ([1920]1955, p. 50) havia dito não existir mais o uso natural deste, na oratória, e muito menos na fala caipira. Apesar de nos documentos existirem 31 exemplos de uso de <oi>, a aparição de <ou> foi superior, e a ausência de casos deste tipo, na fala dos entrevistados, demonstra que já há uma escolha feita para qual ditongo utilizar, pelo menos, no dialeto caipira. Isso significa que a escolha vai permanecer enquanto não houver a monotongação. Também de herança portuguesa (início do século XVI), vemos que este fenômeno vem transpassando os séculos: basicamente os mesmos exemplos, vistos no século XIX, são ditados no século XX e aparecem no século XXI.

Do mesmo modo, a ditongação acontece por meio da vogal epentética, em sílaba final, quando seguida de *s* ou *z*, e no rompimento de *clusters*: ainda que haja apenas três exemplos, nos fólios de 1854, 1860 e 1884 (*digueno*, *adimirar* e *diginissimo*), isso evidencia que tais elementos são trazidos há longa data. Noll (2008, p. 279) informa que estas variantes são inovações do português brasileiro “em comparação com o *standard* europeu”.

Ainda segundo o autor, sobre a vocalização do /l/ implosivo, “evidencia-se que o vocalismo brasileiro, em comparação com o europeu, apresenta-se com traços essencialmente conservadores” (Noll, 2008, p. 279).

Os casos dos fólhos de 1808 e 1842 (*oltorgaram* e *quintaô*) testemunham o uso, o que também foi algo corrente nas entrevistas.

Quanto à queda do /r/ final, no fólho de 1883 (*regula*), vimos que foi muito mais constante na coleta de variantes, no século XXI, sendo apresentados 76 casos. Segundo Noll (2008, p. 280), “o português brasileiro se destaca por uma tendência manifesta e sistemática de eliminar a consoante final”. Casos com /s/ e monotongação da desinência verbal não foram encontradas durante o levantamento exaustivo, nas edições, e por isso manteremos dúvidas quanto à sua presença, no século XIX, pelo menos nos estudos realizados em Capivari.

Mesmo assim, houve registros de desnasalações, como *contaje*, no fólho de 1834, e *parage*, em 1808, em contraponto a *corage* no século XXI. Ao mesmo tempo, não ocorreu a apócope da nasal palatal vozeada, usado apenas em *cavalim* pelo senhor O.T.

Os casos de síncope também são dignos de comentários por serem pouco abordados na literatura especializada. Variantes como *cadavres*, de 1851, *pargem*, de 1785, *priudo*,<sup>4</sup> de 1864, comprovam a existência desse tipo de fenômeno na língua, pois, mesmo não tendo aparecido amplamente para comparação durante as entrevistas dos capivarianos, sabemos de suas ocorrências na linguagem coloquial. Talvez tais elementos não apareçam, com tanta ênfase, no dialeto caipira, mas uma pesquisa mais efetiva sobre isso poderá ser feita em investigações futuras.

Todavia, a principal marca do dialeto, o /r/, apresenta muitos dados para estudo: o número de metáteses, rotacismos, dissimilações e síncopes do /r/, nos fólhos, ao longo do século XIX, revela a razão de este fonema ser tão observado e comentado, uma vez que vocábulos como *porcurasão*, de 1808, *conçurtar*, de 1850, *fruquilha*, de 1860, *preseguições*, de 1864, *dificurdade*, de 1865, *formentar*, de 1882, *hyportese*, de 1884, chamam bastante atenção. Embora não possamos dizer como era exatamente o estado de língua naquele período, tendo em vista essas variações e os casos idênticos que se observam neste século, podemos conjecturar que essa característica do dialeto vem, pelo menos, desde o século XIX. Assim como o vocábulo *cida-*

---

4 *Cadáveres*, página e período, respectivamente.

*dões*, que, embora não pertença a esse grupo de exemplos, não é algo novo na língua, pois mantém seu registro em 1850.

As nasalações e ditongações das sílabas iniciais, como *enconomizar*, de 1854, e *eistinctos*, de 1841, não foram encontradas nas entrevistas, assim como os casos de sândi e eclipse, como *procê* e *côa*, respectivamente, vistas neste século, não aparecem no século XIX.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante estar familiarizado com o conceito de “caipira” e seu significado, cuja cultura ainda hoje traz discussões que abordam preconceito, busca pelo conhecimento da chamada cultura e admiração. O próprio termo “caipira” continua sendo de origem controversa (Houaiss, 2001), sugerido por Cunha (1986, p. 137) como proveniente da mistura de *caipora* e *curupira*, ambos do tupi, e observado pela primeira vez na obra literária *Til*, de José de Alencar, em 1872. Embora seja essa a data dicionarizada, Saint-Hilaire (1851) trouxe essa mesma hipótese de proveniência etimológica, mostrando que a utilização do vocábulo já ocorria muito antes da data da edição de seu livro. Para tanto, comenta, em nota, um episódio verídico sobre a palavra, quando D. Miguel tentou dar o golpe político em D. Pedro, em 1828:

nesses tempos a palavra caipira foi transportada do Brasil a Portugal e, durante a guerra dos dois irmãos D. Pedro e D. Miguel, o primeiro usou o termo como uma injúria para designar os soldados de D. Miguel. (1851, p. 275-276, tradução minha)

Levando-se em consideração o tempo de convivência de D. Pedro com os cafeicultores paulistas, podemos concluir que a ocorrência deste termo já vinha do século XVIII.

Falando da tradição, naquele período, Saint-Hilaire descreveu os vilões paulistas como tendo um “ar rústico e desajeitado”, e justamente essa ideia estereotipada relacionou a cultura caipira a um determinado modo de vida, que se baseia em sua economia e história, como vemos em Martins (2004, p. 168): “caipira era tanto o pobre quanto o rico, dado que caipira era uma cultura, antes de tudo, embora também fosse o descendente do mestiço de índia e branco, o que os ricos mais antigos em boa parte eram.”

Acerca do mesmo assunto, Oliveira (2002, p. 135), afirma que “o termo caipira recobre três acepções distintas, ainda que aparentadas: caipira como bandeirante, caipira como homem do campo, por oposição ao homem da cidade, e caipira como sujeito preguiçoso, por oposição ao colono europeu”.

O autor Antônio Cândido (1975, p. 79) afirma:

[...] sitiantes, posseiros e agregados, é que define plenamente a economia caipira de subsistência e a vida caracterizada pela sociabilidade dos bairros. Os costumes de primeira categoria, bem como a fala ou grau de rusticidade, fazem dela, frequentemente, participante mas nem sempre integrante da cultura caipira, considerada nas suas formas peculiares.

A respeito desse tema, há muitas opiniões, inclusive fontes que mostram o caipira como alguém proveniente da terra e da força dos bandeirantes paulistas, que desistiram de ficar em um lugar único, para se embrenharem nas matas à procura de riqueza e, conseqüentemente, do progresso. Segundo Ribeiro (1995, p. 369), eles “formavam uma sociedade que, por ser mais pobre, era também mais igualitária, na qual senhores e índios se entendiam antes como chefes e seus soldados, do que como amos e seus escravos”. Dessa forma, tal cultura continuou progredindo e sobrevivendo através das monções, dos tropeiros e, por fim, das atividades agrícolas, agora já enraizados em suas terras.

Como apontado por Cândido (1975), nesses costumes interioranos, o dialeto caipira é visto por muitas pessoas como um atributo do interior de São Paulo, Minas Gerais e regiões do centro-oeste; há a suposição, também vista por Oliveira (2002, p. 136), de que o “falar ‘rústico’ deve ter sido, além do engajamento político, a única herança que os caipiras paulistas receberam dos paulistas dos séculos anteriores (os bandeirantes)”. Sabendo que as bandeiras majoritariamente seguiram a linha do rio Tietê, nota-se que, nos locais por onde elas passaram, ainda hoje, há características dialetais próprias que não aparecem em outras regiões do país, em que não houve a influência paulista, como ocorre em Capivari. As pesquisas realizadas com capivarianos neste século corroboram as informações tidas por Callou et al. (2002, p. 487), segundo as quais, o dialeto caipira, “embora não represente um fenômeno estatisticamente significativo, dá conta da realização da apro-

ximante retroflexa, realização esta que, sendo estigmatizada, apresenta um percentual de ocorrência na fala culta, porém, restrita à região sul.”

Com os estudos dos documentos do século XIX, percebe-se que a formação das características do dialeto caipira em Capivari é tida como legado de seus fundadores, ituanos e porto-felicenses, que, ao estabelecerem-se na região, trouxeram consigo as marcas dialetais de seus antecessores. Na época da formação e fundação de Capivari, tal espólio não era privilégio somente dos povos que ali viviam. É o que afirma Amaral ([1920]1955, p. 41):

Foi o que criou aos paulistas, há já bastante tempo, a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios vícios de linguagem. Quando se tratou, no Senado do Império, de criar os cursos jurídicos no Brasil, tendo-se proposto São Paulo para sede de um deles, houve quem alegasse contra isto o linguajar dos naturais, que inconvenientemente contaminaria os futuros bacharéis [...].

O curso de direito a que o autor se refere é o da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, criada em 11 de agosto de 1827. Os estudos confirmam que em toda São Paulo o dialeto caipira veio a ser corrente durante aquele período. O que era natural, pois realmente “a Cidade de São Paulo e sua Província, na mentalidade dos paulistas de então, eram uma coisa só” (Martins 2004, p. 153). Os grandes cafeicultores, segundo o autor, geralmente possuíam duas residências: a fazenda de cultivo e uma casa de veraneio e consideravam a “Cidade de São Paulo como sua pátria [...], como território da paternidade, como lugar do patriarca” (Martins, 2004, p. 155), pois o estado, desde o século XVII, era formado pela família e ela “era a instituição familiar extensa, abrangendo diferentes gerações e a memória dessas gerações, referida a um território, que era elemento integrante dessa memória”. Tudo isso explica a repetição constante de sobrenomes conhecidos nos documentos de Capivari, e suas manifestações também em outras localidades, como o avô de Tarsila do Amaral, José Estanislau do Amaral, que aparece por vezes assinando os ofícios capivarianos e é citado “quanto ao deslocamento dos barões do café e do açúcar do interior para a Cidade de São Paulo”.

Por esses motivos, acredita-se que, no século XIX, o dialeto caipira estava tão presente em Capivari quanto no resto de São Paulo. Sobre o

“falar rústico” (Oliveira, 2002) dessa população, estima-se que, ainda sob a influência dos antigos paulistas setecentistas, estes mantiveram consigo o português trazido de Portugal nos primeiros anos de colonização, deixando tal herança para o linguajar local. Melo (apud Amaral [1920]1955, p. 38) afirma que “está a pronúncia brasileira, de um modo geral, mais próxima da portuguesa do século XVI, do que a atual de Portugal”. Sobre isso, Oliveira [1536], 1956 p. 64) dá-nos a pista de que os fenômenos de alçamento, por exemplo, eram correntes: “ao dizer “das vogais, entre *u* e *o* pequeno há tanta vizinhança, que quase nos confundimos, dizendo uns *somir* e outros *sumir* e *dormir* ou *durmir*, *bolir* ou *bulir*. E outro tanto entre *i* e *e* pequeno, como *memória* ou *memórea*, *glória* ou *glórea*”. Mattos e Silva (2006) fez um estudo a esse respeito, utilizando-se de documentos que partiam do século XIII e princípios do XVI, e mostra-nos justamente a flutuação que havia entre as quatro vogais – *e/i*, *o/u* –, fossem pré ou pós-tônicas. O labor filológico, apoiando-se em Amaral ([1920]1955), constatou que tais fenômenos também aparecem no século XIX.

Em relação ao registro da apócope das consoantes *m*, *s*, *r*, nos documentos e na oralidade, Mattos e Silva relata (2006, p. 78):

Contrariamente ao que ocorre às consoantes em posição inicial e, sobretudo, em posição medial, posições em que os elementos do sistema se reestruturam e o sistema é enriquecido, em posição final o inventário é simplificado pelo processo fonético de enfraquecimento do segmento fônico implosivo, que leva a seu cancelamento ou apócope, fenômeno antigo que marca a língua latina já na sua fase pré-clássica.

Quanto à expansão, houve um período em que o dialeto caipira sofreu uma retaliação, pois foi visto como inadequado por outras províncias. Os estudos demonstram que ele passou a ser evitado após o término da escravidão e esse fato forçou a busca pela nova mão de obra, vinda dos imigrantes europeus, que trouxeram com eles não apenas força de trabalho, mas também novos hábitos. Segundo Martins (2004, p. 156), com a

“migração” do mundo da propriedade familiar e da posse comunal da terra para o mundo de individualização e da propriedade privada [...], o mercado de trabalho

se encarregava de canalizar essa busca e promover o encontro com relações sociais de natureza contratual e individualizada.

Com isso, “os membros da elite [...] tornaram-se de algum modo estrangeiros no novo modo de vida que adotaram, no consumo de produtos e estilos europeus”. Ainda segundo Martins (2004, p. 156),

o migrante brasileiro na Cidade era-o em boa medida por contraste com aquela figura de estrangeiro que impressionava a muitos. Por isso, tendia a ser concebido como tosco, porque residual. O brasileiro, de certo modo, acabava sendo o desprovido de atributos, ao menos dos atributos próprios da sociedade que nascia. [...] Num certo sentido de que o brasileiro era o passado. Não é à toa que o caipira imaginário da literatura, da poesia, da música renasça no limbo da discriminação para erigir-se, de certo modo, em símbolo de nacionalidade para os paulistas da época.

A imigração contribui não somente para mudar a forma de negócios dos agricultores como também para promover a separação entre os paulistanos e paulistas: “na virada do século XIX para o século XX, serviu para decantar, num primeiro momento, o paulistano rico, mas caipira”, assim como seus membros de elite, mudando também a forma de cultura: “quando pôde, riu do caipira com anedotas, livros e músicas de Cornélio Pires (1884-1958) [...]. No fundo, essa foi a forma de criar um nicho cultural de identidade dos brasileiros pobres e segregá-los no espaço das expressões identitárias” (Martins, 2004, p. 210). Essa ação, que teve influência no linguajar paulista, levou Amaral ([1920]1955, p. 41) a dizer que “o processo dialetal iria longe, se as condições do meio não houvessem sofrido uma série de abalos, que partiram os fios à continuidade da sua evolução”.

Como consequência dessa transição cultural, promovida pelo “fator da concentração das funções econômicas, sociais e políticas da Província e do Estado na Cidade de São Paulo, e da migração da elite paulista para ela” (Martins, 2004, p. 184), o afastamento fez com que as cidades interioranas, como Capivari, mantivessem as características da cultura caipira, já que não estavam inseridas no novo contexto de mudanças pelo qual passava a capital.

Resguardando aspectos da cultura caipira, após a moda do estrangeirismo, ocorreu a busca pelo brasileiro, que passou a ser representado pela

figura do caipira. Dessa forma, a “Cidade de São Paulo permite o reconhecimento do vasto mundo criado pelo bandeirante, como mundo cultural, peculiar e legítimo” (Martins, 2004, p. 210). Essa revitalização faz com que nomes ligados ao regionalismo rural destaquem-se (Cornélio Pires, Silva Leme, Almeida Júnior), o que pode ter auxiliado Amaral a estudar o dialeto caipira, dando-lhes “foros de língua e não de defeito cultural”. Assim, no século XX, Amaral ([1920]1955) levanta aspectos do “caipirês” e, dentre suas considerações, acredita que “este acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve” (p. 42).

Como se vê, ele não previa que o dialeto caipira pudesse continuar presente depois de tantos anos. Como exemplo, em pesquisas recentes, além de encontrarmos alçamentos, rotacismos, apócopes, síncope etc.,<sup>5</sup> chama a atenção a vibrante alveolar vozeada que aparece na fala dos capivarianos. Mattos e Silva (2006, p. 77) diz que

[...] a vibrante anterior simples latina é o antecedente histórico simples do português (*caru* > *ca/s/o*), enquanto a geminada intervocálica resultou na vibrante múltipla (*carru* > *ca/ř/o*) que assim se realiza ainda em dialetos conservadores de Portugal e caracteriza algumas áreas do Brasil.

De modo geral, por meio das comparações com a obra de Amaral ([1920]1955), é possível verificar entre os capivarianos características de fala que remontam ao século XIX (assim como traços conservadores como os citados acima) e, mesmo com a democratização do ensino, as principais dessas características do linguajar não foram perdidas, mantendo-se na fala e contradizendo as hipóteses do autor acerca do que poderia acontecer com o dialeto da região. Assim, retificam-se e ratificam-se as informações dadas na obra de 1920: realmente foi levantada a maior parte das variantes anotadas por ele e, após quase um século, a grande maioria delas permanece. Entretanto, a afirmação de que o dialeto caipira é algo completamente uniforme na região só poderá ser feita categoricamente após um exaustivo estudo dialetológico, o que é a proposta para um futuro trabalho.

---

5 Para o estudo desse tema, cf. Garcia, 2009, p. 605-619.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1955.

BECHARA, E. Para o conhecimento da Língua Portuguesa no século XVIII: os comentários de Francisco Dias Gomes. In: MEGALE, H.; SPINA, S.; AZEVEDO FILHO, L. A. *Para Segismundo Spina: língua, filologia e literatura*. São Paulo: Edusp, 1995.

CALLOU, Dinah; MORAES, João A.; LEITE, Yonne. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (Org.). *Gramática do Português Falado*, v. VI. Desenvolvimentos. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2002.

CAMPOS, V. S. *Fundações Municipais Paulistas nos séculos XVIII e XIX*, v. 1. São Paulo: Impres, 1952.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. 3ª impressão revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONSECA, J. da. *Novo dicionario da lingua portugueza: seguido de um dicionario completo dos synonymos portuguezes*. Paris: J.P. Aillaud, 1833.

GARCIA, R. R. *Para o estudo da formação e expansão do dialeto caipira em Capivari*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

HOLANDA, S. B. de. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português Falado*, v. VI: Desenvolvimentos. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2002.

LIMA, B. de; BACELLAR, M. *Dicionario da lingua portugueza: em que se acharão dobradas palavras do que traz Bluteau e todos os mais dicionaristas juntos: a sua própria significação: as raizes de todas ellas: a accentuação: e a selecção das mais usadas, e polidas*. Lisboa: Na Officina de Jozé de Aquino Bulhoens, 1783.

MARTINS, J. de S. O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 3, A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 153-213.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MORAIS E SILVA, A. de; BLUTEAU, R.. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de S. T. Ferreira, 1789.

NOLL, V. *O português brasileiro: formação e contrastes*. Tradução de Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.

NOVO DICCIONARIO da lingua portugueza: composto sobre os que até o presente se tem dader ao prelo, e accrescentado de varios vocabulos extrahidos dos classicos antigos, e dos modernos de melhor nota, que se achão universalmente recebidos. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1806.

OLIVEIRA, Fernando. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Casa d'Germão Galharde, [1536], 1956.

OLIVEIRA, M. A representação do caipira na imprensa paulista do século XIX. In: DUARTE, M. E. & CALLOU, D. (Orgs.). *Para a História do Português Brasileiro*, v. IV, Rio de Janeiro: Faperj/UFRJ, 2002. p. 125-154.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Tipographia de Jorge Seckler, 1881.

SAINT-HILAIRE, A. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*. Paris: Libraire de la Socièté de Gèographie, 1851.

## Marcas de *ter* e *haber* existenciais em manuscritos do século XVIII

| Vanessa Martins do Monte

### SITUANDO A QUESTÃO

O uso dos verbos *ter* e *haber* foi e continua sendo tema de muitas pesquisas de áreas da Linguística. Encontram-se desde trabalhos baseados em uma perspectiva histórica, como pode ser observado nos estudos de Ferreira (1977),<sup>1</sup> Torres (1996) e Mattos e Silva (1989, 1995, 1997, 2000, 2002a e 2002b) até trabalhos que tratam de tais verbos, em uma perspectiva predominantemente sincrônica, por meio dos modelos propostos pela Gramática Gerativa e pelo Programa Minimalista, como a dissertação de Avelar (2004a), passando por pesquisas ligadas à Gramática Funcional, que observam o uso do par de verbos, em contextos prototípicos atuais (final do século XX em diante), como o trabalho de Franchi et al. (1998), e à Sociolinguística, como o estudo apresentado por Callou et al. (2006).

---

1 O artigo do Prof. Azevedo Ferreira, ainda que tratando dos verbos espanhóis *haber* e *tener*, usando como documento de análise o texto *El libro de los gatos* (séculos XIV-XV), é uma referência no assunto também em língua portuguesa, tanto pelo rigor do trabalho quanto pela extensa pesquisa realizada, que ultrapassa os limites da língua espanhola e auxilia a pesquisa nas línguas românicas em geral.

A questão de pesquisa, analisada em todos esses trabalhos, no entanto, apresenta várias semelhanças e assenta-se na valência semântica desses dois verbos e no seu emprego, levando em conta, muitas vezes, as variações encontradas no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE). Naturalmente, os fenômenos de variação e mudança também se fazem presentes nas questões que os trabalhos citados pretendem responder. O artigo de Ferreira (1977), por exemplo, após situar o uso de tais itens, no latim, e o seu valor semântico, ligado às diferentes formas de posse, estas, por sua vez, associadas ao novo contexto político-social da região (Feudalismo), passa à explicação das causas linguísticas para a mudança de significação, procedendo, então, à análise detida dos exemplos de ambos os verbos encontrados no *Libro de los gatos*. Ressalta-se que a análise empreendida recai somente nas estruturas ligadas semanticamente à idéia de posse. O pesquisador atenta para o fato de que o uso de *habere*, com esse valor semântico, passa a escassear no século XV, ficando o verbo restrito às construções como auxiliar ou àquelas ligadas à noção de dever e obrigação.

Torres (1996), por sua vez, analisa a questão dos verbos *habere* e *tenere*, partindo das *Cartas* de Cícero, passando por *Eneida*, *Las siete partidas* de Alfonso o Sábio, chegando ao *Liber Fidei* e ao *Baio-Fernando*, documentos selecionados para a análise detalhada dos verbos em estudo. A escolha, muito bem fundamentada, de documentos cartoriais escritos em latim,<sup>2</sup> entre os séculos IX e XIII, relaciona-se à investigação das formas verbais por meio das quais se deu o distanciamento semântico ocorrido entre os dois itens, nas estruturas de posse, justificado pela alteração significativa nas formas da posse, no interior da estrutura feudal. Assim, nada mais esclarecedor que dois cartulários, escrevendo em latim, para mostrarem a história dos verbos *ter* e *haver*.

Mattos e Silva (2002a e 2002b), em dois estudos sobre as formas verbais – “Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros” e “A variação *ser/estar* e *haver/ter* nas *Cartas de D. João III* entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de

2 Do cartulário, constam documentos escritos em português, porém foram excluídos da análise feita por Torres (1996).

Barros” – não se detém somente no exame das ocorrências ligadas à posse, como verificado nos trabalhos anteriores, mas divide tais ocorrências em três grandes grupos, cujo critério relaciona-se ao uso das formas nas estruturas de posse, nas estruturas dos tempos compostos e como verbos existenciais. No primeiro estudo, a autora propõe, baseando-se na análise linguística das formas *haver* e *ter* e seus usos arcaizantes e inovadores, que os limites finais do período arcaico poderiam estar situados em 1540, colaborando assim para uma nova possibilidade de periodização da língua portuguesa, fundamentada em novos indicadores linguísticos.

Ainda neste trabalho, a autora examina a transição de *haver* para *ter*, em estruturas de posse, no *corpus* selecionado, usando, para isso, um modelo fundamentado na natureza semântica do objeto possuído, que pode apresentar propriedades inerentes ao possuidor (PI), propriedades adquiríveis imateriais (PAI) ou propriedades adquiríveis materiais (PAM). Demonstra-se que a difusão de *ter* inicia-se nos contextos chamados PAM e vai atingindo os demais, sendo o contexto PI o último a ser atingido.

Em relação aos tempos compostos, tratados como “tempos per maneira de rodeo”, em João de Barros, Mattos e Silva faz uma análise comparativa entre a prescrição e o uso das estruturas na obra do gramático. Ela chega à conclusão de que, conforme prescrito, usa-se predominantemente *ter* como auxiliar de passado, enquanto *haver* fica restrito às estruturas de futuro. Além disso, a autora também afirma que o tempo composto não gramaticalizado é pouco frequente no *corpus* quinhentista;<sup>3</sup> que João de Barros usa tanto a estrutura arcaica com *ser*, seguido de PP de verbos não transitivos (sobre a qual não teoriza), quanto a estrutura inovadora com *ter*, e que, provavelmente, boa parte das estruturas arcaizantes utilizadas (PP de verbo transitivo flexionado e *ser* + PP de verbos não transitivos) pode ser interpretada como reflexo de fontes arcaicas utilizadas, sendo considerada *resíduos arcaizantes*.

Sobre o uso dos verbos em questão, nas construções existenciais, atesta-se o despontar do verbo *ter* em cinco ocorrências, ainda que duas

3 Entende-se por tempo composto não gramaticalizado, as estruturas com particípio passado de verbo transitivo, em que o particípio aparece flexionado. Ex.: “restituindo à Ygreja Romana a *juridiçã* que naquellas partes *tinha perdida*” (MATTOS e SILVA, 2002a, p. 132).

possam ser ambíguas, como informado pela autora. Nota-se também uma ocorrência de *haver* como existencial, concordando com o SN subsequente, novidade que segundo Said Ali (apud Mattos e Silva, 2002a) estaria situada, no século XVIII, apenas, apesar de já ter sido apontada uma ocorrência do gênero na *Carta de Caminha* (1500): “nõ duvido que per esse sertão **ajam muitas aves** (CPVC, fol. 10-11)” (Mattos e Silva, 2002a, p. 136).

A análise proposta leva a concluir que o verbo *haver* não é mais utilizado nos contextos de posse, já em meados do século XVI, e que o mesmo verbo, “que não era auxiliar no latim, será o mais selecionado para a formação dos ‘tempos compostos’, que são inovações românicas, e será superado por *ter*, pelo menos na teoria e no uso de João de Barros” (Mattos e Silva, 2002a, p. 139).

No segundo estudo, “A variação *ser/estar* e *haver/ter* nas *Cartas de D. João III* entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de Barros”, a autora pretende verificar se “o encontrado em João de Barros nas obras referidas se confirma, ou não, em documentação de outra natureza textual – não literária, oficial – coetânea aos escritos do erudito escritor dos meados do século XVI” (Mattos e Silva, 2002b, p. 145).

A respeito do emprego de *ter* e *haver*, como verbos de posse, é interessante destacar que o número relativamente alto de ocorrências com *haver* indicando posse (26 casos) é aparente, uma vez que o uso acontece em expressões formulares, como *aver por bem* e *aver por meu serviço*. Assim, o uso de *haver*, excluídas tais expressões, restringe-se a cinco ocorrências, sendo considerado residual.

Quanto ao uso dos verbos, como formadores de tempo composto, os resultados são parecidos com aqueles encontrados em João de Barros: o auxiliar é sempre *ter* nas estruturas com participio passado; o verbo *ser* aparece como o auxiliar de tempos compostos de verbos não transitivos; e as formas gramaticalizadas são menos usadas do que na obra do gramático, que é considerado mais inovador. Sobre os verbos, usados como existenciais, verifica-se apenas uma ocorrência de *ter* neste contexto, numa sequência ambígua, deve-se ressaltar, contra cinco em João de Barros, apesar de duas serem ambíguas, como já informado.

O olhar da Gramática Gerativa sobre a questão, em Avelar (2004a), propicia uma abordagem bastante distinta daquela adotada pelos estudos de perspectiva histórica. Essa distinção é decorrente, no mínimo, do fato de que a concepção de língua dos teóricos é diversa, e de que os pontos de partida dos estudos são bastante diferentes. A dissertação de Avelar (2004a) “propõe que *ter*, *ser* e *estar* são obtidos a partir de operações morfossintáticas aplicadas sobre um feixe de traços formais comum entre os três verbos”. O autor explora a hipótese de que procedimentos sintáticos, efetuados sobre a base da sentença existencial, geram as sentenças copulativas e possessivas. No caso do verbo *ter*, o feixe de traços associados ao verbo existencial acessa a sua entrada vocabular. A investigação procura ainda relacionar o feixe de traços a fatos semânticos, demonstrados pelas sentenças copulativas, possessivas e existenciais.

Em trabalho posterior,<sup>4</sup> Avelar (2004b) defende o licenciamento do sujeito nulo, em contextos possessivos, como fato responsável pela análise do verbo *ter* como existencial, deixando de lado a hipótese lexicalista para a explicação das construções existenciais com *ter*, e faz ainda comparações entre as realizações de *haver* e *ter* no PB e PE, explicando as suas diferenças.

Franchi et al. (1998), abordando a mesma questão, trazem uma proposta contrária à tradicionalmente empregada na literatura de que as sentenças existenciais pertençam a uma subclasse de sentenças construídas com verbos ergativos e sujeito posposto. Nesse caso, a hipótese defendida é de que as sentenças existenciais fazem parte de uma classe maior de construções do PB, as chamadas construções impessoais. O *corpus* de análise escolhido é a base de dados do projeto Nurc. Há também, neste trabalho, uma menção às diferentes construções do PB e PE no tocante às sentenças existenciais.

O artigo de Franchi et al. (1998) está mais próximo da perspectiva funcionalista de análise linguística e restringe-se, como o próprio trabalho informa, aos aspectos gramaticais sintáticos, considerando para análise as construções prototípicas, isto é, aquelas que predominam no *corpus*.

---

4 Para não haver confusão entre a dissertação de mestrado do mesmo autor, já citada, defendida também em 2004, esclarece-se que o trabalho posterior apresentado, “Uma hipótese não lexicalista para a sobreposição de *ter* a *haver* em português brasileiro”, de novembro de 2004, foi apresentado no I CILP – I Congresso Internacional de Língua Portuguesa (CILP), promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis.

Seguindo outra abordagem, a da sociolinguística, mas também utilizando a base de dados do Projeto Nurc, Callou et al. (2006) mostram que, comparando *corpora* das décadas de 1970 e de 1990, a superposição de *ter* sobre *haver* (nas construções existenciais, naturalmente) ainda não se completou – 73% de *ter* sobre 27% de *haver*. Seguem-se análises de cunho sociolinguístico, a partir das quais comprova-se que, entre os falantes mais jovens, o uso de *haver* não chega a 5%. Além dos dados de língua falada, o artigo cita o trabalho de Rocha et al. (1999), que analisa textos jornalísticos de veículos cariocas dos últimos meses de 1999. Os resultados confirmam a hipótese de que o uso de *haver* existencial está ligado ao prestígio dos jornais junto ao público. Dessa forma, nos jornais mais populares há predomínio de *ter*.

Após o breve exame de alguns trabalhos realizados sobre a temática abordada nesse capítulo, ressalta-se que o estudo aqui apresentado pretende analisar quantitativa e qualitativamente as ocorrências de *ter* e *haver*, em construções existenciais, no *corpus* selecionado do século XVIII, dialogando com trecho do último estudo apresentado (Callou, 2006, p. 284): “Ainda que não haja estudos específicos sobre essas estruturas existenciais nos séculos XVII e XVIII, pode-se dizer que, ao menos no século passado [século XX], a invasão de *ter* no campo de *haver* vinha ‘se tornando geral no português do Brasil, até mesmo entre as pessoas ilustradas’”.

Dessa forma, o estudo apresentado configura-se, na verdade, apenas como uma introdução aos estudos específicos dessas formas verbais, cuja carência, como visto, é atestada no trabalho de Callou et al. (2006). Espera-se, de qualquer forma, que ele sirva de convite para pesquisadores que editam e/ou que analisam *corpus* seiscentistas e setecentistas a realizarem exames acurados sobre a questão. Assim, haverá um panorama bem fundamentado sobre esse período, como já existe para o português arcaico (até o século XVI).

#### **ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O TRATAMENTO DA QUESTÃO**

Os dados da análise a serem apresentados foram selecionados a partir de edição semidiplomática de manuscritos setecentistas não literários, de

tipologia diversa, em sua maioria da esfera pública, pertencentes à *Coleção de Memórias do Arquivo Nacional* (RJ).<sup>5</sup>

O fato de se trabalhar com fontes primárias, cuja edição foi rigorosamente realizada,<sup>6</sup> aproxima o presente trabalho daqueles realizados por Torres (1996), Ferreira (1977) e Mattos e Silva (2002a e 2002b), já que também se baseiam em dados de língua escrita, provenientes de fontes documentais manuscritas, dos séculos XIII ao XVI, no caso, e têm como objetivo um estudo diacrônico dos fatos.

Nessa perspectiva, a presente análise aproxima-se dos pressupostos teóricos compartilhados por Ferreira e Torres, que se fundamentam nas lições de André Martinet (apud Ferreira, 1977), Gustave Guillaume (apud Ferreira, 1977), Eva Seifert (apud Ferreira, 1977) e Jean-Claude Chevalier (apud Ferreira, 1977), para desvendar a estrutura de posse das sentenças construídas com base nos verbos *haver* e *ter*. Segundo essas teorias, a substituição do verbo *haver* pelo verbo *ter* se explicaria pelo fato de que o conteúdo informacional de uma unidade linguística é inversamente proporcional à sua frequência. Assim, como o uso de *haver* aumentou consideravelmente, seu conteúdo informacional diminuiu, e sentiu-se, então, a necessidade de substituí-lo por outra unidade linguística. Isso significa que, embora conservando sua forma, *haver* começou a perder uma parte de sua matéria, e essa perda foi compensada pelo verbo *ter* (Ferreira, 1977, p. 246).<sup>7</sup>

Além dessa explicação, Ferreira (1977) situa os dados cronologicamente. Em fins do século XII, ambos os verbos eram utilizados para designar posse, porém *ter* ainda era utilizado muito raramente. Depois do século XIII, verifica-se o emprego mais frequente de *ter* e a substituição de *haver* teria começado nessa época. No século XV, após um período de concorrência das duas formas, o emprego do verbo *haver* para designar posse torna-se

5 Códice 807 – NP – SDE – *Coleção de Memórias e outros documentos*. Conservados na Seção Histórica. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1928.

6 Na edição realizada pela autora foram seguidas as “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil”, estabelecidas em 1998 por uma comissão de pesquisadores, durante o II Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado em Campos do Jordão-SP.

7 Tradução livre realizada pela autora de trecho constante do artigo de Ferreira (1977, p. 246).

raro, enquanto encontram-se os primeiros registros desse verbo ligado a noções abstratas. Ainda se observa mistura nos usos, porém *haver* tende a desaparecer como verbo transitivo, sendo usado nas construções que mostram dever e obrigação e como verbo auxiliar.

O modelo proposto por Franchi et al. (1998), por sua vez, analisa as construções existenciais (CE's) como parte das construções impessoais, uma classe maior de construções do PB. Utilizando registros da base de dados do Projeto Nurc, os pesquisadores selecionaram construções prototípicas, investigando a hipótese de que as sentenças existenciais precisam ser reanalisadas com base no foco apresentativo, tendo em vista que suas construções seguem uma estrutura desse tipo.

Um dos principais objetivos do estudo era comprovar que as CE's não se assemelham às construções com verbos ergativos e sujeito posposto, interpretação tradicionalmente empregada na literatura. O ponto comum residiria apenas no fato de ambas as construções terem a função de realizar foco apresentativo. Assim, o SN-argumento interior ao SV é analisado por Franchi et al. (1998) como acusativo, diferenciando-se das teorias propostas por Pontes (apud Franchi et al. 1998) e Nascimento e Kato (apud Franchi et al. 1998), que propõem sua interpretação como nominativo, sujeito, portanto. Além disso, os resultados do estudo de 1998 apontam para uma estrutura das CE's, com argumento locativo, externo ou interno; nesse último caso, por meio de um sintagma preposicionado em posição periférica.

A análise pretendida aqui é mais avançada, em termos de multiplicidade de abordagens, uma vez que leva em conta tanto a perspectiva funcionalista, proposta por Franchi et al. (1998), especulando sobre sua possível aplicação nos contextos de ocorrência dos verbos nos manuscritos estudados, quanto a perspectiva histórica, na linha de Ferreira (1977), Torres (1996) e Mattos e Silva (2002a e 2002b), usando como base documentos cuja edição é fidedigna, porque semidiplomática e realizada de acordo com rigorosos critérios filológicos.

Dessa forma, há algumas questões a serem respondidas no presente estudo: (1) O verbo *ter*, que desponta como existencial, no século XVI, já estaria em coocorrência com o verbo *haver* dois séculos depois? (2) As estru-

turas das construções existenciais encontradas no *corpus* revelam o caráter de foco apresentativo proposto por Franchi et al. (1998)? (3) A novidade do *haver* flexionado, situada por Said Ali (apud Mattos e Silva, 2002a) no século XVIII, e recuada por Mattos e Silva (2002a) ao século XVI, é encontrada no *corpus*?

### Apresentação e análise dos dados do *corpus*

Estes dados de análise pertencem à edição semidiplomática de documentos setentistas da *Coleção de Memórias* do Arquivo Nacional, realizada por Monte (2007).<sup>8</sup> Do *corpus*, foram levantadas todas as ocorrências das formas *haver* e *ter* e seus respectivos contextos: posse, auxiliar nos tempos compostos e construções existenciais.

Na Figura 1, a seguir, observa-se o predomínio do uso de *ter* nas ocorrências gerais do *corpus*, ou seja, não se levando em conta o exame detido dos contextos (posse, existencial e auxiliar), conclui-se que a escolha mais recorrente dos autores dos documentos recaía sobre a forma *ter*.

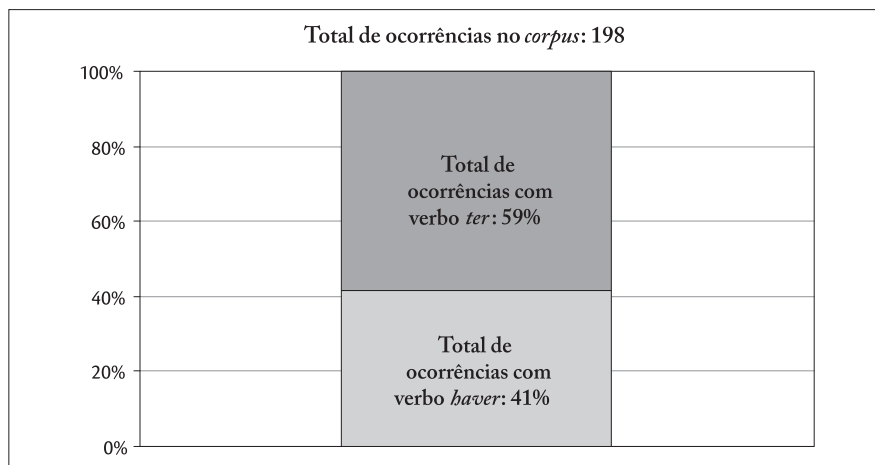


Figura 1 - Comparativo das ocorrências *ter* e *haver*

8 A tipologia dos manuscritos é variada, com predomínio de documentos oficiais (relação, processo, requerimento e memória). Há um documento que não parece ser oficial, estando no domínio da esfera privada (narrativa médica). Os punhos são de mãos hábeis e os manuscritos foram lavrados entre 1755 e 1793, em sua maioria no Brasil, à exceção de um, que foi escrito em Portugal.

Procedendo-se à análise detida de todas as ocorrências do par *ter/haver*, observam-se as distribuições mostradas nas Figuras 2 e 3 a seguir.

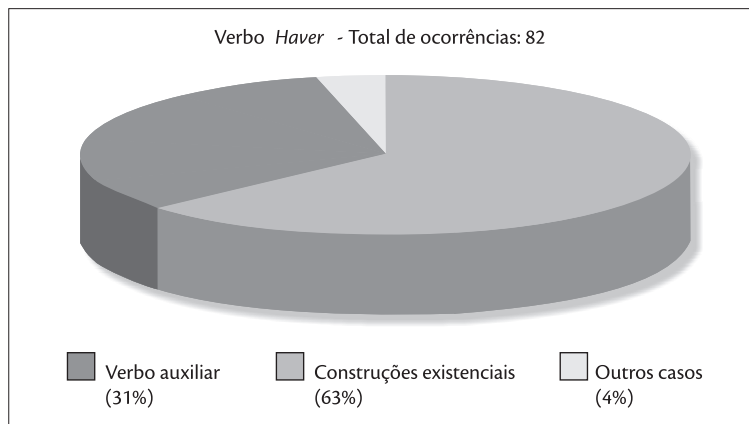


Figura 2 - Distribuição das ocorrências de *haver* no *corpus*

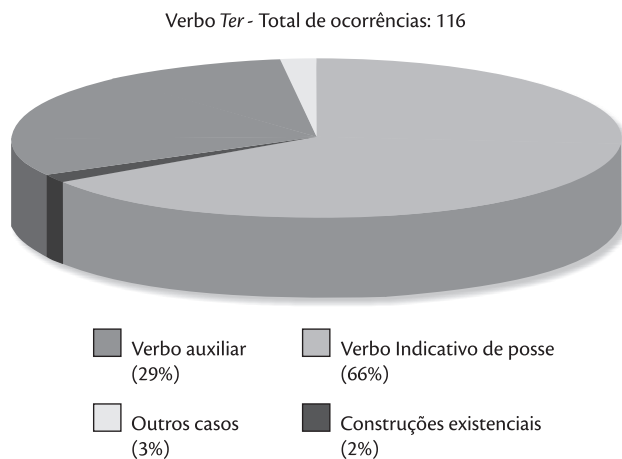


Figura 3 - Distribuição das ocorrências de *ter* no *corpus*

As Figuras 2 e 3 mostram o predomínio do verbo *haver* nas construções existenciais e o uso exclusivo do verbo *ter* para indicar posse.

Mesmo não sendo essa questão objeto específico do presente texto, nota-se que o uso de *haver* como verbo pleno, indicando posse, já não se verifica no *corpus* setecentista. Tal resultado já era esperado, visto que Mattos e Silva (2002a) situa a exclusão de *haver* em contextos de posse já em meados do século XVI. Cabe lembrar que as 21 ocorrências desse tipo encontradas por Mattos e Silva (2002b) no *corpus* de documentos não literários, acontecem em expressões formulares, sendo consideradas, portanto, resíduos arcaizantes. Em língua espanhola, conforme informa Ferreira (1977), a frequência de *ter*, em contextos de posse, já é bastante elevada desde o século XV, um pouco anterior ao que se observa em relação ao português.

Cabe ressaltar que o índice de 4% de ocorrências com *haver*, observado na Figura 2, relaciona-se a contextos em que o mesmo verbo apresenta, em sua carga semântica, o resíduo histórico do período em que aparecia como verbo pleno, indicativo de posse, numa acepção que ainda se faz presente no português moderno, e cuja entrada aparece em Houaiss (2001): “receber de volta, reaver”. Os dois exemplos a seguir representam as 3 ocorrências encontradas:

- (1) para **haver** o Ouro em pó he preci[zo] **have-lo** da mão do mineiro (221 – l. 217/218).<sup>9</sup>
- (2) he preciso que o falceficador **haja** de muitos Mineiros as quantias necessarias para a dita Fabrica (221 – l. 221-223).

No exemplo (1), que contempla duas ocorrências, observam-se construções em que não há sujeito licenciado, porém, o fato de “haver o Ouro em pó” pode ser claramente interpretado como ligado a um contexto em que o agente, não expresso, receberia e, portanto, tomaria posse do ouro. Já no exemplo (2), aparece o sujeito da forma “haja”, explicitando ainda mais o que já se verificou em (1), confirmando o uso como indicativo de um resíduo, talvez mais forte que atualmente, de uma época em que *haver* era o verbo de posse por excelência.

---

9 Aos exemplos referidos do *corpus*, segue-se a informação de página e linha da edição. No exemplo (1), o trecho está na p. 221, nas linhas 217 e 218. A edição integral, como já informado, encontra-se disponível em Monte (2007).

A segunda informação relevante de que dá testemunho o *corpus* é o uso equivalente dos verbos *ter* e *haver* como auxiliares, nos tempos compostos, conforme pode ser observado na Figura 4 a seguir.

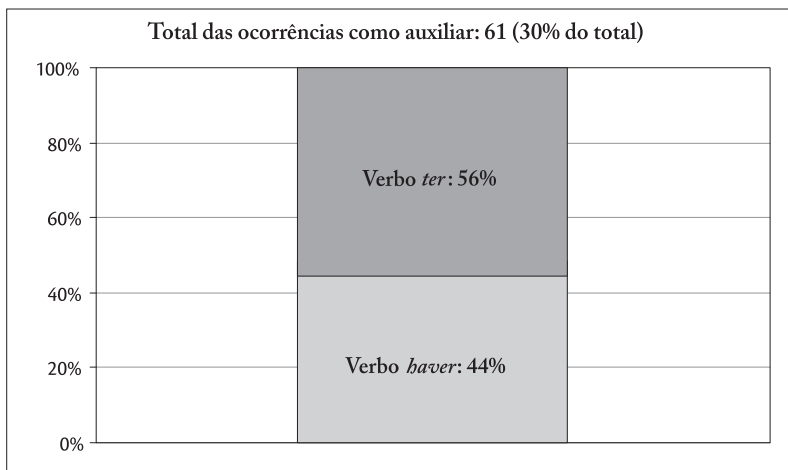


Figura 4 - Comparativo das ocorrências de *ter* e *haver* como auxiliares nas estruturas de tempo composto

Assim como já se assinalou, antes do breve comentário sobre os contextos de posse, também não é objeto desse estudo detalhar os usos das formas verbais em contextos relacionados à estrutura dos tempos compostos. De qualquer forma, cabe destacar o uso equivalente das formas e o fato de *haver* ser usado, predominantemente, em estruturas indicativas de futuro: 18 ocorrências contra 9 indicando passado. Já em relação ao verbo *ter*, observa-se o uso predominante nas estruturas de passado: 34 ocorrências. Como já era previsto, não se verificou nenhuma ocorrência, nem com *haver* nem com *ter*, de particípio flexionado, apesar de que, em 12 contextos, seria possível a flexão. Tal dado permite inferir que a essa altura os tempos compostos já estavam gramaticalizados,<sup>10</sup> o que ainda não ocorria, em meados do século XVI, quando, apesar de frequência baixa de uso, ainda se

10 A afirmação não pode ser considerada definitiva, pois faz-se necessário um acurado exame em outros *corpora* setecentistas, de tipologia variada e com maior extensão, para verificar se o mesmo fenômeno é observado.

encontravam participípios flexionados, conforme atestam os dados de Mattos e Silva (2002a e 2002b).

### AS CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS (CE's)

Como já pôde ser observado nas Figuras 2 e 3, há um predomínio do verbo *haver* nas construções existenciais. Enquanto Mattos e Silva (2002a) já demonstra o despontar do *ter* como existencial no século XVI, não se verificou, no *corpus* desta análise, o que se poderia esperar: uma gradativa superposição da forma *ter* sobre *haver*, nas CE's, nos séculos seguintes. O índice de 3% de *ter* nas CE's, representando duas ocorrências, uma delas ambígua, como será verificado adiante, compara-se às porcentagens encontradas por Mattos e Silva (2002a): das 89 ocorrências de contextos existenciais, em João de Barros, havia apenas 4 com *ter*, das quais 2 são consideradas ambíguas. Assim, o uso de *ter* representa 0,2% do total de CE's. Mesmo com a extensão do *corpus* inicial de pesquisa proposta pela autora, só se encontram mais 3 ocorrências de *ter* existencial. Já nas *Cartas de D. João III*, para 11 ocorrências de *haver*, há apenas 1 de *ter* e essa é ambígua. Procedendo novamente à extensão do *corpus*, Mattos e Silva (2002b) encontra apenas mais uma ocorrência de *ter* como existencial.

Neste *corpus* setecentista, pode-se afirmar que o uso de *ter* como existencial ainda era discreto e havia claro predomínio de *haver*, como ilustra a Figura 5, a seguir.

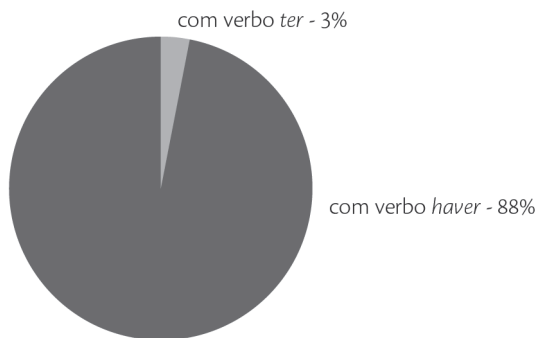


Figura 5 - Construções existenciais – predomínio de *haver*

As duas ocorrências em que *ter* pode ser interpretado como existencial são estas:

- (3) o que não tem duvida he que O Cardial Patriarcha mandou coche (109 – l. 202-204)
- (4) Na rua detrás do Carmo há humasCazinhas § 23 pertensentes amesmaReligião as quaes Servem deInfermaria dos escravos domesmoComvento emCujasCazas que tem porta para amesma rua detrás doCarmo tem outra porta nosfundos dela (187 – l. 342-347)

O exemplo (3) parece, a princípio, não mostrar dúvida em sua interpretação como existencial, já que é possível, sem prejuízo do sentido, substituí-lo por “há”, conforme se verifica no uso moderno. A interpretação defendida aqui, no entanto, distancia-se de sua análise como existencial, tomando apenas o fato de seu esvaziamento lexical como fator que o aproximaria dessa análise. A expressão “tem duvida” formaria a estrutura do chamado verbo-suporte, definido assim por Neves (apud Mattos e Silva, 2002a): “os verbos suporte são verbos de significado bastante esvaziados que formam com o seu complemento (objeto direto) um significado global, geralmente correspondente ao que tem um outro verbo da língua”. Dessa forma, “tem duvida” corresponderia ao verbo *duvidar*, mesmo que apresentem valores semânticos não exatamente equivalentes.

Verificaram-se no *corpus* outras três ocorrências mais explícitas de *ter*, funcionando como verbo suporte, na estrutura formular “teve principio”. Esses contextos representam os 3% de outros casos com o verbo *ter* da Figura 3. Não se incluiu a expressão “tem duvida” neste grupo, tanto por não ser uma expressão formular, quanto por apresentar uma análise que pode aproximá-la das CE’s.

O exemplo (4), por sua vez, apresenta no início uma CE com *haver* (“Na rua detrás do Carmo há humasCazinhas”), logo aparece o verbo *ter*, que, a princípio, poderia ser interpretado como indicativo de posse: “emCujasCazas que tem porta para amesma rua detrás doCarmo”. Neste exemplo, porém, já se observa o uso do relativo “que”, retomando um SN preposicio-

nado, um locativo (“emCujasCazas”), muito comum nas CE’s, conforme informa Franchi et al. (1998), o que também aproximaria a interpretação desse *tem* como existencial ou, pelo menos, como mais esvaziado lexicalmente. Logo em seguida, a construção “tem outra porta nosfundos dela” difere da anterior pela ausência de SN que possa ser interpretado como sujeito. A ela também se relacionam dois locativos, “amesma rua detrás doCarmo” e “nosfundos dela”. Observa-se, então, um contexto muito produtivo para a ocorrência de *ter* nas chamadas CE’s. Segundo Franchi et al. (1998), tais construções apresentam “verbos que podem selecionar um argumento externo não animado, expressando lugar ou tempo” e “o argumento locativo pode ser realizado como um sintagma preposicionado em posição periférica”. Ambas as características que definiriam as chamadas construções impessoais, “emCujasCazas” e “nos fundos dela”, representariam os argumentos locativos realizados como sintagmas preposicionados periféricos.

Portanto, as análises realizadas a partir das ocorrências com *ter* mostram que, mesmo em baixíssima frequência, seu uso é verificado justamente em construções que vão se generalizar, no português moderno, com o verbo *ter*, as chamadas Construções Existenciais.

Analisando-se as ocorrências do verbo *haver*, como existencial, que perfazem 52 casos, verifica-se que nas 19 ocorrências em que era possível concordar o verbo com o SN subsequente, essa concordância não foi realizada. Alguns exemplos são mostrados a seguir:

(5) As ilhargas deste Docel *havia duas portas* que sahiaó para hum piqueno Iardim, (99 – l. 47-49)

(6) *os poucos Negociantes, que havia* não vendião (247 – l. 594)

Das 52 ocorrências com *haver*, pode-se afirmar que 19 delas, ou 36%, apresentam a estrutura típica das CE’s, com argumento locativo, proposta por Franchi et al. (1998), como pode ser verificado nos exemplos a seguir:

(7) *enamesmaCaza enodito dia* houve humBatuque (163 – l. 118-119)

(8) *No Governo das Minas Geraes* ha quatro In=tendencias (295 – l. 1287-1288)

(9) Como *nas ditas Estaçõens* ha despezas miudas (119 – l. 75-76)

Observe-se que, no exemplo (7), ocorrem dois sintagmas preposicionados exteriores, um indicando lugar (“*namesmaCaza*”) e outro indicando tempo (“*nodito dia*”).

Já nos outros casos, o verbo *haver* aparece como verbo suporte, “*Naõ há duvida, que as Quitandeiras*” (145 – l. 46), em situação análoga à do exemplo (3); e como núcleo de orações com estrutura apresentativa, mas que não podem ser consideradas CE’s prototípicas, por não apresentarem argumento locativo externo ou periférico. Vejam-se os exemplos a seguir:

(10) *Nam ha certamente couza mais extravagante do que edificar duas cazas de Moeda em dois Portos do Mar do Brazil distantes de Minas* (213 – l. 81-83)

(11) *porisso entre mil extravios, apenas haverá hum feito por Mineiro, ou Rossieiro* (217 – l. 156-157)

Essas construções apresentativas, além de incluírem as CE’s, também incluem as orações com verbos ergativos (como *existir*, por exemplo) e têm função específica, no discurso, conforme Franchi et al. afirmam:

destacar um constituinte na memória imediata que, ou vai dominar o discurso subsequente para que o interlocutor leve em conta um universo mais amplo na reconstrução temática do discurso situando o tema em outra perspectiva, ou vai introduzir um novo elemento no discurso precedente que o explica, justifica, exemplifica, reorienta, como recurso argumentativo que situe o interlocutor na mesma perspectiva do locutor. (Franchi et al., 1998)

A função discursiva relacionada às construções impessoais afigura-se como importante etapa a ser investigada nas análises em *corpus* de tipologia variada, por ser um instrumento importante para estudar como a estruturação das propriedades lexicais e sintáticas leva a determinadas funções discursivas (Franchi et al., 1998).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação a um esperado avanço do verbo *ter* nas CE's, mais de duzentos anos depois de seu despontar (Mattos e Silva, 2002a), verifica-se que isso não ocorreu, já que *ter* apresentou frequência quase tão baixa quanto aquelas verificadas no século XVI. O relevante, porém, é que a análise qualitativa das ocorrências do *corpus* setecentista mostrou sua ocorrência vinculada às CE's prototípicas, diferentemente do que se verificou com *haver*, cujas ocorrências prototípicas representaram 36% do total.

Quanto ao verbo *haver*, nota-se que, nos casos em que as construções não corresponderam às CE's prototípicas, sua estrutura apresentou foco apresentativo, aproximando-se das estruturas apresentativas, dentro do grupo das construções impessoais; distintas, portanto, das construções com verbos ergativos.

Um dado que corrobora tal afirmação é o fato de não ter sido encontrada nenhuma ocorrência de concordância de *haver* com o SN subsequente, mesmo havendo contexto propício para isso em 19 ocorrências. Assim, a novidade situada por Said Ali (apud Mattos e Silva, 2002a), no século XVIII, e recuada ao século XVI por Mattos e Silva (2002a) não se verifica no *corpus* setecentista estudado, revelando que é necessário o alargamento do estudo, tanto em termos de *corpora* quanto em termos de períodos históricos, principalmente após o século XVI, para se estabelecerem hipóteses claras relativas ao uso de *haver* flexionado.

Portanto, o exame das ocorrências de *ter* e *haver*, em construções existenciais, no *corpus* em análise, permite afirmar que *haver* é o verbo selecionado para tais construções, apesar de se verificar o *ter* em contextos mais específicos das CE's prototípicas. Deve-se ressaltar, porém, que, no século XVIII, no *corpus* analisado, ainda não se pode falar em coocorrência das formas verbais nas CE's, fato que deve ser adiado, portanto, no PB. Tal afirmação permite inferir que o fenômeno de variação precisa ser investigado, levando-se em conta também a estrutura das construções com *haver*, que ora revelam as CE's prototípicas que o *ter* passará a dominar, pelo menos, no PB, ora revelam construções impessoais mais genéricas nas quais não se verifica o uso de *ter*.

## REFERÊNCIAS

- AVELAR, J. *Dinâmicas morfossintáticas com “ter”, “ser” e “estar” em português brasileiro*. 2004a. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas: IEL/Unicamp, 2004a.
- AVELAR, J. Uma hipótese não lexicalista para a sobreposição de ter a haver em português brasileiro. Apresentação realizada no I CILP – Congresso Internacional de Língua Portuguesa – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2004b.
- CALLOU, D. et al. O português do Brasil: polarização sociolinguística. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 257-292.
- FERREIRA, J. A. Signification des verbes haber et tener. In: *Boletim de Filologia*, n. 26. 1977. p. 245-270. Disponível em: <[http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/lingua/boletimfilologia/26/boletim26\\_pag245\\_270.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/lingua/boletimfilologia/26/boletim26_pag245_270.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2009.
- FRANCHI, C. et al. Sobre a gramática das orações impessoais com ter e haver. In: *D.E.L.T.A.*, v. 14 (número especial), 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-4501998000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-4501998000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 ago. 2009. doi: 10.1590/S0102-44501998000300009>.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas Trecentistas*. Elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- MATTOS E SILVA, R. V. Variação e mudança no português arcaico: *ter* e *haver* em estruturas de posse. In: PEREIRA, C.; PEREIRA, P. (Orgs.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 299-311.
- MATTOS E SILVA, R. V. Observações sobre a variação no uso dos verbos *ser*; *estar*; *haver*; *ter* no galego-português ducentista. *Estudos linguísticos e literários*, v. 19, p. 253-285, 1997.
- MATTOS E SILVA, R. V. A variação *ser/estar* e *haver/ter* em 1540. *Revista Portuguesa de Filologia*, v. XIII, p. 71-96, 2000.

MATTOS E SILVA, R. V. Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Orgs.). *O Português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002a. p. 119-142.

MATTOS E SILVA, R. V. A variação *ser/estar* e *haver/ter* nas *Cartas de D. João III* entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de Barros. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Orgs.). *O Português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002b. p. 143-160.

MONTE, V. M. *Documentos setecentistas: edição semidiplomática e tratamento das sibilantes*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-07022008-112845/>>. Acesso em: 2 ago. 2009.

TORRES, A. Na pista do Prof. Azevedo Ferreira: os verbos *ter* e *haver* em dois cartulários nortenhos. In: *Actas do XII Encontro da APL*, v. II. p. 303-313. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-07022008-112845/>>. Acesso em: 2 ago. 2009.



## Notícias da Capitania de Goiás em documentos do século XVIII

| Vanessa Regina Duarte Xavier

“Assim como se restauram pinturas, esculturas, igrejas e diversos outros bens culturais da humanidade, a fim de que mantenham a forma dada por seu autor intelectual, igualmente restauram-se os livros em termos tanto físicos (recuperação da folha, da encadernação, da capa etc.) quanto de seu conteúdo (recuperação dos textos)”. (Cabraia, 2005, p. 19)

Este texto tem como objetivo o resgate de documentos oficiais do século XVIII que versam sobre questões político-administrativas da Capitania de Goiás à época da exploração aurífera. Preconiza-se a edição de documentos, de modo especial a semidiplomática, considerando-a instrumento essencial para a composição de material confiável às análises linguísticas. Avultam-se, ainda, considerações sobre a escrita desse período, matizada pela pronúncia e pela etimologia de alguns vocábulos, em razão da falta de um acordo ortográfico.

A Filologia debruça-se sobre o estabelecimento e a interpretação de textos de qualquer época e das mais variadas espécies, vale dizer, religiosos, notariais, literários, pessoais etc. A esse respeito, Megale (1999, p. 192-193)

elucida: “Tanto é objeto de trabalho filológico o texto literário de autor consagrado quanto o documento jurídico, notorial, cível ou do crime, toda a documentação oficial, como a particular”. E acrescenta que não só documentos autógrafos interessam ao estudo filológico, mas igualmente os apógrafos, assim como testemunhos diretos e indiretos.

Dessa feita, a edição do texto é uma etapa fundamental da pesquisa filológica e deve explicitar e seguir rigidamente os critérios do tipo de edição escolhido, se *fac-similar*, diplomática, semidiplomática ou paleográfica, modernizada, crítica entre outras. Nesse sentido, se a intenção do filólogo consiste em possibilitar um acesso irrestrito ao códice, ou seja, viabilizar o entendimento do seu conteúdo a um público mais amplo, desinteressado das questões linguísticas, o ideal é compor uma edição modernizada.

Por outro lado, se o intuito do filólogo reside em fornecer um material linguisticamente fidedigno ao documento original, mantendo intactas as suas características principais, tais como pontuação, acentuação, fronteira vocabular e ortografia sem, contudo, restringir o seu acesso a um público mais especializado, a opção mais adequada deve ser a edição semidiplomática. Em vista disso, a escolha do tipo de edição mais apropriado a um certo estudo está intimamente relacionada à pretensão do pesquisador.

Santana Neto (1999, p. 26) pontua que uma edição não é “um fim em si mesma, pelo contrário, é um ponto de partida para estudos posteriores que o texto permita”. Nessa perspectiva, Cambraia (1999, p. 13) assevera que “nem toda edição de textos antigos é adequada para o estudo linguístico, já que muitos editores realizam intervenções no texto editado com o objetivo de regularizar formas”. Assim, a validade de um estudo diacrônico e/ou sincrônico da língua depende da confiabilidade da edição da qual ele recolhe os dados.

Este estudo pretende evidenciar as contribuições da lição semidiplomática de documentos, no que concerne à constituição de *corpora* fidedignos e de leitura fácil, em relação a outros tipos de edição conservadora. Na sequência, apresentamos uma discussão sucinta em torno de apontamentos históricos, políticos e econômicos da capitania de Goiás, em meados do século XVIII, os quais avultam na edição de alguns documentos pertencen-

tes ao “Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)”.

Além disso, realizamos uma breve análise das peculiaridades da escrita neste período, considerando as cartas oficiais que registravam as decisões do governo português, repassadas às administrações das capitânias pelo Conselho Ultramarino; apresentamos, também, algumas informações sobre a estrutura e a composição do códice, a saber, a quantidade de fólios, sua numeração, rubrica, reclusos etc. Comparecem, ainda, questões relativas às abreviaturas, à acentuação e à fronteira vocabular presentes no texto.

### A RECONSTITUIÇÃO DOS TEXTOS POR MEIO DA EDIÇÃO

É oportuno lembrar que a edição de manuscritos é um meio eficaz de preservação de um acervo histórico-cultural e de sua perpetuação através de gerações. Por essa razão, documentos escritos que remontam a séculos distanciados do presente necessitam ser conservados, uma vez que o acesso ao estado da língua, nesses séculos, depende dessa atitude. Ademais, Lobo (2001, p. 11) salienta que a edição de documentos impede o seu esquecimento, tornando visível o quanto necessitam de cuidados para que, caso sejam destruídos por razões várias, esse zelo possibilite seu acesso na posteridade.

À esteira de Bassetto (2001), é tarefa do filólogo reconstituir um texto de modo a torná-lo mais acessível, além de elucidá-lo em algum ponto. Com esse propósito, procedeu-se à edição dos documentos selecionados, com base em critérios semidiplomáticos, aproximando-a ao máximo do texto original, uma vez que nos interessam as propriedades linguísticas do texto representativas da língua portuguesa em uso no Brasil Central, no século XVIII.

Consideramos, pois, que o método filológico propicia uma análise acurada da mensagem do texto, demandando um exame minucioso dos seus pormenores. Nessa concepção, o filólogo revela-se um intérprete dos documentos, esclarecendo-os de alguma maneira. É sabido, contudo, que as edições não possuem um *status* definitivo; elas são apenas aproximativas, mesmo contando com rigor e atenção meticulosa em sua elaboração.

Todas as edições demandam uma transcrição mais ou menos fiel ao texto original. No caso da edição semidiplomática, selecionada para a pesquisa, merece registro a preservação da ortografia, assim como da acentuação (ou de sua ausência), da pontuação e da fronteira vocabular, empregadas no original, em consonância com as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”, postuladas por Cambraia et al. (2005). No entanto, ressalva-se que tal edição admite algumas intervenções do editor por conjecturas, tais como a supressão ou a inserção de fragmentos ao texto, a fim de esclarecer algum ponto do texto julgado obscuro sem, entretanto, deixar de evidenciá-las, para que o consulente possa identificá-las.

Além do desenvolvimento das abreviaturas, segundo a grafia plena da palavra e marcando-se em itálico as letras omitidas, outro procedimento típico da edição semidiplomática consiste em manter a translineação, a qual, em nosso estudo, efetuou-se mediante a lição justilinear dos fôlios.

Por conseguinte, as intervenções devem restringir-se àquelas necessárias ao entendimento do texto, sendo que a presença do *fac-símile* é essencial para que o leitor possa dirimir quaisquer dúvidas sobre o texto editado. Por essa razão, embora se destine a um público específico, a edição semidiplomática pode ser consultada, sem grandes problemas, por pesquisadores de outras áreas.

### **Apontamentos político-econômicos concernentes à Capitania de Goiás**

Convém assinalar que a descrição do contexto em que o texto foi escrito é essencial para a compreensão do seu conteúdo e da sua utilidade. De igual maneira, os documentos podem fornecer informações valiosas sobre a cultura e a organização política e social de Goiás e do Brasil no período colonial. Os documentos são o ponto inicial para recontarmos o passado encoberto em suas entrelinhas, pois acenam aspectos da formação da sociedade goiana, sendo fonte importante de dados históricos e linguísticos, levando-nos, ainda, a refletir sobre o presente (Harris, 2006). Ou seja, as informações coletadas nos ajudam a compreender a conjuntura política e social goiana no período colonial.

Silva (2006, p. 95) define o objeto da Filologia como “a cultura da humanidade preservada através de seus textos”, cujo principal objetivo é resguardá-los dos “estragos do tempo”. Silveira Bueno (1967, p. 9) também aventa que a Filologia destina-se ao “conhecimento de uma civilização, de uma cultura, através de documentos escritos, tendo como instrumento principal o estudo da língua em que foram exarados tais documentos”. Assim, a língua é o meio para se compreender o conteúdo dos documentos e de resgatar a identidade de um povo, atentando acuradamente para o contexto sociocultural em que foram escritos.

Segundo Elia (2003, p. 91), os fatos mais marcantes do século XVIII no Brasil foram: “franceses no Rio de Janeiro, a corrida do ouro, expansão territorial (bandeirantismo), fixação de fronteiras, lutas com os espanhóis e a luta pela colonização do Sul, o Iluminismo e a expulsão dos jesuítas, a Conjuração Mineira”, com destaque para a exploração aurífera.

Para Flexor (2001, p. 98), por volta de 1750, houve a criação de vilas, “comarcas e ouvidorias, bem como de tropas regulares” e tempos mais tarde o governo português ordenou o aldeamento dos índios, de forma suave, para que eles deixassem de assaltar as vilas e fossem civilizados por meio do ensino da doutrina cristã, da leitura e da escrita.

Com a descoberta do ouro em terras brasileiras, a Coroa Portuguesa tentou promover uma estruturação administrativa e econômica mais sólida e eficaz, com vistas a evitar o extravio desse metal. No período colonial, a administração brasileira girava em torno das Ordenações, que designavam pessoas para os cargos de juízes ordinários, os quais deveriam presidir o senado da câmara, de vereadores, de tesoureiro e de procurador.

Segundo Palacín (1976), em 1725, ocorreu a descoberta da primeira lavra aurífera no atual Estado de Goiás, às margens do rio Vermelho, onde se fundou o Arraial de Sant’Ana, posteriormente denominado Vila Boa de Goiás. Goiás mereceu destaque no ciclo do ouro, tornando-se a segunda maior região produtora de metais preciosos do país. A Capitania de Goiás foi criada em 1744 e, cinco anos mais tarde, o Conde Dom Marcos de Noronha foi empossado seu governador, sendo dele a maioria das assinaturas das cartas do códice em questão.

A partir de então, a Capitania de Goiás desvinculou-se da de São Paulo, conquistando a sua própria jurisdição, embora sua administração ainda fosse extremamente controlada pelo rei e pelo Conselho Ultramarino. Com isso, o governo imperial reduzia os gastos dispendiosos dos mineiros, que, para fundirem seu ouro, precisavam dirigir-se a São Paulo, o que muitas vezes estimulava o contrabando.

Por essa razão, em 1752 foi criada uma Casa de Fundição em Vila Boa, para a fundição do ouro e a moradia do Intendente. A fundição do ouro era necessária quando o mineiro ou o comerciante desejavam sair da capitania, sob pena de serem acusados de contrabando. Entretanto, no interior da capitania, o uso do ouro em pó era permitido.

De acordo com Palacín (1976), ocupavam papéis centrais na administração da capitania o governador, que a administrava; o ouvidor, que exercia o comando militar e assegurava a aplicação das leis; e o intendente, a quem cabia a coleta de impostos. Vale assinalar a venda de cargos públicos pela Coroa, que cobrava a terça parte como donativo.

Em consonância com o direito senhorial, os mineradores e os comerciantes deviam pagar ao governo o quinto sobre todo o ouro encontrado, sendo esse método de arrecadação alterado posteriormente para a capitação, cuja taxa recaía sobre cada escravo possuído. As entradas e os dízimos, também mencionados no texto, eram taxas cobradas pela entrada de mercadorias na Capitania, conforme o seu peso e sobre o décimo do que era produzido nas lavouras ou nas criações de gado, respectivamente.

Contribuindo para a cobrança abusiva de impostos do governo, havia ainda as taxas cobradas de lojas e tavernas, assim como de roceiros, alfaiates, lavradores, sapateiros e oficiais mecânicos, atingindo por vezes valores muito mais altos que os cobrados na Capitania de Minas Gerais.

### **Breve análise do *corpus***

Os documentos submetidos à edição referida somam setenta e três fólios, escritos em *recto e verso*, e integram um *codex unicus* intitulado “Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)”, disponível à consulta no Arquivo Histórico de

Goiânia. O livro conta, de modo geral, com duzentos e vinte e um fólhos numerados nos *rectos*, à direita da margem de cabeça, constando logo abaixo a rubrica Thomé Gomes Moreira.

O códice possui uma encadernação em material firme, a numeração 0001 no lombo, juntamente com o título da obra, o qual também foi inserido posteriormente, em sua capa, no plano anterior. A pesquisa focalizou as cartas de 1752 e 1753 remetidas pelo Conselho Ultramarino e transcritas pelo governador da Capitania goiana Conde Dom Marcos de Noronha, contendo resoluções e provisões de Sua Majestade em resposta às cartas enviadas pelo governo de Vila Boa, então capital goiana.

Os textos não apresentam rigorosamente a estrutura formal de uma carta, visto que não possuem a marcação da data no início e o destinatário é identificado poucas vezes, como, por exemplo, pelo pronome Senhor. Ainda assim, consideramos que pertençam ao gênero textual carta, uma vez que são assinados ao final, logo após a indicação da data em que foram escritos, e a comunicação entre Metrópole e Colônia dava-se, na época, por meio de cartas. Notam-se, ainda, algumas fórmulas estereotipadas, típicas de textos formais, como, por exemplo, no início “He *Vossa Magestade* servido ordenar-mepelaProvizao incluza” (fólio 68, recto) e no final “*Vossa Magestade* mandará o *quefor* servido” (fólio 68, recto), com pequenas variações. O excerto abaixo exemplifica tais afirmações:

<7> *Senhor*: [espaço] He *Vossa Magestade* servido ordenar-mepelaProvizao incluza que informe com o meuparecer ouvindo ao Ouvidor *geral* sobre o requerimento que na Real prezença de *Vossa Magestade* poseraõ os moradores desta *Villa* eseu destrito [...]

*Vossa Magestade* mandará o *quefor* servido. *Villa* Boa 3 de Ianeyro de1752 Conde Dom Marcos deNoronha (fólio 68, recto-verso)

Os documentos selecionados para a pesquisa têm início no *recto* do fólio 66 e encerram-se no *recto* do fólio 139. Há vários reclames ao longo dos documentos, vale dizer, uma ou mais palavras e inclusive fragmentos de palavras que encerram uma página, no canto direito da margem de pé e

repetem-se no início da próxima, como neste fragmento “Devo por na prezença deVossa ||78v.|| [[deVossa]] Magestade”.<sup>1</sup>

Em consonância com Elia (2003), no século XVIII a grafia baseava-se na etimologia dos vocábulos, embora em alguns casos ela ainda levasse em conta a sua realização fonética. Por isso, percebe-se, no texto, a instabilidade gráfica no registro de uma mesma palavra.

Embora o período fonético da ortografia seja balizado entre os séculos XII e XVI, traços dessa tendência foram encontrados até mesmo no século XIX. No *corpus* em análise, a influência da oralidade na grafia de algumas palavras pode ser observada nos exemplos a seguir: *abulida, abulido, brabo, Descuberto, cuberta e imprestimos*.

Destaca-se, ainda, a troca da letra <s> por <z> ou <ç>, conforme a fonética das palavras, ora indicando a sibilante sonora, ora a surda, respectivamente, o que evidencia a influência da pronúncia no registro gráfico delas. É o que ilustram os seguintes casos: *incluzo, apresentado, prodigioza, escuzadissimas, intereçadas, concluzos, demaziado, dezacerto, dezagradavel, dezencaminhada, duvidozo, gostozos, manço, poderoza, populozo, falça, Laboriozo e depozito*.

No entanto, cumpre dizer que algumas palavras apresentaram grafias distintas no decorrer do texto, alternando o emprego do <s>, do <z>, do <c>, do <ç>, do <ss> e do <x>, tais como: *presente/prezente, perniciosas/perniciozas, lucrozo/lucroso, devassa/devaça, casa/caza, caso/cazo, consedido/concedido, auzentado/ausentado, groças/grossas, especial/especial, isentos/izento, censível/sensível, diferença/diferença e vensido/vencido*.

É válido ressaltar o abaixamento da vogal <i> em <e>, nos documentos, como se observa nestas palavras: *deregido, impossibilitados, geraes, deficultozo, destintos, permitido, vezinhos e diminuição*. Quanto à palavra *vezinho*, Silveira Bueno (1967) explica que esta é a forma arcaica de *vizinho*.

Verificou-se, em alguns casos, que o til das palavras terminadas em <ao> incidia sobre o <o> e não sobre o <a>. Além disso, em alguns verbos, na terceira pessoa do plural, registrou-se a terminação <ao> a par de <am>.

---

1 Optamos por transcrever os fragmentos menores exemplificativos da edição do texto, com a translineação indicada por barra, conquanto na versão original da edição, ela seja justilinear.

coexistindo ambas as formas. Corroboram tais assertivas os verbos: *habate-raõ, abuzaraõ, acresceraõ, afiraõ, apresentaõ, abominam, administram, afogam, ajudam, ajustaram, andam, apanharam, apareçam, aprenderam, apresentaram, aproveitam, aRuinarãõ, aseguram, assistiam, cessam, chegaram, chegaraõ, cLamam e clamãõ.*

Ainda no que concerne à acentuação, convém assinalar que ela revelou-se bastante distinta do seu emprego atual, ora ausentando-se, ora indicando a tonicidade de verbetes não acentuados atualmente, como demonstram os seguintes exemplos, respectivamente: *acrescimo, agradavel, alfandegas, alugueis, ambito, comodo, achãdos, afiançãdo, arbitrãdos, atãlhos, capõtes, cãzas e cãzo.*

Ademais, vale considerar a recorrência das abreviaturas nos documentos, procedimento típico na escrita da época para poupar tempo, tinta e espaço no suporte. Os casos mais comuns são representados pelos pronomes de tratamento, como *Sua Magestade, Vossa Magestade* e *Senhor*. Outras abreviaturas dignas de nota podem ser elencadas, tais como: *dito, geral, grande, necessário, presente, bastante, auzente, conveniente, Dezembro, Diamantes, agosto, ajudante, deligencia, annos, Bandeyra, Camara, brevidade, Caminho, capitam, Capitulo, actividade, cidade, Comarca, comodidade, conselho, conformidade, contrario, Coronel, Conhecimento e folha.*

A fronteira vocabular também se mostra bastante diversa da atual, sendo frequente a separação de sufixos e prefixos do restante da palavra, possivelmente porque se aglutinaram em um tempo posterior, como nos exemplos que seguem: *des confiados, sobre dito, ultra marino, aRomba mento*. A junção de palavras autônomas é igualmente comum, como se observa em: *seproceda, naforma, lhefizece, quese fez, ellesesogeytou, mandar fazer, quese haviaõ etc.*

É notória, ainda, a presença de uma consoante muda entre as sílabas, caracterizando uma escrita pseudo-etimológica ou etimológica. Essa ocorrência pode ser percebida nestas palavras: *augmentado, authenticas, christaá, comprehencivel, contrahido, prohibidas, authenticas, conthem, extrahido, sabido, contheudo, augmenta, insignuação, assignadas, ensigne, asignalár*, entre outras.

Alguns vocábulos formados pelos grupos consonantais <ct> e <pt> no *corpus*, devido à etimologia, preservaram apenas a última oclusiva no portu-

guês atual do Brasil, de acordo com Said Ali (2001). Observem-se os exemplos a seguir, extraídos dos documentos: *acto, actual, erecto, futuro, infructuosas, practico, exacto, extinctos, conductor, contractador, criação, captiveyro, escripto, escriptura, septembro e prompto*. Já o grupo consonantal <mn> presente em vocábulos como *damno, condemnados, damnificação, damno, domno, condemnou* e *endemnizar* perdeu a primeira consoante labial no português moderno.

Além disso, são recorrentes as consoantes geminadas como em *innocente, innumeraveis, aggravo, oppremido, annual, appellada, appostolicos, aprovado, attendidos, bella, collorado, comminado, commum, diferentes, difficultozo, ditto, eccleziastico, fallecido, mediannas, mettido, occupado, pillada, remettido, secullar, summa, supposto accordo, bocca, bulla e cautella*. Said Ali (2001, p. 40) esclarece que a duplicação das consoantes <l> e <ff> não se deve a fatores etimológicos; talvez “quisessem os antigos escritores significar que em alguns vocábulos, ou em algumas ocasiões, a vogal junto a <ll> ou <ff> recebia entonação ou icto forte, mas muito rápido”.

Silveira Bueno (1967) ressalta que os antigos gregos usavam bastante o <y>, no lugar do <i>, mormente em ditongos, tal como observamos nas palavras a seguir, extraídas do texto por nós editado: *cheyo, direyto, feyto, inteyrado, ligeyra, mayor, meyo, paysanos, proveytozo, verdadeyro, suspeyto, aldeyas, receby, Recolhy, recomendey, recorry, copya, dyreitos, estylo*.

Alguns casos retirados do texto demonstram a troca do <i> pelo <j> e do <u> pelo <v> e vice e versa, sendo comum a ocorrência de grafias distintas da mesma palavra, como em *Vltramarino/ultramarino, Jgreja/igreja, conuidados, uir/vir, jnverno/inverno, Ianeyro/Janeyro, iuizes/juizes, Iulho/julho, Iunho/junho, iunta/junta, Iustiça/justiça, iurizdição/jurizdição* etc. Said Ali (2001) revela que as letras <u> e <v> eram usadas sem discriminação no que tange ao seu emprego consonantal ou vocálico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto demonstra que os filólogos têm um papel essencial nos estudos linguísticos, na medida em que atuam de modo a fornecer um material sólido e confiável a outros linguistas e estudiosos. Sem dúvida, uma das principais contribuições da edição de um texto consiste em facilitar o

acesso a este patrimônio histórico-cultural às mais diversas gerações. No caso desse estudo, pretendeu-se constituir uma fonte confiável para o estudo da sociedade e da história linguística goianas, cobrindo aproximadamente três séculos.

Ademais, salienta-se que o filólogo deve buscar informações específicas que facilitarão e nortearão a consulta aos documentos, tais como informações sobre o sistema de abreviaturas empregado, características da escrita da época e do contexto social, cultural e econômico em que os documentos foram escritos.

A grafia brevemente analisada anteriormente revelou-se corolária do período pseudo-etimológico, sob a nítida influência do retorno aos clássicos latinos e gregos, impulsionada pelo Iluminismo e pelo Renascimento, haja vista que imitar os clássicos era então sinal de erudição. Por essa razão, a incidência de <th>, <y>, <ct>, <mn>, <gm>, <gn>, <mpt> e <pt>, no *corpus*, quando não relacionada à etimologia dos vocábulos, vinculava-se a uma prepotência pelo supérfluo, enquanto hoje a tendência é simplificar a escrita, tal como apontado por Said Ali (2001). Foi notável, ainda, a influência da pronúncia na grafia de algumas palavras, configurando a variedade grafemática da escrita do século XVIII.

## REFERÊNCIAS

- ALI, M. S. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 8. ed. rev. amp. por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Ed. da UnB, 2001.
- BASSETTO, B. F. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: Edusp, 2001.
- BUENO, S. *Estudos de Filologia Portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1967.
- CAMBRAIA, C. N. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. In: RODRIGUES, A. C. S.; ALVES, I. M.; GOLDSTEIN, N. S. (Orgs.). *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 13-24.
- CAMBRAIA, C. N. et al. Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil. In: MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. A. (Orgs.). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia, SP: Ateliê Editorial/Fapesp, 2005. p. 145-148.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ELIA, S. *Fundamentos histórico-linguísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- FLEXOR, M. H. O. Aprender a ler, escrever e contar no Brasil do século XVIII. *Filologia e Língua Portuguesa* 4. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 97-158.
- HARRIS, W. Um réquiem para a filologia? Será que é tarde demais? Nunca foi importante? *Revista Philologus*, ano 12, n. 35, p. 134-143. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2006.
- Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762). *Arquivo Municipal de Goiânia*. 1724-1762. fólios 66-139.
- LOBO, T. (Org.). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- MEGALE, H. Filologia e Linguística: os testemunhos dão depoimento. *Língua e Literatura*, n. 35, p. 191-216. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- PALACÍN, L. *Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas*. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1976.

SANTANA NETO, J. A. Critérios propostos para dupla leitura do tratado ascético-místico “Castelo Perigoso”. In: RODRIGUES, A. C. S.; ALVES, I. M.; GOLDSTEIN, N. S. (Orgs.). *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 25-40.

SILVA, J. P. A Filologia como suporte do progresso científico. In: LINDO, L. A. (Org.). *Atas da I Semana de Filologia na USP*. São Paulo: Serviço de Divulgação e Informação, 2006. p. 95-107.



## Sobre os autores e organizadores

*Claudinei Vaz Cardoso* é Professor Especialista do Curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade Universitária de Pires do Rio e pesquisador do Projeto “Formação de *corpora* escritos de Goiás – leitura e edição de manuscritos”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Helena de Paula (UFG), e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (UFG/CNPq).

*Maria Helena de Paula* é mestre em Letras – Estudos Linguísticos pela UFG (2000) e doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/FCL – Campus de Araraquara (2007). É Professora da UFG, Campus Catalão, desde 1998, onde atua na graduação e pós-graduação em Letras e lidera o do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (UFG/CNPq). Atua, ainda, como pesquisadora do Grupo de Estudos em Filologia da USP (GEFUSP).

*Phablo Roberto Marchis Fachin* é mestre e doutorando em Filologia e Língua Portuguesa sob a orientação do Prof. Dr. Heitor Megale/Sílvio de Almeida Toledo Neto, e bolsista da Fapesp. Um dos organizadores do livro *Caminhando Mato Dentro – documentos do ouro do século XVII*, publicado pela Editora Espaço Editorial (2009), juntamente com os Professores Heitor Megale e Sílvio de Almeida Toledo Neto, publicou, ainda, em 2008, o livro *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII* (Editora Trilhas Urbanas/Fapesp). É Pesquisador do Grupo de Estudos em Filologia da USP (GEFUSP).

*Renata Ferreira Costa* é mestre e doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Heitor Megale/Sílvio de Almeida Toledo Neto, e bolsista da Fapesp. Atua como Pesquisadora no Grupo de Estudos em Filologia da USP (GEFUSP).

*Rosicleide Rodrigues Garcia*, com mestrado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Mourivaldo Santiago-Almeida, é Pesquisadora do Grupo de Estudos em Filologia da USP (GEFUSP).

*Vanessa Martins do Monte* é mestre e doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Heitor Megale/Sílvio de Almeida Toledo Neto. É Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (UFG/CNPq) e do Grupo de Estudos em Filologia da USP (GEFUSP).

*Vanessa Regina Duarte Xavier* é doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Heitor Megale/Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, e bolsista da Fapesp. É Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (UFG/CNPq) e do Grupo de Estudos em Filologia da USP (GEFUSP).

© Maria Helena de Paula  
Phablo Roberto Marchis Fachin, 2010

Direitos reservados para esta edição:  
UFG/Catalão

*Revisão*  
Cânone Editoração Ltda

*Projeto gráfico da coleção e capa*  
Alanna Oliva

*Editoração eletrônica*  
Marcus Lisita Rotoli

Dados internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Henrique Bezerra de Araújo)

---

P426 Percorrendo trilhas filológicas: estudos para a história da língua portuguesa. em homenagem a Heitor Megale - *in memoriam* / organizadores, Maria Helena de Paula, Phablo Roberto Marchis Fachin. – Goiânia : FUNAPE/ DEPECAC, 2010.

120p. – (Coleção Labor; 01)  
ISBN: 978.85.72743.10-3

1. Filologia. 2. História da Língua Portuguesa (Brasil). 3. Manuscritos oitocentistas. 4. Formação e transformação – Língua Portuguesa (Brasil). 5. Corpo. I. Título.

---

CDU: 80